

IVANI APARECIDA ROGATTI OMURA

ELEITORES E ELEITOS - COMPOSIÇÃO E COMPORTAMENTO

MARINGÁ, 1956 - 1964

Dissertação apresentada como  
requisito parcial para obtenção  
do Grau de Mestre em História  
Social do Curso de Pós-Gradua-  
ção em História do Brasil da  
Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1981

ERRATA

PG.	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
02	19a	política	político
13	16a	fenômenos	processo
13	23a	poder	política
17	26a	o critério de zoneamen- to foi.	o critério foi
18	15a	34%	38%
50	15a	38.538 hab.	38.588
50	18a	103.546 hab.	104.131 hab.
50	22a	7.272 hab.	7.270 hab.
53	8a	física	física
54	15a	agriculturável	agricultável
79	20a	-----	Partido de Representação Popular e Partido da Boa Vontade.
79	20a	examiná-lo	examiná-la
80	6a	seus pessoas	seis pessoas
83	19a	1946	1846
86	14a	1 ao 11º	1a à 11a
113	15a	Metropolitana(acrescen- tar)	132 na Região Sul e,
113	15a	154	143
116	8a	onas	zonas
116	17a	três zonas	quatro zonas
118	26a	colo	solo
120	5a	criação	instalação
185	19a		
	20a		
	21a	costumes e técnica e, consequentemente, a mentalidade e as prâti- cas políticas	experiências já vivencia- das.

pg. 36 acrescentar nota de rodapé nº 28

## SUMÁRIO

SUMÁRIO DE QUADROS . . . . .	iv
SUMÁRIO DE GRÁFICOS . . . . .	vi
SUMÁRIO DE MAPAS . . . . .	viii
1 - INTRODUÇÃO . . . . .	1
2 - FONTES . . . . .	15
3 - METODOLOGIA . . . . .	21
4 - CONJUNTURA OCUPACIONAL DO NORTE DO PARANÁ . . . . .	29
4.1 - Considerações Preliminares . . . . .	30
4.2 - A conjuntura cafeeira . . . . .	31
4.3 - As empresas colonizadoras . . . . .	37
4.3.1 - A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná . . . . .	42
4.4 - Maringá no contexto ocupacional — cafeicul- tura, colonização e migração . . . . .	46
5 - CONJUNTURA POLÍTICO PARTIDÁRIA . . . . .	56
5.1 - Considerações preliminares . . . . .	57
5.2 - Sistema Partidário . . . . .	58
5.3 - Sistema Eleitoral . . . . .	78
6 - A CONJUNTURA ELEITORAL E O MUNICÍPIO DE MARINGÁ. . . . .	99
6.1 - Considerações sobre o eleitorado nacional. . . . .	100

6.2 - O eleitorado paranaense . . . . .	107
6.3 - Considerações sobre o município de Maringá .	118
6.4 - Maringá eleitores e eleitos. . . . .	123
6.4.1 - A organização político-eleitoral . .	123
6.4.2 - Composição e distribuição dos elei - tores . . . . .	134
6.4.3 - Eleições de 1955 à 1965. . . . .	149
6.4.4 - Os resultados e sua significação . . .	155
6.4.5 - Composição dos eleitos . . . . .	174
CONCLUSÃO. . . . .	184
FONTES . . . . .	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	194
MONOGRAFIAS . . . . .	197
ANEXOS . . . . .	202

## SUMÁRIO DE QUADROS

1 - Situação dos Partidos Nacionais. 1945 - 1965. . . . .	76
2 - Comparativo das eleições de 1945 - 1955 - 1965. eleitorado, votantes . . . . .	104
3 - Comparativo das eleições de 1945 - 1955 - 1965. Comparecimento, abstenções . . . . .	105
4 - Eleitorado por ordem de regiões geo-eleitorais. Paraná, 1955 - 1965 . . . . .	115
5 - Evolução percentual da população urbana e rural. Maringá, 1950 - 1970 . . . . .	121
6 - Eleitorado por sexo e faixa etária. Maringá, 1956	135
7 - Eleitorado por sexo e faixa etária. Maringá, 1964	136
8 - Procedência do eleitorado. Maringá, 1956 - 1964 .	137
9 - Eleitorado - Estado civil, faixa etária, por ano, de eleição. Maringá, 1956 - 1964. . . . .	138
10 - Estrutura das atividades ocupacionais . . . . .	140
11 - Qualificação ocupacional do eleitorado em Maringá 1956 - 1964 . . . . .	143
12 - Distribuição das seções de votação. Maringá, 1956 - 1964 . . . . .	148
13 - Quadro geral das eleições realizadas em Maringá, 1955 - 1965 . . . . .	150

14 -	Votação para Presidente e Vice-Presidente da República. Paraná - Maringá, 1955 - 1965. . . . .	151
15 -	Votação para Governador no Estado e no Município. Paraná - Maringá, 1955 - 1965 . . . . .	152
16 -	Votação geral para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Maringá, 1956 - 1964. . . . .	153
17 -	Vereadores eleitos por partido político. Maringá, 1952 - 1964 . . . . .	171
18 -	Eleições para o executivo municipal. Maringá, 1952 - 1964 . . . . .	173
19 -	Estrutura ocupacional do legislativo, por partido e atividade produtiva. Maringá, 1952 - 1964 . . .	178
20 -	Vereadores eleitos por partido político e atividade ocupacional. Maringá, 1956 - 1964. . . . .	181

## SUMÁRIO DE GRÁFICOS

1 - Brasil Colônia - níveis de participação política	81
2 - Brasil Império - níveis de participação política	87
3 - Brasil Primeira República - níveis de participação política. . . . .	92
4 - Brasil 1934 à 1937 e 1946 à 1963 - níveis de participação política . . . . .	96
5 - Evolução da participação política - Brasil, 1532 - 1964 . . . . .	98
6 - População votante em São Paulo, Minas Gerais e Paraná. 1945 - 1962 . . . . .	108
7 - Crescimento das regiões geo-eleitorais. . . . .	117
8 - Evolução percentual da população urbana e rural. Maringá, 1950 - 1970. . . . .	122
9 - Evolução percentual do eleitorado por faixa etária e estado civil. Maringá, 1956 - 1964. . . . .	139
10 - Evolução do eleitorado por Estados de maior procedência. Maringá, 1956 - 1964. . . . .	141
11 - Eleitorado por setor de produção. . . . .	142
12 - Variações do legislativo municipal. Maringá 1952-1964. . . . .	170

13 - Evolução percentual dos grupos dirigentes, por atividade ocupacional. Maringá, 1956 - 1964 . . .	176
14 - Vereadores e número de cadeiras por ano de eleição e atividade ocupacional. Maringá, 1956 - 1964 . .	180



## SUMÁRIO DE MAPAS

1 - Norte do Paraná. Etapas de povoamento . . . . .	38
2 - Estado do Paraná. Grandes Regiões. . . . .	39
3 - Estado do Paraná. Eleitorado por áreas sociológicas	110
4 - Estado do Paraná. Regiões geo-eleitorais . . . . .	114
5 - Estado do Paraná. Micro-Região 9 - Nova Esperança- Maringá e sua área de polarização. . . . .	124



O século XX, período de largas transformações sócio-econômicas no Brasil, foi marcado profundamente pelos processos de industrialização e urbanização e pelas atividades ligadas a cafeicultura, notadamente nas décadas subsequentes a Segunda Guerra Mundial.

Após os anos 30 ocorreram significativas mudanças no plano conjuntural sócio-econômico entre as quais a elevação do nível de aspirações de participação política de uma considerável parcela de brasileiros, por intermédio da implantação do voto secreto, a criação de uma estrutura sindical que embora controlada possibilitou a mobilização da classe trabalhadora, a readaptação da política oligárquica à extensa máquina burocrática criada pela Revolução de 30, o fortalecimento do poder do Estado pela concentração econômica e técnico burocrática aliada a centralização das Forças Armadas, a extensão da cidadania a grupos sociais mais amplos, o crescimento demográfico e as migrações internas e externas.

Entretanto a estrutura sócio econômica que gerou o sistema política da Primeira República não desapareceu nas décadas que se lhe seguiram, o que se evidenciou foram mutações acentuadas na estrutura política e lentas na estrutura agrária. Na estrutura política observou-se a diminuição do poder

político dos Estados, o fortalecimento do Estado Nacional e a organização política ao redor dos interesses de grupos nacionais. Na estrutura agrária a diminuição de preponderância no contexto global em decorrência da industrialização e urbanização, cujos efeitos se fizeram sentir com mais intensidade nas áreas centro-sul do país.

No período compreendido entre 1930 a 1945, configurou-se o Sistema Partidário Brasileiro nos moldes em que vigorou até 1964, tendo como centro a estruturação dos partidos políticos — organizações responsáveis pela coordenação da vontade popular e elo fundamental na relação opinião pública governo, na medida em que comunicam demandas aos centros de poder<sup>1</sup>.

As investigações dos cientistas sociais sobre a representatividade dos grupos dirigentes têm se proposto a analisar as transformações gradativas que a estrutura dos mesmos vêm sofrendo em decorrência das mutações sócio-econômicas e na maioria dos casos têm buscado resposta às questões tais como: a base de legitimidade de seu poder, sua competência e limitações, suas relações com o poder estadual e nacional, sua composição social e ligações com o poder econômico, a atuação e a influência das correntes político partidárias que lhes servem de base e as ideologias que lhes norteiam a ação.

Esses estudos, em linhas gerais, evidenciam que na fase de transição do centralismo para as formas não autoritárias, ocorreram mudanças significativas entre as quais: o deslocamento do centro do poder político, do campo para a cidade, da

<sup>1</sup>OLIVEIRA, Lucia M. Lippi. O Partido Social Democrático. Rio de Janeiro, 1973. p. 1. Dissertação, Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

aristocracia rural para as classes média urbana e dos trabalhadores, das administrações estaduais para o Governo nacional e sobretudo a transmutação dos partidos regionais em nacionais<sup>2</sup>.

No plano municipal contudo essas mudanças não se processaram com a mesma extensão e intensidade, em razão das dificuldades de se organizar um sistema representativo dentro de uma organização política onde o poder privado imperava sobre o poder público.

A interpretação clássica de Victor Nunes Leal, sobre o fortalecimento do poder privado, detecta que no período republicano o coronelismo e o poder municipal, repousaram na posse da grande propriedade rural, na desigualdade sócio-cultural e no controle pelos chefes políticos locais sobre o "eleitorado" e, sobremaneira, no compromisso firmado entre o Estado e os Coronéis — "Pacto Coronelista".<sup>3</sup>

Assim, estudos sobre o poder local<sup>4</sup> sublinham a ausên-

<sup>2</sup> POPPINO, Rollie E. O Processo Político no Brasil: 1929-1945. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 17:94, jul. 1964.

<sup>3</sup> LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 4. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. O Pacto Coronelista, se configura pelo apoio do coronel e de "seu eleitorado" aos candidatos governistas às assembleias estaduais e nacionais, recebendo esse em contrapartida do Estado, autonomia política a nível local.

<sup>4</sup> Ver, ARAÚJO, Alceu Maynard. A família numa comunidade alagoana. Sociologia; 17 (2), 1955.; SANTOS, Edilson Portela. Evolução da vida política no município de Picos, Piauí. RBEP; (10):160-83, jan. 1961.; COSTA, E. Borges. Relações de família em cerrados e retiros. Sociologia; 17 (2), 1955.; GUIMARÃES, C. Eloy de Carvalho. A vida política e administrativa de Dorés do Indaiá. RBEP; 1(1):170-9, dez. 1956.; CRUZ, Levy. Funções do comportamento político numa comunidade do São Francisco. RBEP; 3 (5):129-60, jan. 1959.; SILVA, Luiz. Cachoeira do Campo, a vila das rivalidades. RBEP; 1(2):32-47, jul. 1957.; SILVA, Luiz. Implicações políticas do desenvolvimento industrial em Barroso-MG. RBEP; (9):235-51, jul. 1960.; AZEVEDO, L. O. Viotti. Evolução dos partidos políticos no município de São João Evangelista, RBEP; 3(6):183-94, jul. 1959.; CARVALHO, J. Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. RBEP; (20):153-94, jan. 1966.; NOGUEIRA, Oracy. Os movimentos e partidos políticos em Itapeitinga. RBEP; (11):222-47, jun. 1961.

cia de transformações significativas na vida política de inúmeros municípios e Estados, que continuaram durante a Segunda República a ser dominados por famílias tradicionais cujo poder econômico, oriundo da posse da propriedade agrícola, preservou inalterado o poder político.<sup>5</sup>

No município onde a política oligárquica desagregou-se em decorrência de rupturas na estrutura econômica, não se instaurou uma política democratizada, marcada pela ampla participação de setores e grupos sociais menos privilegiados, mas mudanças nos grupos dirigentes e dirigidos: no primeiro quanto ao sistema de exercício do poder, que de oligárquico passou a poliárquico; no segundo quanto ao sistema de participação no poder, pela entrada em *peso* das camadas médio-populares no processo eleitoral.\* Entretanto a representatividade desses grupos no contexto nacional é questionável, se levarmos em conta que para uma população aproximada de 22 milhões de adultos em 1945, votaram cerca de 6 milhões de pessoas, visto que a grande maioria dessa população constituída de analfabetos, continuou alijada do processo político, sobretudo os componentes dos setores marginalizados urbanos e os trabalhadores rurais..

No que diz respeito ao comportamento eleitoral dos partidos surgidos após 1945, as análises tem se atido a dicotomia: campo-cidade, voto livre-voto de cabresto, governo-

\* Essa ampliação de participação decorreu da extensão da área de exercício do poder pela instauração do sufrágio universal, do voto feminino, do voto secreto e da implantação da Justiça Eleitoral.

<sup>5</sup> SOARES, Gláucio A. D. Sociedade e Política do Brasil. São Paulo, Difel, 1973. v. 2. p. 101. Esse autor assinala também como elementos de manutenção da política oligárquica a concentração do poder econômico não agrícola e o cartorialismo, p. 107-21.

oposição, partidos de classe-partidos de clientela; à falta de representatividade do voto, ao caráter precário dos partidos, a relação entre o sistema partidário e o Estado e as ideologias dos partidos.

Quanto aos estudos de âmbito local, esses, além de esparsos, têm privilegiado o enfoque da permanência ou decadência da política oligárquica, não se preocupando em investigar outras formas de poder, sobretudo a poliárquica.

Decorrentes dessas constatações e da impossibilidade de enquadrar no âmbito das análises existentes a Região Norte do Paraná, em particular o Município de Maringá, devido a especificidade de sua ocupação e seu rápido processo de urbanização, é que se definiu como objeto desta pesquisa o estudo da composição e do comportamento dos eleitores e dos eleitos no município de Maringá, entre 1956 e 1964.

Embora ciente das limitações que oferecem os estudos isolados, a delimitação para análise de uma realidade particular decorreu de considerações metodológicas e não de ufanismo provinciano, uma vez que a investigação em escala mais ampla seria utópica em razão da inexistência de estudos sobre situações de especificidade análoga, a partir dos quais se pudesse estabelecer semelhanças ou diferenças.<sup>6</sup>

Este trabalho tem por objetivo levantar e descrever uma realidade específica, não pretende formular e testar hipóteses mas estabelecer algumas questões para análise.

Assim se propõe a investigar:

- a composição social do grupo dirigido - eleitores;

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. Estudos de poder local no Brasil. RBEP; (25/26):231-48, jul./jan., 1969.

- a composição social do grupo dirigente - eleitos e componentes do diretório municipal dos diversos partidos nacionais;
- o comportamento dos eleitores na seleção de seus dirigentes;
- até que ponto a ampliação formal do contingente eleitoral, pela extensão do voto às camadas populares, provocou alterações na composição do eleitorado e dos eleitos;
- que partidos políticos se assenhorearam do poder e qual a sua representatividade no município.

Como balizas cronológicas foram estabelecidas as datas de 1956 a 1964, por assinalarem fatos de inegável representatividade no tema em estudo: 1956 — ano em que se processou a primeira eleição no município para indicação de prefeitos e vereadores; 1964 — ano da última eleição municipal realizada na vigência do sistema pluripartidário.

Por grupo em sentido genérico, conceitua-se certa quantidade de homens de uma sociedade vistos não como uma massa física mais como uma massa atividade.<sup>7</sup> Assim o grupo não designa um conjunto de indivíduos (forma estática) mas a manifestação de interesses de um conjunto de indivíduos (processo padronizado dinâmico) nas diversas ordens sociais. Tal conceituação traz implícita em seu bojo duas categorias grupais distintas e não antagônicas: la.) grupo genuíno — onde a interação dos indivíduos é relativamente freqüente e de certa forma padronizada para produzir uma atividade orientada para

<sup>7</sup> YOUNG, Oran R. Introdução à análise de sistemas políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p. 107.



certa direção, no caso, partidos políticos; 2a) "grupo categórico" onde a interação não é freqüente nem padronizada, no caso, eleitores.<sup>8</sup> Nos dois porém reside uma relação de interesses, ou seja, o processo pelo qual apresentam demandas aos polos de decisão política.

Essa articulação de interesses, extremamente importante, delimita a fronteira entre a sociedade e o sistema político, passando a ser, então, um instrumento para a transformação das demandas populares em decisões de governo.

Dado a pluralidade das estruturas de articulação, os grupos de interesse foram classificados por Almond em quatro categorias: institucionais, associativos, não associativos e anômicos.<sup>9</sup>

*Grupos Institucionais* — são organizações formais que desempenham no sistema político papéis reconhecidos e aceitos. Nesse grupo incluem-se os partidos políticos, o legislativo, o exército, a burocracia e a Igreja. Devido sua base organizativa, podem ocupar posição poderosa na sociedade sobretudo em áreas rurais onde os grupos associativos são limitados em número e ineficientes na ação.

*Grupos Associativos* — são organizações que não fazem parte de estrutura formal de governo embora sejam conscientemente organizados; incluem entre seus objetivos o desempenho de funções políticas entre as quais as de recrutamento político. Compõem essa categoria os sindicatos, homens de comércio, industriais, as associações. Apresentam como caracterís-

<sup>8</sup> YOUNG, p. 107.

<sup>9</sup> ALMOND, Gabriel & POWELL JR., G. Bingham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 52-7.

ticas básicas a representação aberta dos interesses de um determinado grupo e procedimentos ordenados para a formulação de interesses e demandas desse grupo.

*Grupos não associativos* — são organizações marcadas por articulações periódicas que se caracterizam pela inexistência de uma estrutura formal de sustentação. Nessa categoria os indivíduos se identificam por símbolos tais como: classe social, status, regionalismo ou etnias.

*Grupos Anômicos* — são organizações que emergem da sociedade e penetram no sistema político por meios não convencionais, como: greves, passeatas, protestos públicos. Caracterizam-se pela organização limitada e pelo caráter passageiro.

Nos grupos dos três primeiros tipos, se enquadra o enfoque pretendido por este estudo. Na categoria de grupos dirigentes foram classificados os partidos políticos, aqui identificados como integrantes dos grupos institucionais de interesse, na medida em que constituem grupos de dupla função:

- a) representação e agregação de interesses de seus membros;
- b) representação e comportamento de sub-grupos que se utilizam de sua posição institucional para articular interesses particulares.

Na categoria de grupos dirigidos foram classificados os eleitores, aqui identificados como integrantes de grupos não associativos de interesses, na medida em que só se articulam periodicamente e cuja representatividade, limitada pela inorganicidade e descontinuidade dos meios de articulação, lhes impossibilita atuar frente a grupos organizados.

A análise da produção historiográfica (anexo 1) sobre os grupos dirigentes, aqui entendidos como Estado e partidos políticos e, sobre os grupos dirigidos, aqui entendidos como

população eleitoral, possibilitou constatar:

predomínio quer quanto a qualidade e quantidade de produções que privilegiam o estudo dos partidos políticos;

ausência de trabalhos empíricos sistematizados sobre a composição social do eleitorado;

predomínio de estudos sobre a política oligárquica;

que a atitude dos eleitores, em relação ao sistema eleitoral, variou, sendo que as eleições majoritárias para os órgãos do executivo municipal, estadual e federal despertaram sempre interesse maior e participação mais ativa, explicada em parte pela identificação do executivo com o poder;

que ocorreu uma expressiva fragmentação partidária seguida de fracionamento crescente das votações e das bancadas legislativas locais — o que se explica pela libertação do "voto de cabresto", e, decréscimo da dominação dos chefes políticos locais;

que as coligações e acordos partidários, variaram em função de cada eleição e candidato, e, raramente se fizeram em torno de programas e plataformas políticas;

que ocorreram alterações na composição social dos vários órgãos do poder, havendo uma substituição gradual de componentes da oligarquia rural por elementos pertencentes às profissões liberais, ao funcionalismo público e ao comércio. Que esse fenômeno de mobilidade política foi decorrente do processo de urbanização, do decréscimo da renda agrícola em relação ao comércio e a indústria e do volume crescente das despesas eleitorais.

O campo da Ciência Histórica apresenta-se extremamente complexo à investigação científica em razão da pluralidade de fatos e fontes que engloba.

A primeira dificuldade com que deparam os estudiosos da ação do homem em sociedade é a de definir o tema e o período que serão objeto de análise, definição essa que, por sua vez, decorre do condicionamento de fatores diversos tais como: relevância do estudo, disponibilidade das fontes, interesse e condições do pesquisador de o levar a termo.

Partindo do conhecimento dessa realidade, estabeleceu-se como objeto deste trabalho o estudo de fatos contemporâneos em um município de ocupação recente, e cuja opção se justifica pelas seguintes razões:

a região *Norte do Paraná* só se tornou relevante no contexto nacional, a partir das primeiras décadas deste século. Assim, aqueles que se proponham a investigá-la terão necessariamente que ater-se ao estudo de fatos contemporâneos;

o exame da bibliografia evidenciou que, embora venha sendo objeto de estudos relevantes por parte de economistas e geógrafos no âmbito de suas especialidades, o Norte do Paraná continua quase que inexplorado no campo da pesquisa histórica, visto que o número de estudos monográficos sobre a região é pequeno e tem privilegiado a análise das formas de ocupação em determinados núcleos e períodos;

em virtude de sua ocupação recente, a região possibilita aos estudiosos o acesso às fontes e aos depoimentos pessoais;

em trabalhos recentes os historiadores têm se ocupado com o estudo das mutações sócio-culturais da área, entretanto, não se tem conhecimento da existência de estudos sobre a vida política dos segmentos sociais que compõem os grupos dirigentes e dirigidos, que têm assim, continuado alijados das análises;

o Estado do Paraná apresentou um crescimento populacional notável, se comparado às demais unidades da federação, considerando-se que ocupava o 13º lugar em 1920, entre os estados mais populosos, e que passou a ocupar o 4º lugar a partir de 1960;

no período compreendido entre 1950 a 1960, o Estado do Paraná atingiu a maior taxa média geométrica anual de incremento a população, (71) em decorrência do avanço da "frente cafeeira";<sup>10</sup>

o Estado do Paraná, que em 1940 representava 3% da população brasileira, em 1960 dobrou essa porcentagem;<sup>11</sup>

o incremento populacional no Paraná foi paralelo à extensão da cidadania a segmentos mais amplos da sociedade, e que no período compreendido entre 1940 a 1960, em termos relativos, seu contingente eleitoral superou em crescimento o de todos os demais Estados;<sup>12</sup>

o incremento da força eleitoral do Paraná refletiu-se a partir da ocupação da região do "Norte Novo", principalmente na década de 1960, quando essa área atingiu uma densidade de 43,6 hab/km<sup>2</sup> em relação aos 21,5 hab/km<sup>2</sup> do restante do Estado<sup>13</sup>; o que significa dizer que ali concentrou-se o eleitorado mais numeroso do Estado e por isso mesmo decisivo nas competições majoritárias;

nas terras do "Norte Novo", a Companhia de Terras Norte do Paraná fundou Maringá em 1947, cidade planejada, destinada a se tornar centro regional, o que efetivamente se con-

<sup>10</sup> SOARES, p. 49.

<sup>11</sup> Censos Demográficos de 1940 a 1960, IBGE.

<sup>12</sup> SOARES, p. 56.

<sup>13</sup> Sinopse preliminar do Censo de 1960.

figurou na década seguinte em decorrência de seu acelerado processo de urbanização. Assim é que em 1960 Maringá contava com 104.131 habitantes o que significava o quarto maior estoque populacional urbano rural do Estado e cerca de 20% do total do eleitorado paranaense (que na escala decrescente do eleitorado brasileiro ocupava a sexta posição em um total de 885.418 eleitores dos 15.533.332 inscritos).

À essas razões de ordem geral, somam-se as de ordem pessoal entre elas: a vivência na comunidade por mais de duas décadas, a docência do ensino médio e superior e sobremaneira o fascínio exercido pela temática e a disponibilidade das fontes.

Assim, um estudo que procura investigar a composição e o comportamento dos eleitores e eleitos, no Município de Maringá, parece ao mesmo tempo oportuno e relevante, sobretudo, por propiciar a ampliação das pesquisas sobre fenômenos políticos no plano municipal, o estudo das manifestações coletivas em termos de expectativa e como força decisória, a preservação da memória histórica da comunidade e pelos subsídios que poderá vir a oferecer a pesquisadores como ponto de referência para estudos mais amplos.

Diante destas constatações estabelecer que este estudo de poder local, que objetiva investigar a composição social dos grupos dirigentes e dirigidos, bem como seu comportamento eleitoral, compreenderá três partes distintas:

- a) A estrutura ocupacional do Norte do Paraná.
- b) A conjuntura político partidária.
- c) A conjuntura eleitoral no município de Maringá.

O primeiro momento se ocupará em situar nos quadros da expansão cafeeira e da colonização dirigida, o contingente po-

pulacional, suporte físico dos grupos dirigentes e dirigidos. O segundo momento, em apresentar o quadro institucional, destacando nele os sistemas partidário e eleitoral; suportes legais para viabilização da política democrática, e, no terceiro momento, em retratar a composição social e o comportamento eleitoral dos grupos dirigentes e dirigidos no Município de Maringá.





Ao inventariar as fontes optou-se por classificá-las em duas categorias: fontes básicas e fontes subsidiárias.

Fontes básicas — categoria atribuída aos documentos manuscritos e impressos contemporâneos ao período pesquisado, publicados à época ou em momento imediatamente posterior.

Fontes subsidiárias — categoria atribuída à documentação bibliográfica, livros ou artigos sobre o tema estudado ou sobre assuntos a ele relacionados.

Entre as fontes básicas utilizadas se destacam as Folhas Individuais de Votação (anexo 2); atas individuais de apuração; atas parciais de apuração; atas finais de apuração; livro de registro de eleições municipais; quadros estatísticos; mapas de apuração; portarias emitidas pelo juiz eleitoral; boletins de apuração; fichas de inscrição dos Diretórios dos Partidos Políticos; lista geral de eleitores e suplentes, "Dados Estatísticos", vol. 1 a 7; censos e sinopses estatísticas.

Folhas Individuais de Votação — constituem a fonte básica mais importante à pesquisa, visto que os dados empíricos sobre a composição social dos grupos dirigidos resultam dos informes nela existentes. Encontram-se arquivados no Cartório Eleitoral da 66.<sup>a</sup> e 137.<sup>a</sup> zonas eleitorais na cidade de Ma-

ringã, em 487 pastas (tipo AZ), contendo cada uma cerca de 300 folhas de votação, o que perfaz um total aproximado de 150.000 documentos, em bom estado de conservação estando em lugar acessível para manuseio.

No entanto, a seleção de folhas válidas para o período em estudo foi dificultada pelos seguintes fatores:

as duas zonas eleitorais constituíram, até o ano de 1979, uma só zona eleitoral (66.<sup>a</sup>). Dado o crescimento do número de eleitores foi feito o desmembramento, tomando-se como critério a posição de residência e como marco a Av. Colombo no sentido leste-oeste; os eleitores em áreas à direita da avenida passaram a pertencer à 137.<sup>a</sup> Zona Eleitoral e os residentes à esquerda, à 66.<sup>a</sup> Zona. Assim, apesar de recentes, as pastas correspondentes aos eleitores da 137.<sup>a</sup> zona precisaram ser todas examinadas;

os municípios de Floresta, Ivatuba, Paiçandu e os futuros municípios de Dr. Camargo e o Distrito de Água Boa integraram o município de Maringá até 1960, quando foram desmembrados; à emancipação política não se seguiu a criação de nova zona eleitoral, esses continuaram vinculados ao Cartório Eleitoral da 66.<sup>a</sup> Zona. Tal constatação tornou necessário o exame de todas as pastas desses municípios até a data de sua emancipação;

pela ausência cronológica na organização das folhas nas pastas e pelo sistema de numeração adotado. Nas primeiras seções, o critério de zoneamento foi sequencial, começando nova pasta quando se atingia o número de eleitores ideal por seção. Após 1960, adotou-se o critério de residência, ou seja, o eleitor era inscrito na seção mais próxima à sua residência; assim a numeração continuou sequencial quanto à inscrição,

mas não em função de entrada nas diversas seções. Isso dificultou sobremaneira a seleção, visto que se encontravam eleitores antigos em seções novas e novos em seções antigas; essa evidência demandou cuidado redobrado na seleção das folhas válidas.

Quanto à validade do uso desse documento como instrumento básico da pesquisa se justifica:

pela fidedignidade da fonte; pois em se tratando de documento oficial, sua autenticidade é comprovada;

por possibilitar um número satisfatório de informações sobre os eleitores;

por se constituir em um instrumento ainda inexplorado como fonte de pesquisa;

pela representatividade do número de documentos válidos — 34% do total de documentos relativos ao período.

A fonte básica de obtenção de dados empíricos sobre a composição dos grupos dirigentes foi buscada junto ao setor de inscrição de diretórios dos partidos políticos no T.R.E. Apesar de se encontrarem em bom estado de conservação, esses documentos apresentam-se incompletos quanto ao número e forma. Assim, os informes inexistentes foram buscados nos processos de Registro de Candidatos e Partidos Políticos junto a 66.<sup>a</sup> Zona Eleitoral. Quanto à validade, o instrumento é contudo questionável, tendo em vista que se limita a fornecer informes sobre a atividade ocupacional e aos cargos ocupados pelos integrantes dos diretórios.

As fontes estatísticas (quadros, atas, mapas de apuração) encontram-se em séries incompletas e em estado precário de conservação, o que dificultou em muito a reconstrução de dados. Os documentos originais encontram-se disponíveis so-

mente no Cartório Eleitoral, em razão de terem sido danificados os existentes junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Por outro lado, devido às constantes reformas da legislação eleitoral, estes apresentam formas e informes diversos, o que nos obrigou a recorrer a um extenso número de documentos para obtenção de resultados globais. Os dados fornecidos pelos Censos e Sinopses Estatísticas do IBGE e pela Revista Dados Estatísticos editada pelo T.S.E. só nos permitiram registrar cômputos a níveis estadual e nacional.

As fontes subsidiárias no que diz respeito aos enfoques gerais: ocupação e colonização do Norte do Paraná, partidos políticos; legislação e justiça eleitoral são representadas por um número expressivo de títulos que permitem estabelecer, a partir de análises, as conjunturas econômica e político-partidária. Quanto à literatura específica, esta é precária e se atém às especificidades não pertinentes à problemática e ao contexto.

Para obtenção dos dados básicos e subsidiários, foram consultados os seguintes órgãos:

Tribunal Regional Eleitoral (Curitiba).

Cartório Eleitoral das 66.<sup>a</sup> e 137.<sup>a</sup> Zonas Eleitorais de Maringá.

Cartório Eleitoral da 60.<sup>a</sup> Zona Eleitoral (Mandaguari).

Acervo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Maringá).

Biblioteca Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto (Maringá).

Acervo documental da Câmara Municipal de Maringá.

Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Seção de Documentação Paranaense (Curitiba).

Biblioteca do Departamento Estadual de Estatística (Curitiba).

Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná (Curitiba).

Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá (Maringá).

Biblioteca do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Curitiba).

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Curitiba e Maringá).

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (Curitiba).

Paralelamente, fazendo-se uso das técnicas de História Oral, foram realizadas entrevistas com políticos que atuaram no período.



Os procedimentos metodológicos aplicados à presente investigação e a seguir arrolados constaram da ordenação do estudo, dos aspectos referentes à seleção dos sujeitos à coleta dos dados e tratamento estatístico, aos pressupostos metodológicos e às limitações do método.

### 3.1 - Modelo do estudo - seleção dos sujeitos

Este estudo desenvolvido dentro do método ideográfico, entendido como descrição de uma realidade particular não dissociada do contexto onde se insere, pode ser classificado como pesquisa científica, visto que procede a investigação sistemática, empírica e crítica de proposições sobre relações presumíveis entre fenômenos sociais.

Efetuada o levantamento das fontes e definido como objeto da pesquisa a composição e o comportamento dos eleitores e eleitos no município de Maringá procedeu-se:

- a) a delimitação geográfica e cronológica do estudo;
- b) a seleção dos instrumentos básicos da pesquisa;
- c) a seleção dos sujeitos.

A delimitação geográfica correspondeu ao município de Maringá, que até o ano de 1960 abrangia os atuais municípios de Floresta, Ivatuba, Paiçandu e Dr. Camargo. Por balizas cro-

nológicas foram tomados os anos de 1956, quando se realizaram no município as primeiras eleições para escolha de seus dirigentes, e 1964, data em que foram realizadas as últimas eleições municipais dentro do regime pluripartidário. Entretanto, esses limites foram deslocados sempre que se fez necessário, e, em particular, para melhor situar a região no contexto ocupacional e a realidade político partidária.

Os instrumentos básicos selecionados foram as "Folhas Individuais de Votação" para os eleitores e as "Fichas de Registro dos Diretórios dos Partidos Políticos" para os componentes dos Diretórios. É comum aos dois, documentos já arrolados no ítem número dois deste estudo (Fontes).

Como sujeitos: 1) os eleitores inscritos no período compreendido pela pesquisa e que, ainda hoje, permanecem como eleitores na comunidade. Assim, o sistema adotado embora represente o universo dos eleitores do período, em verdade corresponde a uma amostragem, fato que em nada invalida a seleção, uma vez que está cientificamente comprovado que a amostra pode ser um demonstrativo fidedigno do universo e que "*a amostragem racional (...) é mais segura e mais adaptada na maioria dos casos, à diversidade de nossas fontes e à complexidade de nossos objetivos.*"<sup>14</sup> 2) os candidatos eleitos e os componentes dos diretórios nos diversos pleitos.

### 3.2 - Coleta dos dados - tratamento estatístico.

A coleta dos dados primários obedeceu às seguintes etapas: inventário, teste preliminar, coleta sistematizada dos dados.

<sup>14</sup> DAUMARD, Adeline. Cinco aulas de História Social. Salvador, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia. 1978. p. 37.



O inventário constou do arrolamento das fontes, da análise da documentação e da crítica do instrumental disponível para o estudo pretendido.

Constatada a validade das fontes e selecionados os documentos foi iniciado o teste preliminar que constou da análise das duzentas primeiras folhas de votação válidas, localizadas às seções de votação de números 1 e 2 e que obedeceu a ordem natural de arquivo das mesmas à pasta. Em função das variáveis pretendidas — sexo, faixa etária, procedência, estado civil, atividade ocupacional e comportamento eleitoral — procedeu-se à montagem do instrumental para coleta dos dados (anexo 3). Na prática, a aplicação dessa ficha permitiu reformular alguns itens e suprimir outros. Assim os itens seção, número do processo, grupo etário, emissão e comportamento foram mantidos. O item procedência, que originalmente registrava por estado a origem do eleitor, foi reformulado, passando a agrupar por regiões os eleitores procedentes do norte, centro-oeste e nordeste, sendo mantido o registro por Estado apenas para os eleitores procedentes das regiões Sudeste e Sul, onde se registraram os maiores índices de procedência. Neste item foram acrescentados dois outros informes: eleitor naturalizado e procedência não registrada.

O item estado civil teve acrescido o registro — não consta para os casos de ausência de informações. O item observações destinado ao registro de 2.<sup>as</sup> vias foi suprimido, uma vez que se constatou ser pouco significativo o número de casos anotados.

Às atividades ocupacionais foram acrescentados os itens: atividades não produtivas e atividades não registradas, respectivamente para os estudantes e para ausência de dados.

O teste preliminar evidenciou a dificuldade de tabulação manual dos informes devido seu elevado número. Em razão disso, os dados foram coligidos de forma sistematizada para posterior processamento. Para tal, foram elaboradas planilhas e estabelecidas convenções. Estas resultaram da testagem preliminar das variáveis a serem analisadas (Anexo 4).

À variável sexo foram atribuídos os códigos 1. para a sexo masculino e 2. para o feminino.

Os níveis etários foram grupados pelos números de maior expressividade, e em se tratando de uma população jovem, com intervalos de cinco anos para os eleitores com idade de até 40 anos e com intervalos de dez anos após essa idade. Para a população com idade de até 20 anos, o intervalo foi de dois anos. Ficaram convencionados oito grupos etários: 18 à 20; 21 à 25; 26 à 30; 31 à 35; 36 à 40; 41 à 50; 51 à 60 e 61 e mais. Foram atribuídos os códigos 98 para registros incompletos e 99 para as informações inexistentes.

No que diz respeito à naturalidade, o teste preliminar confirmou proceder dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais a maioria dos eleitores e dos Estados do Sul e demais regiões, parcelas menos significativas do eleitorado. Assim se convencionou para os Estados pertencentes às regiões Sul e Sudeste em decorrência da proximidade geográfica e dos níveis de incidência os códigos: 01 São Paulo; 02 Minas Gerais; 03 Paraná; 05 Santa Catarina; 06 Rio Grande do Sul; 07 Rio de Janeiro; 08 Espírito Santo. Os demais foram grupados por região: Nordeste 04.\*; Centro-Oeste 09.; Norte 10.; para as procedên-

O código de número 04. atribuído ao Nordeste corresponde à quarta área de maior procedência de eleitores no período, 564 eleitores (8%).

cias não identificadas ou ignoradas 11.; e para os naturalizados 12.

Ao estado civil foram atribuídos códigos de 1 à 5 respectivamente: solteiro, casado, viúvo, outro e não consta.

As atividades ocupacionais foram classificadas ao nível de atividades produtivas em: 1. primárias, 2. secundárias e 3. terciárias.<sup>15</sup> Às atividades não produtivas atribuiu-se o código 4. e às inexistentes o código 5. Na identificação das atividades, procurou-se observar a sua relação direta com o setor; assim se classificaram como primárias as profissões diretamente ligadas à agricultura e pecuária; por secundárias as pertinentes à indústria e por terciárias as relativas ao comércio e à prestação de serviços. A codificação das atividades nos diversos níveis não obedeceu a critérios hierárquicos de qualquer natureza. Correspondeu num primeiro momento as profissões de maior incidência e, em momento posterior, a ordem natural de aparecimento na evolução da coleta, razão pela qual não foram enumeradas em ordem alfabética (Anexo 5).

Na distribuição das ocupações pelos níveis de atividade, procurou-se averiguar o real sentido da ocupação à época visando assegurar a autenticidade do quadro social. Algumas profissões foram grupadas sob um só código, por serem similares e/ou equivalentes. Na categoria de atividades não produtivas foram inscritos os estudantes.

Os anos de emissão dos títulos corresponderam aos de eleição: 56, 58, 60, 62, 63, 64 e 65, exceto as emissões feitas no ano de 1963. Essas computaram-se para o ano de 1964,

<sup>15</sup> CLARK, Colin. Las condiciones del progreso economico. Madrid, Alianza, 1967.

uma vez que o "Referendum" foi realizado em 06 de janeiro e portanto os eleitores que dele participaram se inscreveram em 1962 (Lei nº 2550 de 25 de julho de 1955, art. 49). Os títulos emitidos nos anos intervalares (57, 59, 61) foram computados ao ano da eleição subsequente. Os dados referentes ao ano de 1965 não foram utilizados em razão do redimensionamento da problemática.

Para identificação do comportamento formal foram utilizados os códigos: 1. - para o comparecimento efetivo, isto é, registro de presença, assinatura do presidente da mesa e do eleitor; 2. - para os casos de ausência de registro ou de assinatura do eleitor; 3. - para registro de não comparecimento; 4. - as indicações de que o eleitor não votou na seção por estar compondo mesa em seção diferente da de origem; 5. - ao registro "pagou multa"; 6. - para anotações de votou em separado; 9. - quando o eleitor passou a pertencer a outro município; código que se aplicou aos eleitores dos municípios desmembrados de Maringá, e a quadrícula em branco para eleitor não apto, ou seja, não inscrito no período.

Para controle dos sujeitos foram lançados os números dos processos e das seções. As seções referentes ao município de Maringá foram precedidas da letra "M", as dos demais municípios das iniciais da localidade. Os dados relativos aos eleitos e componentes de diretórios foram retirados por partido e ano de eleição e/ou composição das fichas e documentos já mencionados. Os subsídios referentes à motivação pessoal e participação desses elementos nas atividades políticas foram obtidos por intermédio de depoimentos, para os quais se fez uso das técnicas de História Oral.

Para controle do comportamento real global (total de vo-

tantes, votos válidos, votos nulos, votos em branco) foram utilizados os dados estatísticos oficiais.

Visto o presente estudo, nessa fase de elaboração, não propor a testagem de hipóteses, mas a descrição de um quadro estrutural específico, foi estabelecido que os dados primários e informes estatísticos fossem tratados por técnicas qualitativas e quantitativas e apresentados sob forma de tabelas, quadros, gráficos e mapas.

### 3.3 - Pressupostos metodológicos - limitações do método.

Na realização do estudo ficou evidenciado que:

1. as variáveis não controláveis como por exemplo: motivação, massa crítica, grau de instrução, opinião eleitoral, não se distribuíssem homoganeamente na população;

2. os instrumentos utilizados fossem adequados do ponto de vista da validade e da fidedignidade;

3. em decorrência das peculiaridades da área onde se efetuou a pesquisa e da não homogeneidade dos sujeitos em estudo, que a validade interna do modelo adotado para análise dos grupos pudesse ser prejudicada devido a impossibilidade de controlar as variáveis intervenientes.

No entanto, a possibilidade de identificar a população alvo com a do contingente eleitoral mais amplo não deixou de ser considerada visto que essa, ao proceder de regiões de povoamento mais antigo, trouxe consigo experiências já vivenciadas.



#### 4.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os movimentos ocupacionais na região Norte do Paraná têm sido alvo de relevantes estudos por parte de historiadores, geógrafos, sociólogos, por se constituir a rápida efetivação de seu povoamento, em processo ímpar na História do Brasil.<sup>16</sup>

Essa singularidade reside no complexo de condições que caracterizou o desbravamento e o povoamento, e que se traduz pela expansão da cafeicultura e pelo sistema de colonização implantado.

Pretende demonstrar este capítulo que a ocupação do Nor-

<sup>16</sup> BERNARDES, Lysia M. C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, 15 (3):335-76, jul./set. 1953.; BERNARDES, L. M. C. Excursão ao Paraná. Boletim Geográfico, 3 (28):603-8, julho 1945.; BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, 14 (4):427-50, out./dez. 1952.; CAMBIAGHI, Salette M. O povoamento do Norte do Paraná. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 6 (1):81-90, 1951-1952.; MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: Capitalismo e tradicionalismo, São Paulo, Pioneira. 1975; MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. Boletim Geográfico, 3 (25):11-17, abr. 1945.; MONBEIG, Pierre. Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris, A. Colin. 1952.; MÜLLER, Nice Lécocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, (22):54-94, março de 1956.; NICHOLLS, Willian H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: O Estado do Paraná - 1920-65. Revista Paranaense de desenvolvimento, (26):19-53, set./out. 1971.; WAIBEL, Léo H. As zonas pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. 17 (4):389-417. out./dez. 1955.; WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Al-tiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Separata do Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História (7):1-51, 1968.

te do Paraná, e, especificamente a do município de Maringá, foi fruto do avanço da "onda cafeeira" de modo empresarial, organizado e dirigido, de um lado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e de outro, pelo próprio Estado e ainda que o fenômeno migratório foi decorrente da expansão capitalista.

As considerações sobre a conjuntura cafeeira e as empresas colonizadoras serão traçadas em grandes linhas, visto que não constituem o problema da pesquisa, No entanto, faz-se necessário delimitar, em linhas gerais, a conjuntura sócio-econômica e a formação do contingente populacional que se radicou no município de Maringá - objeto específico do presente.

Assim, a expansão da cafeicultura interessa, na medida em que atua como agente propulsor da força de trabalho, e como tal, do contingente populacional; e o sistema de colonização, sobretudo o implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, na medida em que atua como agente de fixação dessa população à região, ao tornar possível a posse da terra, mediante venda parcelada de pequenas e médias propriedades.

O processo de desbravamento e povoamento do Norte do Paraná está estritamente vinculado à expansão da cafeicultura, e deve ser estudado no contexto mais amplo da economia nacional e da expansão da cafeicultura paulista.

## 2 - A CONJUNTURA CAFEEIRA

O desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil verificou-se na fase de transição da uma economia mercantil-escravocrata assim caracterizada enquanto não se deu o "debacle" do sistema escravista para uma economia mercantil-capitalista



a partir da introdução da mão de obra livre assalariada. Continuou sendo comercial, ou seja, voltada à produção, em larga escala, de um único produto de exportação que adaptado às condições naturais do centro-sul do país propiciava, em decorrência da crescente demanda externa, maiores oportunidades de lucros.

A economia colonial e a economia cafeeira apresentam semelhanças quanto ao sistema (mercantil), à força de trabalho (escrava/colonato), à monocultura (cana/café) e ao regime da grande propriedade (engenhos/fazendas de café), e diferenças quanto: a) ao espaço físico — enquanto a primeira desenvolveu-se no nordeste a segunda expandiu-se de sudeste para o sul; b) à inserção da economia cafeeira, em uma conjuntura econômica internacional, fruto da *"divisão internacional do trabalho, na qual coube ao Brasil o papel de exportador de produtos tropicais"*<sup>17</sup> e c) à mudança das áreas de decisão, pois, dada a importância da expansão da cafeicultura, o caráter mercantil e escravista da economia, herdado da época colonial, foi reforçado com a diferença, no entanto, de que a economia passou a ser controlada pelo Estado em virtude da importância assumida pelo setor cafeeiro e particularmente pelo interesse das classes dirigentes compostas pelos grandes fazendeiros, detentores do capital e dos empresários ligados à produção daquele produto.

A partir da segunda metade do século XIX, distingue-se na cafeicultura nacional duas fases distintas:

<sup>17</sup> CANCIAN, Nadir A. Cafeicultura paranaense (1900-1970): estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. p. 32. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

1.a) 1850-1906 - mercado livre;

2.a) 1906-1929 - mercado de intervenção.

Na primeira fase, vigorou, nos grupos que detinham o poder de decisão, idéias de liberalismo pleno<sup>18</sup> que foram viáveis enquanto as condições internas e externas não se mostraram contraditórias.<sup>19</sup>

A segunda caracterizou-se pela intervenção estatal, visando a valorização dos preços internacionais que garantiu o nível de renda de parte da população em detrimento da maioria<sup>20</sup> e, sobretudo, estimulou o aumento da capacidade produtiva.

Os efeitos decorrentes dessa política de valorização foram contraditórios, pois, na medida em que asseguraram os preços, contribuíram para que se acentua-se o desequilíbrio entre a oferta e a procura<sup>21</sup> em virtude da expansão contínua das plantações de novos cafeeiros, facilitada pela existência de grandes áreas ainda não ocupadas e pela garantia dos preços altos. É essa conjuntura que possibilita o início da cafeicultura paranaense.<sup>22</sup>

No Paraná, a expansão da cafeicultura apresentou-se sob

<sup>18</sup> MELLO, João M. C. de. O capitalismo tardio. Campinas, 1975, p. 47. Tese, Doutorado, Universidade de Campinas.

<sup>19</sup> CANCIAN, Nadir A. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970. Curitiba, Grafipar, 1981. p. 134. Por condições internas entende-se: a introdução do trabalho livre e a dinamização do sistema produtivo (beneficiamento, expansão da rede rodoferroviária) produção em maior escala, preços de custo mais baixo e aumento de lucros. Por condições externas, a demanda constante e crescente do mercado consumidor.

<sup>20</sup> CARDOSO, Alcina M. L. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno: 1940-1970. Curitiba, 1976. p. 24. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

<sup>21</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 9. ed. São Paulo, Nacional, 1969, p. 193.

<sup>22</sup> CANCIAN, 1977, p. 137.

três conjunturas distintas.<sup>23</sup>

- 1900-1929 — caracterizada pelo prolongamento da marcha para o oeste realizada por fazendeiros e capitais paulistas em busca de lucros, pela itinerância da cafeicultura e pela sustentação artificial dos preços. O modelo adotado foi o da grande propriedade. Essa fase culmina em superprodução e desemboca na crise de 1929;

- 1930-1944 — caracterizada pela retração da oferta, desestímulo ao plantio, crescimento lento da produção paralelo a vultosos investimentos na colonização de terras no Norte Novo;

- 1945-1970 — caracterizada como etapa de maior expansão, cujo dinamismo influenciou a alta constante dos preços, o aproveitamento intensivo do solo e a ocupação total das terras pelo café por meio de pequenas e médias propriedades, viáveis dentro de uma economia periférica assentada na monocultura.<sup>24</sup>

É sob o influxo conjuntural da cafeicultura que se processará a expansão e o povoamento do Norte Paranaense.

No que se refere aos movimentos de ocupação territorial, o Norte do Paraná constituiu-se em caso "sui generis", devido à extensão e intensidade com que se processou essa ocupação.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as tentativas de

<sup>23</sup> CANCIAN, 1977, p. 28-9.

<sup>24</sup> CANCIAN, centrando-se a análise, na relação entre preços e produção de café no Paraná, procurou detectar como as implicações da política econômica relacionaram-se com o setor cafeeiro e até que ponto concorreram para que o mesmo determinasse as formas de utilização da terra, na região Norte do Estado. Para maiores esclarecimentos sobre a formação da economia paranaense consultar PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, 1970. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica.

ocupação das terras norte-paranaenses, até a segunda metade do século XIX, foram irrelevantes. Entre essas destacam-se, no século XVII, por volta de 1610, a instalação de reduções jesuíticas na região de Guairã então sob domínio do governo do Paraguai, com a finalidade de congregar e cristianizar os índios, destruídas, vinte anos depois, pela ação predatória dos bandeirantes.<sup>25</sup>

No século XVIII, a região ficou à margem das correntes de colonização, enquanto se processava a ocupação do segundo planalto paranaense.

A partir do século XIX, a colonização do Norte do Paraná foi retomada e apresenta dois marcos distintos: um de ordem oficial e outro de ordem particular. No primeiro, sob iniciativa do Governo Imperial, foram implantados a Colônia Militar de Jataí, à margem direita do Rio Tibagi, em 1855 e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra, em 1859. Esses núcleos contudo, devido à sua localização e isolamento, não lograram êxito pois foram tentativas mais de ordem militar que propriamente colonizadoras.<sup>26</sup>

Quanto às tentativas de ordem particular, essas tiveram êxito, sobretudo porque *"a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do Estado e sua expansão natural seria em território paranaense."*<sup>27</sup> Assim, *"penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no nor-*

<sup>25</sup> MARTINS, Romário. História do Paraná. 3. ed. Curitiba, Guaíra, s. d. p. 66-7.

<sup>26</sup> BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. M. Norte do Paraná: In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1, p. 213.

<sup>27</sup> PADIS, p. 121.

te paranaense." <sup>28</sup>

Nessa frente de povoamento, a exploração agrícola se fez espontaneamente, por grandes proprietários isolados e suas famílias; os colonos eram nacionais e assalariados, as técnicas agrícolas transplantadas de São Paulo.

Esse movimento refletiu o paradoxo mais amplo da conjuntura nacional: superprodução e baixa de preços em São Paulo, — incentivo ao plantio no Estado do Paraná. <sup>29</sup>

Da região das Cinzas, o povoamento se estendeu para o planalto arenito-basáltico, processando-se a colonização em duas fases: a mais antiga, desenvolvida até 1930, entre os rios Itararé e Tibagi e a mais recente, realizada por iniciativa de particulares ou sob os auspícios do Estado, entre 1930 e 1960, na região oeste do Tibagi até o Rio Paraná. <sup>30</sup>

Tem-se, portanto, que a ocupação e o povoamento do Norte do Paraná estão diretamente vinculados à expansão da cultura cafeeira e que, conforme a época e a origem da colonização, efetivaram-se em etapas sucessivas e de formas distintas.

NORTE VELHO - região que abrange desde a divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio entre os rios Itararé e Tibagi — colonizada entre 1860 e 1925;

NORTE NOVO - área compreendida de Cornélio Procópio

<sup>29</sup> Embora paradoxal, tal contradição se explica pela adoção de uma política agrária dinâmica, amparada na Lei Estadual Nº 642, de 05 de abril de 1916, por intermédio da qual o poder executivo podia conceder terras para colonização a particulares e empresas que dispusessem de capitais para tais encargos. Desta forma o Estado visava colonizar grandes áreas às expensas de terceiros e aumentar a arrecadação das rendas estaduais, pois, "*Loteadas as terras, os impostos de transferências rendiam tanto quanto a própria produção agrícola.*" CANCIAN, 1980, p. 32.

<sup>30</sup> BALHANA, PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, p. 214.

até o rio Ivaí — colonizada entre 1920 e 1950;

NORTE NOVÍSSIMO — região que se estende entre os rios Ivaí e Piquiri — colonizada entre 1940 e 1960 (mapa nº 1).

### 3 - AS EMPRESAS COLONIZADORAS

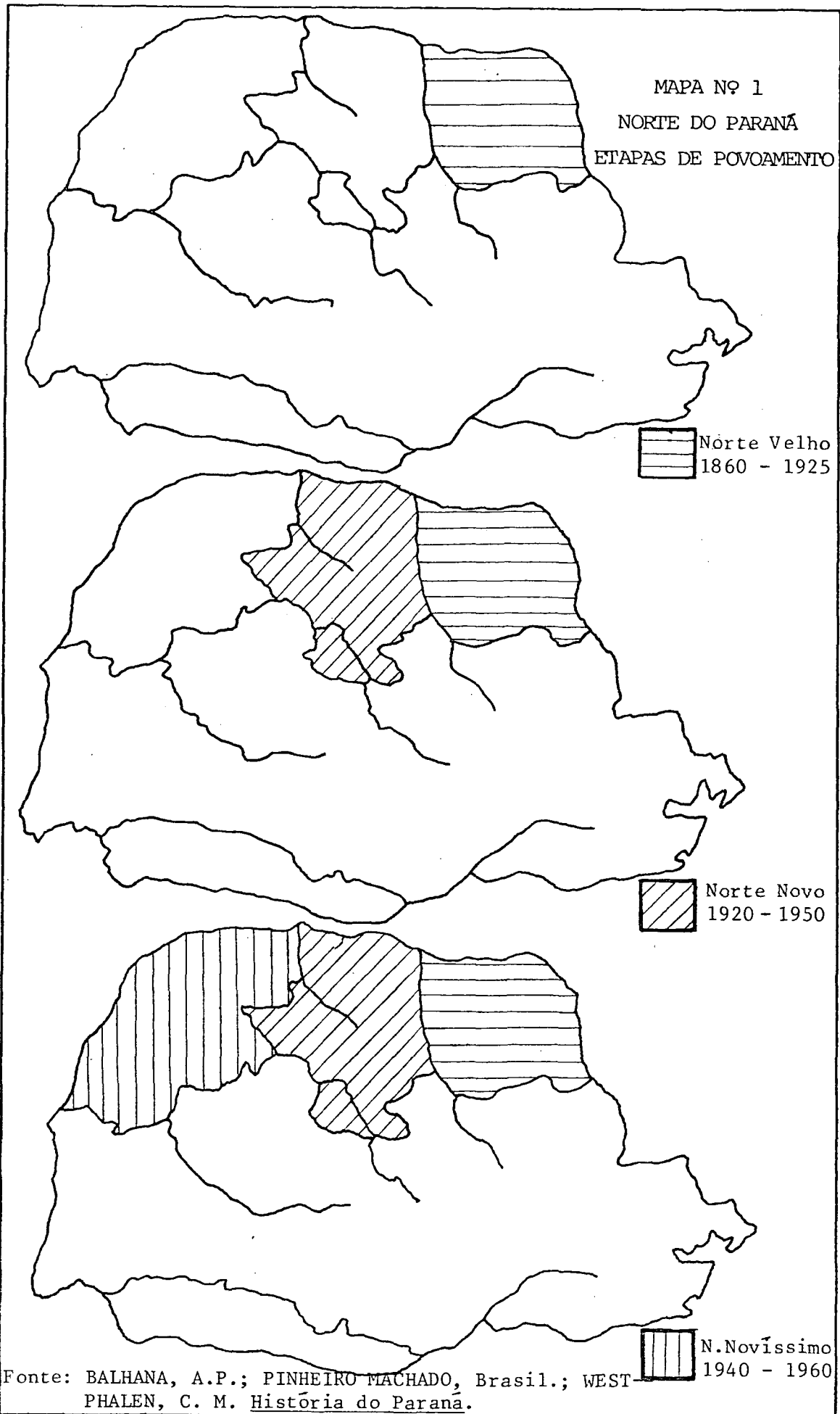
A investigação do povoamento do Estado do Paraná, permite constatar que grande parte de seu território não fora ainda ocupado até o início deste século.

Em 1872, o Paraná contava com 126.722 habitantes, o que representava 1,3% da população brasileira e uma densidade demográfica de 0,64 h./km<sup>2</sup>. Possuía quatorze municípios, doze localizados no chamado Paraná tradicional, um ao norte e outro a sudoeste (mapa nº 2).

No início do século XX, o número de habitantes era de 327.136, o que representava 1,9% da população global do país e uma densidade demográfica de 1,6 h./km<sup>2</sup>. O número de municípios atingia vinte e nove, dos quais vinte e dois localizados na região de povoamento mais antigo, três no oeste e quatro no norte. O povoamento abrangia, portanto, a região litorânea, o planalto de Curitiba, os Campos Gerais, parte dos Campos de Guarapuava e parte do Norte Velho.<sup>31</sup>

Assim, apesar das tentativas oficiais de colonização já mencionadas, o Norte do Paraná permaneceu até o último quartel do século XIX, como sertão desconhecido e desabitado; não

<sup>31</sup> LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. São Paulo, 1980, p. 84. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.



MAPA Nº 2  
ESTADO DO PARANÁ  
GRANDES REGIÕES



Fonte: BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.



houve, por parte do governo, interesse no seu devassamento e, além disso, a mata tornava difícil a penetração de caboclos isolados e a formação de roças.<sup>32</sup>

A onda colonizadora somente adquiriria expressão no início do século XX, consoante as mutações conjunturais da economia nacional, que tornou preferidas para o plantio de café, as terras do Paranã.

Nas primeiras décadas do século, foi intensificada a colonização das áreas entre os rios Itararé e Tibagi, ainda na forma de ocupação espontânea por fazendeiros que, como empresa privada e individual, estabeleceram suas fazendas em terras adquiridas ao Estado do Paranã, a antigos posseiros ou a concessionários na região.<sup>33</sup>

Em 1904, a penetração de fazendeiros vindos de Ourinhos atingiu Cambará — primeira etapa do avanço para o oeste; em 1921, chegou a Bandeirantes e em 1924 a Cornélio Procópio. Essa penetração verificou-se num período de grande expansão da cultura cafeeira e originou um povoamento diverso daquele observado em outras regiões do Paranã: não houve a criação de núcleos isolados e independentes entre si, mas uma expansão contínua do povoamento.

Em 1929 a frente de expansão já atingia o vale do Tibagi, prosseguindo a oeste desse rio, com maior vitalidade, nos anos subseqüentes apesar da *crise*.<sup>34</sup>

Numa das áreas que permaneceram desocupadas na retaguarda da frente de expansão, fundou-se em 1931 a Colônia As-

<sup>32</sup> BERNARDES, p. 27.

<sup>33</sup> BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, p. 214.

<sup>34</sup> BERNARDES, p. 26-7.

saí, pertencente à Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., de capitais e direção japoneses, cujo êxito deveu-se ao clima saudável, à fertilidade das terras e à pequena distância da Colônia de Jataí.<sup>35</sup>

A Colônia de Assaí, dedicou-se à policultura, com destaque para o cultivo do algodão.<sup>36</sup>

No segundo decênio do século XX foram feitas pelo Estado do Paraná numerosas concessões no planalto a oeste do Tibagi para fins de colonização. Entre essas, a de duas glebas de 50.000 hectares que foram concedidas a particulares: Corrain e Cia. (Primeiro de Maio) e Leopoldo de Paula Vieira (Sertanópolis), cujo loteamento de forma sistematizada resultou na rápida ocupação da região.<sup>37</sup>

A obra colonizadora nessas glebas representou a abertura de uma nova frente de expansão independente daquela que, partindo de Ourinhos, desenvolveu-se de leste para oeste. Seu êxito revestiu-se de importância por terem sido as primeiras tentativas de colonização a oeste do rio Tibagi.<sup>38</sup>

Foram feitas ainda concessões a Manuel Firmino de Almeida (Colônia Zacarias de Góis), a Antonio Alves de Almeida (Nova Bahia) e a Companhia Marcondes (Pirapõ).<sup>39</sup>

Entretanto, a mais bem sucedida das concessões foi a que adquiriu a Paraná Plantation Ltd. através da compra de terras devolutas ao Estado. Essa concessionária, através de suas subsidiárias executou com êxito um plano de colonização

<sup>35</sup> BERNARDES, p. 29.

<sup>36</sup> MÜLLER, p. 73.

<sup>37</sup> BALHANA, PINHEIRO MACHADO, WESTPHALEN, p. 214.

<sup>38</sup> BERNARDES, p. 31.

<sup>39</sup> BERNARDES, p. 36.

que motivou o Governo do Estado do Paraná a empreender, ele próprio, a colonização das terras inaproveitadas ou devolutas, a partir de 1939.<sup>40</sup>

A execução desse plano foi confiada ao Departamento de Terras e Colonização que criou, além de Jataizinho, as colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950), Pagu (1950) e Paranavaí.<sup>41</sup>

Com exceção das colônias Centenário e Paranavaí, que foram loteadas em *fazendas*, o sistema de colonização adotado foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, onde se observou o predomínio de pequenas e médias propriedades.<sup>42</sup>

### 3.1 - A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A concessão feita pelo Governo do Estado através da venda de terras devolutas a Paraná Plantation Ltd. remonta à vinda da Missão Montagu, constituída por técnicos ingleses que em 1924, a convite do governo brasileiro, veio analisar a situação financeira, econômica e comercial do Brasil, *"com vistas a consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra... e a reformulação do nosso sistema tributário."*<sup>43</sup>

Da missão participava Lord Lovat, diretor da Sudan Plantation, que visando atender interesses dessa empresa (compra de terras para plantio de algodão) visitou o Norte do Paraná, e motivado pela fertilidade da terra e pelas condições

<sup>40</sup> BERNARDES, p. 36.

<sup>41</sup> BERNARDES, p. 37-38.

<sup>42</sup> BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, p. 216-17.

<sup>43</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo, 1975. p. 42.

favoráveis de compra, de retorno à Inglaterra, fundou a *Brazil Syndicate Ltd.* em companhia de outros capitalistas ingleses. Esses empresários, antevendo que um plano de colonização para as terras a serem adquiridas proporcionaria maiores lucros que a plantação de algodão, alteraram o plano inicial, criando a *Paraná Plantation Company* para a formação do capital necessário à compra de terras e à construção de estradas de ferro e rodagem indispensáveis à penetração e colonização. Essa empresa, constituída com capitais ingleses, £ 1.460.000 em ações e £ 375.000 em obrigações,<sup>44</sup> realizou, entre 1925 e 1927, transações com o Governo do Estado do Paraná, tendo dele adquirido uma área de 515 mil alqueires (12.643 km<sup>2</sup>) de terras devolutas no norte do Estado, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Formou-se a "Paraná Plantation Ltd.", que foi desdobrada em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, encarregada da extensão da ferrovia de Ourinhos até as zonas de loteamento.

Essas subsidiárias se completavam: uma loteando e vendendo as terras a serem colonizadas e a outra assegurando o fluxo de colonizadores e, também, o escoamento da produção e a ligação com os demais centros.<sup>45</sup>

A companhia tomou posse de sua propriedade em julho de 1929 fundando a seguir a cidade de Londrina, onde instalou sua sede.

A ação desenvolvida pela Companhia de Terras Norte do Paraná concentrou-se em três atividades principais:

<sup>44</sup> MÜLLER, p. 75

<sup>45</sup> CAMBIAGHI, p. 86.

1.<sup>a</sup> - COLONIZAÇÃO — complexo envolvendo planejamento, loteamento e venda de terras.

Ao planejamento das vendas precedia um cuidadoso aparato publicitário, traduzido pela emissão de folhetos nos quais, de forma inequívoca, eram descritas as condições e vantagens da aquisição de propriedades agrícolas no Paraná. A divulgação era efetuada por agentes da Companhia nas principais localidades do Norte Velho do Paraná e no oeste da região cafeeira paulista. Paralelamente, desenvolvia-se intensa campanha de divulgação em jornais de grande circulação de São Paulo e do Paraná. Além das vantagens na aquisição da propriedade, a Companhia propiciava ainda aos compradores o transporte e assistência para sua instalação.<sup>46</sup>

As áreas de propriedade da Companhia foram divididas em zonas e estas subdivididas em glebas e patrimônios cujo loteamento foi iniciado em 1930.

Os lotes, distribuídos ao longo das encostas, constituíam-se de faixas de largura variável, que iam do topo das elevações até o fundo dos vales, delimitando-se acima, por uma via de acesso e abaixo, por um curso d'água, impossibilitando, portanto, servidões e propriedades encravadas. Dessa forma, por esse sistema, cada proprietário possuía uma parte alta propícia ao plantio do café e uma parte baixa destinada a pastos, hortas e pomares.<sup>47</sup>

O tamanho médio das propriedades rurais variava de 10 a 15 alqueires paulistas (24.200 m<sup>2</sup> ou 2.42 ha.), havendo predomínio da pequena propriedade.

<sup>46</sup> BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, p. 216.

<sup>47</sup> BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, p. 215.

As vendas objetivavam o atendimento ao pequeno proprietário sem, no entanto, afastar os de maiores recursos. Assim, foram colocados à venda:

- a) datas — com extensão média de 500-600 m<sup>2</sup> cada, nas cidades fundadas pela Companhia;
- b) chácaras — com áreas de até 5 alqueires, ao redor das cidades e vilas;
- c) lotes rurais — com mais de 5 alqueires, destinados a sítios e fazendas.

A aquisição dessas propriedades foi facilitada por planos distintos de pagamento que variavam: 4 anos para os lotes rurais, 2 anos para as chácaras e 1 ano para as datas urbanas; os juros eram cobrados à razão de 8% ao ano.

2.<sup>a</sup> - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS — atividade caracterizada pela implantação de um eixo rodoferroviário de penetração para propiciar o rápido escoamento da produção, a ligação dos núcleos entre si e desses com os principais centros do país.

3.<sup>a</sup> - IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS — cidades e patrimônios destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e a servir de polos irradiadores de toda obra colonizadora.

Os pesados impostos taxados sobre os capitais estrangeiros, durante a Segunda Guerra Mundial, impeliram a Inglaterra a dispor de seus bens no exterior; assim, foi colocada à venda em São Paulo e no Rio de Janeiro<sup>48</sup> a Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo adquirida por empresários paulistas tendo à frente Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercan-

<sup>48</sup> MÜLLER, p. 79.

til de São Paulo e Gastão de Mesquita Filho.<sup>49</sup>

A cobertura cambial necessária foi concedida pelo Governo Federal, mediante a transferência da estrada de ferro São Paulo-Paraná para o acervo da União.

A nova diretoria não alterou as diretrizes desenvolvidas por seus antecessores e, procurando evitar qualquer solução de continuidade, fundou, em 1947, Maringá — destinada a se tornar centro regional da porção mais ocidental das terras da Companhia.

Sob a direção total de brasileiros a empresa deu prosseguimento ao loteamento de terras, à construção de estradas e à fundação de núcleos urbanos. A partir de 1951, visando ampliar suas atividades e o desenvolvimento das áreas já colonizadas, lançou-se em outros empreendimentos, ocasião em que passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

#### 4 - MARINGÁ NO CONTEXTO OCUPACIONAL - CAFEICULTURA, COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÃO.

Para se aquilatar a importância representada pela economia cafeeira na fase de ocupação da região de Maringá é necessário rever a expansão da mesma no Paraná.

A conjuntura de depressão (1930 a 1944) que se refletiu

\* Como a fundação e a aquisição de várias indústrias: Empresa Elétrica de Londrina (da qual assumiu o controle acionário e construiu a Hidrelétrica de Apucarantina), "Companhia Agrícola Usina de Jacarezinho", "Companhia de Cimento Portland Maringá", "Companhia Brasileira de Material Ferroviário - COBRASA" (da qual se tornou a maior acionista), "Marítima de Seguros Gerais" e "Forjas Nacionais - FORMASA".

<sup>49</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p. 97.

no Brasil pelo excesso de produção e pela busca do equilíbrio estatístico,\* bem como pela proibição do plantio de novos cafezais em lavouras paulistas, estimulou a ampliação das plantações no Paraná, notadamente entre 1930 e 1940.\*\*

As atividades agrícolas, embora desenvolvidas em momento de crise da economia brasileira, lograram êxito devido a forma adotada para a transmissão da propriedade pelas empresas colonizadoras e pelo próprio Estado.

O parcelamento das terras em lotes pequenos, vendidos a prazo, com taxas de juros baixas, bem como o transporte, e assistência técnica e o preço relativamente baixo da terra possibilitaram no Paraná a expansão do plantio do café pela incorporação extensiva das novas terras.

Diferenciando-se das áreas paulistas, a agricultura paranaense no norte do Estado tendeu gradativamente à policultura,<sup>50</sup> exceto na área do "Norte Novo de Maringá".

A itinerância do café se fez em dois sentidos: 1) de São Paulo para o Paraná, 2) no interior do próprio norte do Paraná, das áreas mais antigas do Norte Pioneiro para o Norte

\* Política econômica interna que visava adequar a oferta aos níveis da demanda utilizando como mecanismos a incineração, a proibição de plantios em novas áreas, a instituição de taxas de exportação e de quotas de equilíbrio, numa clara intervenção do Estado na Economia.

\*\* Visto que o Governo do Estado do Paraná tinha interesse em promover a ocupação do Norte do Estado e ampliar sua renda: (vide nota rodapé nº 29) e que ainda não atingira a cota de 50.000 pés de café plantados conforme o que estipulava o Decreto Nº 19.688 de 11 de fevereiro de 1931, que impedia o plantio de novos pés de café em Estados que já tivessem atingido esses totais.

<sup>50</sup> Para estudo sobre as formas de utilização da terra no Norte do Paraná, consultar CANCIAN, 1980, p. 95-122.



Novo e Novíssimo.\* A fertilidade das terras roxas reduziram o custo da produção possibilitando lucro, apesar dos preços baixos.

No após guerra, sobretudo na década de 50, a cafeicultura atingiu no Paraná a sua maior expansão. Dentro do quadro conjuntural da economia cafeeira, expandiu-se o município de Maringá, tendo como fatores determinantes em sua fase inicial:

sua localização no Norte Novo;

sua destinação a centro regional pela Companhia de Terras Norte do Paraná;

o predomínio da terra roxa;

a incorporação de suas terras à economia paranaense e nacional através da produção do café.

A cidade de Maringá, ao ser criada em 1947 como um dos núcleos básicos da colonização empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná\*\*, distava 127 km. de Londrina e possuía uma extensão de cerca de 1.000 km<sup>2</sup>\*\*\*, que foram divididos em glebas e patrimônios<sup>51</sup> de tamanhos variados, de acordo com a topografia e os cursos d'água, desses recebendo suas de-

\* Destacam-se no Norte Velho os seguintes núcleos: Jacarèzinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio; no Norte Novo: Londrina, Maringá, Apucarana, Araçongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatú e Jaguapitã; e no Norte Novíssimo, Cianorte, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Xambrê e Terra Boa.

\*\* Os núcleos básicos estabelecidos pela C.M.N.P. foram: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama.

\*\*\* Com a criação em 1960, através da Lei nº 4.245 de 25.07.60 dos municípios de Ivatuba, Paiçandu e Floresta, a área do Município de Maringá reduziu-se a 425 km<sup>2</sup>.

<sup>51</sup> Patrimônios são os lotes menores, situados ao redor dos núcleos urbanos e destinados aos "cinturões verdes" ou seja, faixa dividida em pequenas chácaras para garantir o abastecimento de gêneros alimentícios. Judite M. B. TRINDADE, Estrutura agrária, uma metodologia para seu estudo na História. Curitiba, 1977. p. 31. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

nominações.

Assim surgiram as glebas: Atlantic, Caxias, Centenário, Chapecô, Colombo, Maringã, Morangueiro, Paiçandu e os patrimônios: Água Boa, Dr. Camargo, Iguatemi, Maringã, Paiçandu, Pinguim e Sarandy.

Em pesquisas realizadas junto ao Arquivo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná constatou-se que os lotes rurais foram vendidos a partir de 1938.<sup>52</sup>

Os anos de 1941, 1943, 1944, 1947 e 1948 apresentaram os maiores índices globais de venda (isso em decorrência da conjuntura favorável que experimentava a cafeicultura paranaense).

Quanto à área, houve equivalência nas vendas entre os lotes pequenos (até 3 alqueires) e médios (5 a 10 alqueires) correspondendo à venda de lotes de até 10 alqueires a 80% de todos os lotes vendidos.

O preço do alqueire variou em função da localização, tamanho, qualidade da terra, topografia e valorização por venda de lotes contíguos ou próximos e sobretudo entre os lotes das glebas e dos patrimônios; naquelas, os lotes eram maiores e os preços menores; nestes, devido à proximidade ao núcleo urbano, sucedia o contrário.

Entre os adquirentes de lotes rurais, verificou-se a predominância de brasileiros — mais de 80%; quanto à proce-

<sup>52</sup> LUZ, France & OMURA, Ivani A. R. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., São Paulo, 1974. Anais. São Paulo, ANPUH, 1976. v. 7, p. 783-815. As vendas das terras eram efetuadas nos escritórios da Companhia em Londrina e Mandaguari. Em 1942, instalou-se o Hotel Maringã, primeira casa do patrimônio Maringã, o início do núcleo do "Maringã Velho", isso enquanto a Companhia aguardava a definição do traçado da via férrea para então implantar o núcleo urbano.

dência, constatou-se que os primeiros proprietários, em sua maioria eram procedentes do próprio Estado, seguidos pelos oriundos do Estado de São Paulo. Entre os primeiros predominavam os residentes nas zonas mais antigas do norte paranaense, que embora considerados provenientes do próprio Estado, em realidade e na maioria, eram naturais do Estado de São Paulo.

Em 1947, ao ser lançada a pedra fundamental da cidade de Maringá, a venda de cerca de 60% dos lotes rurais já fora efetuada; na faixa urbana (núcleos e patrimônios) essas se processariam em larga escala, até meados da década de 50.

O município de Maringá até sua instalação em 1952, constituía-se num dos distritos de Mandaguari e apresentava, pelo Censo Demográfico de 1950, um contingente populacional de 38.538 habitantes, sendo 53.6% do sexo masculino e 46.4% do sexo feminino. A maior parte dessa população (81%) vivia na zona rural e os demais (19%) nas áreas urbanas e suburbanas.

Em 1960, a população de Maringá era de 103.546 habitantes, permanecendo o equilíbrio entre a população masculina e feminina — 51.9% e 48.1% respectivamente, não obstante houvesse ocorrido um elevado índice de urbanização, tendo a população urbana passado de 7.272 hab. em 1950, para 47.592 hab. em 1960. Em números absolutos a população rural também cresceu de 31.318 hab. em 1950 para 56.539 hab. em 1960, embora em números relativos tenha decrescido, passando de 81% em 1950 para 54% em 1960. Todavia não significou perda de expressividade conforme se pode inferir pela análise dos dados do Censo Agrícola de 1960 que registra, no município de Maringá, a existência de 5.443 estabelecimentos agrícolas nos quais destaca:

a predominância de lavouras permanentes, notadamente de café;

predomínio de pequenas propriedades — 5.216 (96%) dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha.;

predomínio da propriedade individual — do total de estabelecimentos (5.443), 96% pertenciam a um único proprietário;

ocupação efetiva da área pela agricultura — 97% dos estabelecimentos em área de 88.548 ha. (91%);

utilização das terras por lavouras permanentes — 90% dos estabelecimentos;

predomínio de propriedades próprias e arrendadas — 5.392 estabelecimentos (98%) ocupando 96% da área, pertenciam aos seus ocupantes;

uso exclusivo da força humana — 5.291 estabelecimentos (97%) não empregavam maquinários;

predomínio da cultura do café — 89% dos estabelecimentos dedicavam-se ao plantio do café, representando no ano de 1959 uma produção de 65.441 ton. ou seja 10.907.350 sacas de 60 kg. de um total geral produzido pelo Estado do Paraná estimado em 15.206.975 sacas.<sup>53</sup>

O exposto evidencia:

que a lavoura cafeeira predominou nas pequenas e médias propriedades, que o café foi o principal fator de valorização econômica das terras do norte do Paraná e em particular da área de influência de Maringá;

que o café trouxe consigo em sua marcha progressiva o povoamento do Norte do Paraná e do município de Maringá;

<sup>53</sup> LUZ, p. 275-80.

que, por ser cultura permanente, exigiu cuidados e mão de obra numerosa, o que provocou a migração de um forte contingente populacional, a seguir examinado.

O complexo de causas, que gera o fenômeno das migrações que se examina a seguir, recebe respaldo teórico na proposta de Carlos OSÓRIO,<sup>54</sup> por entendermos ser sua abordagem a que de forma mais racional equaciona o problema das migrações, dentro da conjuntura em estudo e porque o alcance de sua análise não se restringe a situações particulares ou a áreas específicas, permitindo generalizações.

Entre as diversas circunstâncias que provocam o fenômeno migratório, o modo como se realiza a acumulação do capital, com seus reflexos tanto na geração quanto na destruição de oportunidades de trabalho, parece ser das mais significativas. Ocorrendo de forma distinta nos vários espaços, a acumulação do capital molda a mobilidade do trabalho, não apenas e de caráter espacial (migracional) como também a de caráter vertical (social).<sup>55</sup>

A expansão do processo de acumulação subordina as diversas formas de organização produtiva do comando do capital, o que implica em mudança nas relações de trabalho: desvinculação do trabalhador dos meios de produção, sobretudo a terra, tornando-o então, disponível às necessidades da expansão capitalista, ou manutenção das formas pré-capitalistas de produção, desde que subordinadas à dinâmica própria dessa ex-

<sup>54</sup> OSÓRIO, Carlos. Migrações recentes e desigualdades, In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Belo Horizonte, Anais. Belo Horizonte, ABEP, s. d. 603-19.

<sup>55</sup> GAUDEMAR, Jean Paul. A mobilidade do trabalho e a acumulação do capital. Lisboa, Estampa, 1977. Citado por OSÓRIO p. 603.

pansão.

No processo de intensificação das relações capitalistas no campo, observa-se a geração de excedentes rurais que vão se adaptando aos movimentos dominantes do capital e seguem novos caminhos em busca da sobrevivência. Assim, a questão rural apresenta dois fluxos: um urbano metropolitano e outro inter áreas agrícolas ou intra fronteiras,<sup>56</sup> gerando as frentes: a) camponesa (área física não vinculada ao mercado) e, b) capitalista — competitiva e monopolista (área física voltada para o mercado nacional e internacional).

A frente capitalista distingue-se pela propriedade da terra, pelo valor de troca e pela integração da produção ao mercado; é competitiva quando há predomínio da pequena propriedade e de projetos de colonização, quer privados, quer oficiais.

A frente cafeicultora no Paraná pode ser vista como uma frente capitalista competitiva, e não como "frente pioneira", pois admitindo que pioneiro é o que vai adiante, é o que abre caminho, olavrador e o pequeno proprietário são pioneiros; na estrutura em estudo, porém, não coube ao lavrador a decisão de migrar: os fluxos foram determinados pelo movimento do capital, ou seja, a frente capitalista, ao fazer a prévia ocupação dos espaços vazios por grandes propriedades, antes que lá chegassem os lavradores e os pequenos proprietários, cumpriu o pioneirismo.

Os processos de expulsão não podem ser concebidos isoladamente, pois as migrações sempre ocorrem associadas à opor-

<sup>56</sup> Para análise do sistema social implantado inter-áreas agrícolas, consultar José de Souza Martins, p. 44 e seguintes, sobretudo quanto a distinção entre frente de expansão e frente pioneira.

tunidades existentes na origem e no destino, de tal forma que o fenômeno migratório ocorrido no Norte do Paraná e especificamente no município de Maringá, que possibilitou a ocupação da região a curto prazo, foi determinado pela acumulação do capital e o crescimento demográfico foi decorrente do avanço da frente capitalista.

Pelo exposto, deduz-se que a conjuntura que impeliu a expansão da cafeicultura e que resultou no povoamento do Norte do Paraná compreende, entre outros, os seguintes denominadores:

- a) declínio da produtividade em áreas paulistas, quando se objetivava a produtividade e não a qualidade;
- b) desgaste das terras paulistas, altos preços cobrados pelas mesmas em virtude da itinerância da lavoura cafeeira e ocupação de toda área agriculturável;
- c) convênio de Taubaté (1906) — valorização do café pela retenção dos estoques — intervenção estatal;
- d) crescente produção de café sem aumento equivalente na demanda de consumo externo, manutenção dos preços e elevação interna dos mesmos para a venda;
- e) mudanças da política agrária no Estado do Paraná — Lei nº 1.642, através da qual foram feitas concessões de terras devolutas ou inaproveitadas à empresas colonizadoras e a particulares que dispusessem de capitais para executar a ocupação;
- f) condições geo-climáticas altamente satisfatórias (terra roxa, clima temperado, relevo suave);
- g) facilidade para aquisição de pequenas e médias propriedades (preço baixo, pagamento parcelado a longo prazo, legitimidade de posse) que permitiu a ex-co-

lonos a passagem da situação de assalariados para a de pequenos proprietários;

- h) expansão da rede ferroviária, ligando a região cafeeicultora a Sorocaba, via Ourinhos, demandando o café ao Porto de Santos e posteriormente, por intermédio do Estado, possibilitando o escoamento da produção via Paranaguá.





## 5.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para efeito deste estudo, definiu-se conjuntura político partidária como o complexo formado pelo sistema partidário e pelo sistema eleitoral. Por conjuntura o modo pelo qual os diferentes grupos sociais se relacionam entre si, e em face de seus respectivos objetivos em situações históricas determinadas.

Por *sistema partidário* o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com o corpo eleitoral e com os grupos de interesse, assim como com os diversos aparatos que compõem o Estado; por *sistema eleitoral* a ordenação da forma de representação política em seu aspecto formal e prático.

Esses esclarecimentos sobre a terminologia se fizeram necessários, dado a variedade de enfoques que se inscrevem sob essas rubricas.

Este capítulo pretende tão somente traçar em grandes linhas algumas considerações sobre:

a organização, características e diretrizes dos partidos, sobretudo dos partidos nacionais surgidos após 1945; a evolução da legislação eleitoral e do papel nela destinado aos partidos e ao eleitorado.

Com essa abordagem se objetiva traçar o quadro conjuntural da política partidária e do regime representativo a par-

tir do qual se pretende inferir a análise em âmbito municipal.

## 2. SISTEMA PARTIDÁRIO

A questão dos partidos políticos é das mais complexas e exploradas pela Ciência Política em todos os campos de aplicação.

Os cientistas sociais brasileiros, de forma geral, os enquadram dentro de três correntes: a) partidos e representação de classe; b) partidos e sua organização; c) partidos e o poder local.<sup>57</sup>

<sup>57</sup> *Na primeira corrente destacamos:* SINGER, Paul. A política das classes dominantes, in: IANNI, Octávio et. alii. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.; IANNI, Octávio. Processo político e desenvolvimento econômico, in: IANNI, Octávio et. alii. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.; SOARES, G.A. Dillon. Brasil, a política do desenvolvimento desigual. RBEP; (22):222-48, jan. 1967.; SOARES, G. A. Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel, 1972.; JAGUARIBE, Hélio. Problemas do desenvolvimento latino americano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.; RAMOS, Guerreiro. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.; PICALUGA, Isabel Fontenelle. Os partidos políticos e as classes sociais. Petrópolis, Vozes, 1980.

*Na segunda corrente destacamos:* FONTES, Lourival. Política petróleo e população. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1958.; SOUZA, Pompeu. As eleições de 62; decomposição partidária e os caminhos da vitória. RBEP; (16):7-20, jan. 1964.; SOARES, G. A. Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. RBEP; (17):95-124, jul. 1964.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Partidos políticos brasileiros. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1973.

*Na terceira corrente destacamos:* AZEVEDO, A. Fay & RODRIGUES, F. Contreiras. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul; dois pontos de vista. RBEP; 1(2):76-98, jul. 1957.; AZEVEDO, Luiz O. Viotti. Evolução dos partidos políticos no município de S. João Evangelista. RBEP; 3(6):183-94, jul. 1959.; BLONDEL, Jean. As condições da vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, FGV, 1957.; CARVALHO, Orlando. Os partidos políticos em Minas Gerais. RBEP; 1(2):99-115, jul. 1957.; DINIZ, S. Gabriel. Grupos políticos em Minas Gerais. RBEP; (22):225-34, jan. 1967.; MONTENEGRO, Abelardo F. Estrutura ocupacional dos partidos políticos cearenses. RBEP; 2(3):229-32, jan. 1958.; MONTENEGRO, Abelardo F. Partidos políticos cearenses. RBEP; (22):235-44, jan. 1967.; NOGUEIRA ORACY. Os movimentos e os partidos políticos em Itapetininga. RBEP; (11):222-47, jun. 1961.; OSÓRIO, J. Luiz. Partidos políticos no Rio Grande do Sul; período republicano. Porto Alegre, Globo, 1930.

Os partidos políticos têm sido exaustivamente estudados pela História Política, pela Teoria Geral do Estado, pelo Direito Comparado, pela Sociologia Política, pelo Direito Constitucional, pela Economia Política, pela Estatística e pelo Direito Eleitoral, sob os aspectos variados de suas especificidades.

Tendo em vista não pretender estudá-los isoladamente e nem dentro das correntes existentes, mas apenas caracterizá-los na conjuntura nacional, será traçado um breve histórico de sua evolução no Brasil, na tentativa de precisar sua feição no contexto.

Para situar a origem dos partidos políticos brasileiros é necessário reportar ao século XIX. País escravocrata, latifundiário e agrícola, estava o Brasil em relativo atraso às idéias vigentes na Europa. O trabalho servil ainda não fora abolido, por ter sua existência ligada a base da economia, o sufrágio era limitado pelo "status social"<sup>58</sup> e havia restrições à liberdade de consciência.<sup>59</sup>

Nesse quadro conjuntural que antecede a independência, existiram grupos e associações políticas, mas não partidos políticos; em sentido constitucional esses grupos não se configuraram como tal, visto que a existência de partidos pressupõe a rigor a existência de uma Constituição e de um regime representativo.<sup>60</sup>

O funcionamento das instituições políticas nacionais,

<sup>58</sup> Constituição do Império - art. 92 e 94.

<sup>59</sup> Os artigos 5 e 95 da Constituição do Império, instituindo a religião oficial do Estado, obrigavam aos deputados a prática da mesma.

<sup>60</sup> MELLO FRANCO, Afonso A. de. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974. p. 26.

embora precoce não ensejou o aparecimento de partidos políticos. Surgiram facções, núcleos polarizadores de forças diversas, agrupamentos ocasionais que se degladiaram pela predominância de certos interesses sociais. A opinião dos autores quanto à formação dos primeiros partidos difere: Armitage rotula o Partido Restaurador, o Partido Exaltado e o Partido Moderado como os primeiros partidos políticos surgidos no Brasil (quando da instalação da Constituinte de 1823), semelhante é a posição de Fachim e de Cortez.<sup>61</sup>

A maioria dos autores, entretanto, situa o aparecimento dos primeiros partidos ao fim da Regência com o surgimento do Partido Conservador e do Partido Liberal,<sup>62</sup> que se alternariam no poder definindo a luta política de 1836 até o final do regime monárquico.

Nesse interregno a vida partidária foi tumultuada, em decorrência de fragmentações, fusões e pelo aparecimento de novas organizações políticas, entre as quais o Partido Republicano fundado em 1870. Esse partido, embora ciente das falhas existentes nas instituições e no meio social, respectivamente privilégio da elite agrária e privação do exercício político à maioria dos brasileiros,\* não logrou êxito, pois, exceto pelo ponto comum que seus adeptos postulavam a

\* A Constituição do Império considerava como requisitos à candidatura e ao voto, o número de bens e a possibilidade econômica dos mesmos; isso discriminava de certa forma os grupos sociais e conseqüentemente privava a maioria dos brasileiros do exercício do poder e da participação por intermédio do voto.

<sup>61</sup> FACHIM, Luiz Édson & CORTEZ, Augusto Lopes. Os partidos políticos e a realidade nacional. O Estado do Paraná, Curitiba, 7 de out. 1980. p. 14.

<sup>62</sup> MELLO FRANCO, A. Arinos de. Problemas políticos brasileiros. Rio de Janeiro, Olympio, 1975. p. 60.; MOTTA, P. Roberto. Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, F. G. V., 1975. p. 2.

implantação da República, não apresentou propostas substanciais para a modificação do "status quo", tanto é que, não lhe coube a vanguarda no movimento que pôs fim à monarquia parlamentar.

A República instaurada pela ação militar não contou com a participação dos partidos políticos que, além de marginalizados, foram por ela extintos. No entanto o Partido Republicano se manteve ao nível estadual mediante a reorganização de suas células.<sup>63</sup>

No que diz respeito à ideologia, os partidos imperiais não apresentaram diferenças profundas, imbuídos que estavam das características do liberalismo do século XIX, sobretudo da pouca intervenção estatal no campo econômico. Diferiram quanto a ação: os Conservadores empenhados na manutenção da idéia do governo centralizado e da não subordinação ao sufrágio universal; os Liberais advogando a institucionalização do poder por intermédio de eleições e a monarquia federal.

Quanto à composição, houve no Partido Conservador o predomínio de elementos voltados a interesses agrários; e no Partido Liberal de comerciantes e profissionais urbanos, embora contasse entre seus integrantes com uma grande parcela de proprietários de terras.<sup>64</sup>

Proclamado a República e extintos os partidos políticos imperiais, na tentativa de eliminar a influência da elite agrária instaurava-se a primeira facção política do novo re-

<sup>63</sup> MOTTA, p. 5.

<sup>64</sup> LEAL, Hamilton. História das instituições políticas do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1962. p. 327. TORRES, J. Camilo de Oliveira. A democracia coroada. 2. ed. Petrópolis, Vozes. 1964. p. 294.

gime: *civilistas e militaristas* que se degladiariam até 1930 na luta pelo poder.

Durante a Primeira República a mentalidade que vigorou no Brasil foi essencialmente anti-partidária no sentido nacional.<sup>65</sup> As tentativas de formação de partidos nacionais foram infrutíferas e a verdadeira realidade política nacional foi a da mera coalizão de partidos estaduais.

Em decorrência da falta de unidade nacional, emergiram e fracassaram: a) o Partido Republicano Federal (1892), surgido para assegurar o apoio parlamentar ao governo de Floriano e utilizado depois como veículo de sustentação na campanha do primeiro presidente civil, que empossado o hostilizou até a extinção; b) o Partido Republicano Conservador (1910), constituído de um aglomerado de chefias estaduais sem ação partidária e que objetivava apenas um alinhamento de forças de apoio às medidas governamentais; c) o Partido Republicano Liberal (1913), nome que posteriormente recebeu a Campanha Civilista, visava desmantelar as "máquinas políticas regionais", mediante uma campanha partidária sem vínculos; extinguiu-se com a derrota de seu candidato (Ruy Barbosa).

A inexistência de partidos nacionais propiciou o fortalecimento dos partidos republicanos estaduais e a consolidação da "Política dos Governadores" voltada ao controle regional e à obtenção do apoio parlamentar por intermédio de alianças com chefes políticos locais. Essa política que perdurou durante toda a Primeira República apresentou entre outras as seguintes características:

<sup>65</sup> MELLO FRANCO, 1975, p. 63.

fortalecimento gradativo do Poder Central, assegurado pela política de apoio que os deputados e senadores, representantes dos governadores exerceram, fiéis no voto e calados na censura;

fortalecimento gradativo dos Grandes Estados — de tal forma que a hegemonia econômica do café assegurou a hegemonia política aos Estados de São Paulo e Minas Gerais que se revezaram no poder;

crescente insatisfação dos grupos militares marginalizados, aparecimento do "Tenentismo" — movimento que, em nome da democracia e da pureza representativa, visava libertar o povo da escravidão das oligarquias.<sup>66</sup>

Essas transformações ao longo do período se processaram escudadas no "coronelismo", fruto das idéias federalistas que resultaram em maior autonomia para os Estados e consequentemente na política dos governadores, a qual sustentou por meio do aliciamento e preparo das eleições. Assim se explica que em um meio onde o governo detinha a função eleitoral do coronel para manter-se, e este tinha seus interesses econômicos assegurados por intermédio daquele, não fossem movimentos propícios, campanhas oposicionistas, rebeliões e sobretudo a organização de partidos políticos que certamente acabariam por expurgá-los.

Sem a participação dos partidos políticos e de outras camadas sociais, a reação contra o federalismo e a destruição do pacto coronelista se configurou na Revolução de 1930, mediante etapas sucessivas e distintas:

<sup>66</sup> FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre, Globo. 1979, v. 2, p. 581-62.



19) Campanha Civilista de Ruy Barbosa, com a difusão da idéia do direito à representação e a participação no governo;

29) Reação Republicana (Tenentismo), pela oposição dialética entre governante, elite e povo;

39) Aliança Liberal que, por meios revolucionários, pôs término às oligarquias estaduais.

No período compreendido entre a instauração da República até a Revolução de 1930, inúmeras agremiações partidárias se configuraram. No entanto foram efêmeras e corresponderam aos interesses em jogo. De maneira geral representaram grupos de grandes Estados (aos quais os pequenos Estados se subordinavam econômica e politicamente) e, atingidos os objetivos que motivaram seu aparecimento, esses "partidos" desapareceram.

A Revolução de 1930 pretendia a instauração de uma nova ordem política e social, na qual não se cogitava a criação de partidos políticos. Alguns idealistas, em sua maioria tenentes integrantes da Aliança Liberal, fundaram em 1931 o "Clube Três de Outubro" para atuar como sustentáculo do Governo Revolucionário. Essa organização, além de militares, incluía entre seus filiados civis que comungassem dos ideais de uma mudança fundamental: na administração pública, na assistência social e no nível de consciência nacional. Entre 1930 a 1934, não se constituíram partidos políticos nacionais, exceto a Ação Integralista Brasileira e o Partido Comunista por meio da Aliança Nacional Libertadora.

A Ação Integralista Brasileira surgida do "Manifesto à Nação Brasileira", lançado por Plínio Salgado em 1932, pode em verdade ser considerado o único partido nacional legal existente no período compreendido entre 1930 a 1937. Movimento de extrema direita, inspirado no fascismo italiano, com algu-

mas diferenças de forma e método. Propunha um Estado totalitário, o fim dos partidos políticos e uma base social corporativa. Baseava-se no esquema conservador: Deus, Pátria, Família. Defendia o municipalismo e o sindicalismo e condenava o marxismo.

O Partido Comunista Brasileiro que surgiu em 1922 de uma dissidência do anarquismo, forma tradicional do socialismo ibérico, transferido para o Brasil,<sup>67</sup> atuou quase sempre de maneira semi legal, tendo mantido suas atividades secretas e não participando abertamente nas crises políticas. Em 1934, na tentativa de arregimentar seguidores para sua ideologia, foi integrado à Aliança Nacional Libertadora. Essa em virtude de seu programa radical cuja plataforma pedia a suspensão definitiva das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras, a constituição de um governo popular, proteção a pequenos e médios produtores,<sup>68</sup> foi desmobilizada ainda em 1934, já que representava uma ameaça aos interesses das facções de grupos dominantes. O Partido Comunista continuou a agir na clandestinidade até o advento do pluripartidarismo.<sup>69</sup>

As lideranças da Aliança Nacional Libertadora e dos integralistas descendiam dos antigos Clubes Três de Outubro e buscavam para sua ação inspiração no exterior procurando a-

<sup>67</sup> MELLO FRANCO, 1975, p. 65.

<sup>68</sup> BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. 3. ed. São Paulo, Fulgor, 1968. v. 3, p. 72.

<sup>69</sup> O disposto no Decreto nº 7.586 (28 de maio de 1945), possibilitou ao P.C., requerer sua inscrição provisória junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 27 de outubro e torná-la definitiva em 10 de novembro de 45. Entretanto seu período de legalidade seria breve. A 27 de janeiro de 1948, seus direitos foram definitivamente cassados pela Lei nº 211 e pelo T.S.E. Para maiores informes sobre o processo ver: BICALHO, Luiz de Carvalho. PCB: Processo de cassação do registro; 1947. Salvador, Aldeia Global, 1980.

poiar ativamente soluções totalitárias para os partidos nacionais. Apesar de não ter atraído percentagens elevadas de adeptos na massa da população, isoladamente, cada um desses partidos conseguiu exercer forte pressão sobre o Governo Central. Falharam na tentativa de obter o poder pela força, os comunistas em 1935 e os integralistas em 1937.\*

No entanto significativo é o fato desses grupos terem constituído os primeiros movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica.<sup>70</sup>

O Código Eleitoral de 1932 — Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro, reconhecia a existência jurídica dos partidos e regulava o seu funcionamento. Considerava duas espécies de partidos: os permanentes que adquiriam personalidade jurídica nos termos do art. 18 do Código Civil e os provisórios, que não adquiriam aquela personalidade e se formavam transitoriamente à véspera dos pleitos, apenas para disputá-los.<sup>71</sup>

Permitia que as associações de classe, legitimamente constituídas, fossem equiparadas à partidos e o registro do candidato avulso (art. 88, parágrafo único).

A Constituinte de 1933-1934, não apresentou inovações em confronto com a situação anterior à Revolução, quanto aos partidos políticos, exceto no número desses nos Estados, que

\* Os comunistas devido a ausência de condições objetivas e subjetivas para o sucesso do movimento - Ver BASBAUM, p. 66-87. Os integralistas pela ação do Decreto Lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937, que dissolveu compulsoriamente todos os partidos políticos brasileiros. Em 1945 os integralistas seriam reintegrados ao cenário político, por intermédio do Partido de Representação Popular — sucedâneo da Ação Integralista Brasileira.

<sup>70</sup> SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975. p. 42.

<sup>71</sup> CORRÊA, Oscar Dias. Os partidos políticos; os sistemas eleitorais. Revista de Ciência Política, 5 (3):13, jul./set. 1971.

de únicos passaram a ter até três denominações.<sup>72</sup>

A Constituição de 1934 apesar de assegurar a manutenção das máquinas estaduais autônomas com bases rurais, iniciou o processo de transição ao confirmar o sistema proporcional e a Justiça Eleitoral e, ao adotar a representação profissional instrumento do qual se valerá o governo para agir contra os partidos.

O Estado Novo entre 1937 e 1943 representou um hiato no desenvolvimento da política partidária. Todos os grupos de alguma significação organizados em linhas classistas ou ideológicas foram desbaratados ou suprimidos e os constitucionais liberais emudecidos.

O sistema *não político* do Estado Novo deu a Vargas a oportunidade de edificar a base política da organização partidária que se instalaria após 1945. O executivo federal foi fortalecido gradualmente pela arregimentação de competências antes legadas à governos estaduais e municipais ou seja, as

<sup>72</sup> Cf. PINTO DO CARMO, J. A. Diretrizes Partidárias. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948 p. 451, os partidos que participaram nas eleições para a Assembléia Constituinte em 1934, cujos candidatos se elegeram foram: Amazonas: União Cívica Amazonense, Aliança Trabalhista Liberal; Pará: Partido Liberal; Maranhão: Partido Republicano, União Maranhense; Piauí: Partido Nacional Socialista, Lista Hugo Napoleão; Ceará: Liga Eleitoral Católica, Partido Social Democrático; Rio Grande do Norte: Partido Popular, Partido Nacionalista; Paraíba: Partido Progressista; Pernambuco: Partido Social Democrático, Partido Republicano Social; Alagoas: Partido Nacional; Sergipe: União Republicana, Lista Liberdade e Civismo; Bahia: Partido Social Democrático, Lista a Bahia ainda é Bahia; Espírito Santo: Partido Social Democrático, Partido da Lavoura; Distrito Federal: Partido Autonomista, Partido Economista; Rio de Janeiro: União Progressista Fluminense, Partido Popular Radical; Minas Gerais: Partido Progressista, Partido Republicano Mineiro; São Paulo: Lista Chapa Única, Partido Socialista Brasileiro, Partido da Lavoura; Goiás: Partido Social Republicano; Mato Grosso: Partido Liberal Mato Grossense, Partido Constitucionalista; Paraná: Partido Liberal Paranaense, Partido Social Democrático; Santa Catarina: Partido Liberal Catarinense, Aliança por Santa Catarina; Rio Grande do Sul: Partido Libertador, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Rio Grandense.

atividades fundamentais ligadas as áreas da economia, educação e trabalho foram açambarcadas pelo Estado em nome das mudanças sociais que se faziam necessárias. Foram incorporados a esfera federal a supervisão e a exportação do café e os Institutos do Pinho, Mate e Sal, bem como a supervisão das transformações das rendas canalizadas por intermédio da previdência social e dos sindicatos trabalhistas. Isso aumentou de forma considerável o contato do nível federal com o nível local e minou os alicerces da "Política dos Estados".

A essas medidas incorporam-se o crescimento da máquina burocrática e o empreguismo entendido sob duplo aspecto: controle e favoritismo, instrumentos dos quais Vargas e seus sucessores se utilizariam para se instalar e manter no poder, mediante a articulação de uma rede nacional de alianças políticas.<sup>73</sup>

O sistema político vigente no Estado Novo foi também elitista, embora com diferenças no "modus operandi". Enquanto na Primeira República se baseara na autonomia estadual e no mecanismo da política dos governadores, agora, procura a unificação consolidando-a pela supressão das organizações partidárias e pela implantação de uma extensa rede de órgãos burocráticos.<sup>74</sup> Assim, *"as antigas e novas oligarquias foram absorvidas ou encurraladas num sistema que tinha como fulcro as interventorias acopladas à órgãos burocráticos subordinados ao DASP. - Departamento Administrativo do Serviço Público - sujeitos por sua vez ao Presidente da República"*.<sup>75</sup>

<sup>73</sup> SKIDMORE, p. 54-6.

<sup>74</sup> SOUZA, Maria do C. Campello de. Estado e Partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 85.

<sup>75</sup> SOUZA, p. 86.

O golpe que depôs Vargas em 1945 foi político e não uma revolução sócio-econômica; a propriedade dos bens de produção, sobretudo a terra, não foram tocadas. Isso permitiu a permanência das bases sócio-econômicas do poder oligárquico. Por outro lado não teve características de revolução, visto ser mais uma ação de abertura que de repressão. Outrossim, não visou desmobilizar o poder oligárquico nos níveis estadual e municipal. Limitou-se a remover do poder federal a dos governos estaduais Vargas e sua equipe, sem entretanto propiciar reformas profundas nas bases.<sup>76</sup>

Assim, não se tratando de um movimento contestatório de amplas bases sociais, é lícito supor que a estrutura anterior constituiu fator determinante na que veio a se formar.

Temos, portanto, que as mudanças político institucionais iniciadas com a Revolução de 1930 culminaram na criação de uma extensa máquina burocrática não controlável por um legislativo ou outro qualquer organismo representativo da sociedade civil; e que essa nova ordem administrativa propiciou de forma gradativa a recomposição das oligarquias e conseqüentemente foi decisiva na formação do maior partido nacional que surgiu após 1945, o PSD, que será analisado oportunamente.

Não cumpre aqui discutir a conjuntura que levou o país à democratização, exceto para nela precisar a origem dos partidos políticos nacionais. As condições do reativamento das atividades políticas e da organização das bases partidárias nacionais devem ser buscadas na conjuntura internacional de redemocratização, vigorante ao final da Segunda Guerra e, o

<sup>76</sup> SOARES, 1973, p. 69.

marco inicial de oposição aberta ao Estado Novo, no "Manifesto dos Mineiros"<sup>77</sup> surgido em 1943, a partir do qual se iniciou a formação da U.D.N.

Entre 1943 e 1945, cõnscio que sua ditadura não sobreviveria à Guerra, que o sistema político seria reaberto e que o poder repousaria no processo eleitoral, Vargas lança as diretrizes de um novo movimento político que se caracterizaria por uma significativa ampliação da legislação previdenciária, pela organização da estrutura sindical e pela formação de um partido trabalhista. Com esse arcabouço visava sustentar a si e a seus seguidores no poder. Estavam lançadas as bases do *trabalhismo* sobre o qual se assentaria o Partido Trabalhista Brasileiro.

As condições para que os partidos nacionais se instaurassem foi assegurada por intermédio do Novo Código Eleitoral\* que oficializava as eleições anunciadas pela Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945.

Assim, as forças políticas não demoraram a se estruturar em três macro partidos: União Democrática Nacional, Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro.

*Organizado, em suas linhas gerais desde 1944, a UDN congrega os elementos que não pertenciam ao governo e que se reúnem em torno da*

\* Decreto Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945 regulava em todo país o alistamento eleitoral e as eleições. Em seu artigo 109 estabelecia que *"toda associação de pelo menos dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica em termos do Código Civil será considerada Partido Político de âmbito nacional"*.

<sup>77</sup> O Manifesto dos Mineiros, de 24 de outubro de 1943, constituiu-se da primeira manifestação coletiva de protesto contra o Estado Novo. Dele são advindas todas as tentativas de articulação com os diferentes núcleos de oposição ao regime. O documento na íntegra encontra-se publicado na obra de Virgílio de MELLO FRANCO. "A campanha da U.D.N.", Rio de Janeiro, Valverde. 1946. p. 103-11.

*candidatura Eduardo Gomes; constituem uma verdadeira frente onde se encontram: os que não aceitaram a Revolução de 30, os que a fizeram e se sentiram traídos, tal como Eduardo Gomes, os que a fizeram e se desentenderam com o presidente, tal como Oswaldo Aranha, os que assinaram o "Manifesto dos Mineiros", todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37.*<sup>78</sup>

Nascida quando da ilegalidade dos partidos, a princípio como ponto de união de todos os que pretendiam lutar contra a ditadura, foi oficialmente criada a 7 de abril de 1945.

Herdeira da tradição liberal, propugnava pela reforma dos costumes políticos e administrativos, pelos ideais moralizadores e pelas liberdades individuais.

Como ideologia, apresentava o liberalismo das classes médias mais cultas, liberalismo burguês mais político que social;<sup>79</sup> seus integrantes apresentavam composição distinta, desde intelectuais até elementos da alta burguesia: latifundiários, industriais e grandes proprietários.

Em meados de 1945, apresentava três correntes: a ala direita liderada por Herbert Levy, o centro por Otávio Mangabeira e a esquerda também conhecida por "Esquerda Democrática", mais tarde Partido Socialista Brasileiro, por João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco.<sup>80</sup> Essa esquerda não extremista não se identificava nem com a Aliança Nacional Li-

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Lucia M. Lippi. Partidos políticos brasileiros: O Partido Social Democrático. Rio de Janeiro, 1973. p. 18. Dissertação, Mestrado, IUPERJ.

<sup>79</sup> MELLO FRANCO, 1974, p. 88-9.

<sup>80</sup> SKIDMORE, p. 425.



bertadora e nem com o Partido Comunista.<sup>81</sup> Este partido era percebido pelas camadas ou estratos sócio-econômicos como ideologicamente próximo do polo direitista ou conservador.

O Partido Social Democrático — PSD — começou a ser oficialmente organizado em março de 1945, tendo por bases o apoio das burocracias administrativas estaduais e as interventorias do Estado Novo. Sua criação se deu de cima para baixo, ou, mais precisamente, de dentro para fora do Estado, enfeixando num mesmo acontecimento a redemocratização e a preservação da máquina do Estado Novo, ou melhor, a sua reativação, como se vê no relato de Badger Silveira sobre a fundação do PSD no Estado do Rio de Janeiro.

*O PSD era um partido muito forte. O comandante (se refere ao Sr. Amaral Peixoto) que o fundou, durante o seu tempo de interventoria, fez muitas amizades e obras públicas. Durante os sete anos de governo, o Comandante nomeou coletores, tabeliões e juizes, todos importantes figuras na política. Vários cargos foram criados e preenchidos para organizar a máquina administrativa do Estado (...) e com esta máquina foi fundado o PSD, forte, invencível, monolítico.*<sup>82</sup>

O PSD não apresentava semelhança alguma com um partido social democrático europeu,<sup>83</sup> ficando mais próximo, na política tradicional brasileira, das máquinas políticas estaduais dos antigos PR com os quais se identificava ao representar o oficialismo intransigente, a política do governismo fiel só

<sup>81</sup> CAVALCANTI, Themístocles et alii., Os partidos políticos: Cinco estudos. Rio de Janeiro, F.G.V., 1955. p. 29.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, p. 19.

<sup>83</sup> Os PSD europeus apresentavam-se como partidos operários da esquerda ou mesmo como reformistas. SKIDMORE, p. 68.

que de cunho nacional federal, no que difere daqueles que se apoiavam no Estado. Ambos não eram reformistas em nenhum sentido, quer no político-administrativo, quer no social.<sup>84</sup> Embora a sigla sugira, à semelhança dos similares europeus, uma ideologia progressista era essencialmente um partido conservador que visava conciliar a democracia burguesa com os problemas da época. Integravam-no dissidentes moderados da antiga política da Primeira República, concentrando-se nele senhores rurais, capitalistas e industriais.<sup>85</sup> Em sua composição e base eleitoral, predominavam elementos das áreas rural e semi-rural. Percebido pelas camadas ou estratos sócio-econômicos como ideologicamente próximo do polo direitista ou conservador.

A Getúlio Vargas coube constituir o Partido Trabalhista Brasileiro por intermédio de seus prepostos e conselheiros: Alexandre Marcondes Filho e Alberto Pasqualini. Marcondes Filho, como Ministro do Trabalho desde 1943, havia consolidado as leis trabalhistas e com elas ajudado a produzir a mística do trabalhismo sob a qual iria se assentar o Partido.<sup>86</sup> A Alberto Pasqualini, ideólogo do partido, coube proporcionar direta ou indiretamente a institucionalização da grande popularidade de Vargas entre as camadas populares e os trabalhadores, com a difusão da ideologia populista e com a união de ambos no âmbito do partido.

Originado no seio da ditadura, o partido pode ser caracterizado como predominantemente de massa, uma vez que em

<sup>84</sup> MELLO FRANCO, 1975, p. 87-8.

<sup>85</sup> CAVALCANTI, p. 29.

<sup>86</sup> SKIDMORE, p. 81-3.

seus quadros inexistem intelectuais e grupos sociais importantes.

Objetivava reunir os trabalhadores, sobretudo os urbanos dentro de um quadro de reivindicações que respondesse a seus interesses, tendo por respaldo uma moderna legislação social, mas, acima de tudo, congraçar os trabalhadores cuja mentalidade não se coadunava à dos antigos políticos.

Como características básicas apresentava um grande número de adeptos ao seu programa político, a doutrinação das massas pelo contato dos chefes com os dirigentes dos grupos de trabalhadores. Em verdade, surgiu para dar apoio às pretensões de Vargas em candidatar-se à presidência e, uma vez constatada a inviabilidade dessa pretensão, como base para eleger o candidato por ele indicado.

Não apresentou em princípio compromissos com a democracia; dos três grandes partidos foi o mais progressista. Propondo o nacionalismo como ideologia básica e um socialismo menos doutrinário e mais oportunista, pode ser considerado um partido mais conjuntural que estrutural.<sup>87</sup> Percebido pelas camadas ou estratos sócio-econômicos como ideologicamente próximo ao polo esquerdista ou reformista.

Temos assim configurado o quadro dos grandes partidos nacionais em 1945: "*o tríptico liberal (UDN), o conservador (PSD) e progressista, ou se preferirem socialista-patriarcal, à moda brasileira (PTB).*"<sup>88</sup>

A esses seguem os partidos menores, cujo âmbito se res-

<sup>87</sup> RODRIGUES, José Honório. Aspirações Nacionais. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1970. p. 17.

<sup>88</sup> MELLO FRANCO, 1975. p. 66.

tringe a níveis estaduais e regionais.<sup>89</sup>

No período compreendido entre 1945 a 1965, a estrutura partidária não sofreu transformações radicais. No entanto, foram evidenciadas mudanças nos micro e macro partidos (Quadro nº 1).

Quanto aos primeiros, no que diz respeito à criação ou supressão de entidades partidárias e ao realinhamento por fusões ou cisões em suas bases.

Das fusões a que resultou mais consistente foi a efetuada pelo líder paulista Adhemar de Barros. Político de larga militância, ex-interventor em São Paulo e ex-filiado da UDN, que fundou o Partido Social Progressista, mediante fusão do Partido Popular Sindicalista, do Partido Agrário Nacional e do Partido Republicano Progressista. O PSP embora não tenha atingido o grau de representatividade dos macro partidos conseguiu grande expressividade nos Estados, sob influência direta de São Paulo, dado ao caráter populista impresso ao partido por seu fundador.

A cisão mais significativa ocorreu na UDN, tendo os dissidentes criado o Partido Socialista Brasileiro, formado pela ala situada mais a esquerda da UDN; apresentou uma linha social mais ativa, porém de pouco acesso à massa. Constituída por um grupamento de intelectuais, sua filosofia de ação pela falta de apoio eleitoral ficou restrita a uma elite doutrinária.

<sup>89</sup> Cf. PINTO DO CARMO, p. 457, oito partidos, além dos três de envergadura nacional já mencionados, apresentaram candidatos em 1945. Foram eles: Partido Republicano Trabalhista, Partido Libertador, Partido Republicano, Partido Comunista Brasileiro, Partido Popular Sindicalista, Partido Agrário Nacional, Partido Republicano Progressista e Partido Democrata Cristão.

## QUADRO Nº 1

## SITUAÇÃO DOS PARTIDOS NACIONAIS

1945 - 1965

1945	1965	SITUAÇÃO
P.S.D.	P.S.D.	PERMANÊNCIA
P.T.B.	P.T.B.	
P.T.N.	P.T.N.	
P.R.T.	P.R.T.	
P.D.C.	P.D.C.	
P.R.	P.R.	
P.L.	P.L.	
U.D.N.	U.D.N. P.S.B.	CISÃO
P.P.S.	P.S.P.	FUSÃO
P.A.N.		
P.R.P.		
P.O.T.	-	EXTINÇÃO
P.P.B.	-	
P.C.B.	-	
	M.T.R.	CRIAÇÃO
	P.S.T.	

Foram suprimidos: o Partido Orientador Trabalhista, o Partido Proletário do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro, cujas lideranças e o eleitorado se voltaram para os partidos de orientação mais de esquerda entre eles o PTB. Por sua vez foram criados o Partido Social Progressista e o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Social Trabalhista (ex Partido Proletário do Brasil) e o Movimento Trabalhista Renovador.

Os macros partidos a partir das eleições de 1946 começaram a desenvolver uma tendência de representar interesses de certas classes e ou grupos com os quais passaram a ser identificados. O PTB com o sindicalismo e com o trabalhismo; o PSD com o conservadorismo rural e a UDN com o liberalismo das camadas médias e com os industriais. No entanto, essas generalizações não são tão conclusivas, visto que no decorrer dos diversos pleitos podem ser observados resultados surpreendentes quer por parte dos eleitores na seleção de seus candidatos, quer por parte dos partidos na indicação dos mesmos e particularmente pelas alianças e coligações entre esses partidos e os demais.

Já os partidos menores lançaram mão de recursos das coalizões não visando difundir programas e plataformas, mas assegurar um lugar aos seus representantes, visto que, *"nesse período, as únicas diferenças existentes, exploradas pelos partidos políticos, eram as características históricas de cada um e o fator da personalidade na liderança, que moldaria o programa do partido em cada eleição."*<sup>90</sup>

Os percalços internos e externos conduziram o período

<sup>90</sup> MOTTA, p. 30.

democrático ã derrocada. Em 1964 instalou-se o Governo Revolucionário que não conseguindo se coadunar com o Legislativo decreta o Ato Institucional nº 2, a 27 de outubro de 1965. Esse instrumento, no art. 18, extinguiu todos os partidos políticos, pondo fim ao pluripartidarismo.\*

### 3 - SISTEMA ELEITORAL

Em sentido estrito, sistema eleitoral compreende a forma de representação política de como serão computados os votos e distribuídos os cargos eletivos entre as facções políticas.

Em "lacto sensu" é muito mais abrangente, permitindo que se inclua sob essa rubrica a Legislação e a Justiça Eleitoral que se examina neste capítulo.

O Brasil tem conhecido quase todos os sistemas eleitorais: sistema majoritário (por distritos plurinominais ou uninominais), representação da maioria (na Primeira República para a Câmara dos Deputados), representação proporcional, representação corporativa e o sistema misto se considerarmos o método de distribuição de sobras ao partido mais votado como uma combinação do sistema majoritário com o proporcional.

Não propõe a análise precisar a feição desses sistemas, mas tão somente assinalar que, por mais diferentes que sejam,

\* À época da extinção os partidos legalmente registrados eram os seguintes: Partido Social Democrático - PSD, União Democrática Nacional - UDN, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Partido Social Progressista - PSP, Partido Republicano - PR, Partido Trabalhista Nacional - PTN, Partido Socialista Brasileiro - PSB, Partido Democrata Cristão - PDC, Partido Libertador - PL, Partido de Representação Popular - PRP, Partido Republicano Trabalhista - PRT, Partido Social Trabalhista - PST, Movimento Trabalhista Renovador - MTR e Partido da Boa Vontade.

se distribuem em dois grandes grupos: a) o que procura defender o governo das maiorias e b) o que procura resguardar a representação das minorias. Assim, o primeiro grupo objetiva a formação e a eficiência dos governos, o segundo o fortalecimento da liberdade e a justiça na distribuição do poder político. As duas metas embora nobres e justas não são compatíveis; de um lado temos o sistema majoritário que, atendendo a vocação do predomínio democrático das maiorias, assume várias formas, em função do cargo em disputa e das conveniências, e de outro lado a vocação não menos democrática para a defesa dos direitos das minorias que leva ao sistema de representação proporcional. A excelência de uma ou outra forma de representação vai depender do regime eleitoral que representa a base de sua autenticidade; em outras palavras *"dos processos, meios e métodos utilizados para colher, aferir e expressar a vontade dos representados — os cidadãos."*<sup>91</sup>

Não é tarefa fácil expor, em um breve apanhado, a evolução da legislação e da justiça eleitoral. A simples enumeração de leis e decretos se tornaria deveras fastidiosa, assim, propomos examiná-lo em função da evolução dos níveis de participação das diversas camadas sociais na vida política brasileira.<sup>92</sup>

As eleições municipais, que no Brasil datam do período

<sup>91</sup> CORRÊA, p. 10.

<sup>92</sup> Na elaboração deste título, valemo-nos principalmente dos estudos de: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto. 4. ed. São Paulo, Alfa-Omega. 1978. p. 105-34, 219-49.; VIEIRA, Dorival Teixeira. As estruturas do poder político no Brasil. Problemas Brasileiros; (183):6-18, jan. 1980.; COELHO, Vicente de Faria. Legislação Eleitoral, sua evolução no Brasil. Revista Eleitoral da Guanabara; (2):67-83, 1969.; CORRÊA, Oscar Dias. Os partidos políticos - os sistemas eleitorais. Revista de Ciência Política; 5 (3):5-35, jul./set., 1971.; SAMPAIO, Nelson de Souza. A justiça eleitoral. Revista Brasileira de Estudos Políticos; (34):111-54, jul. 1972.



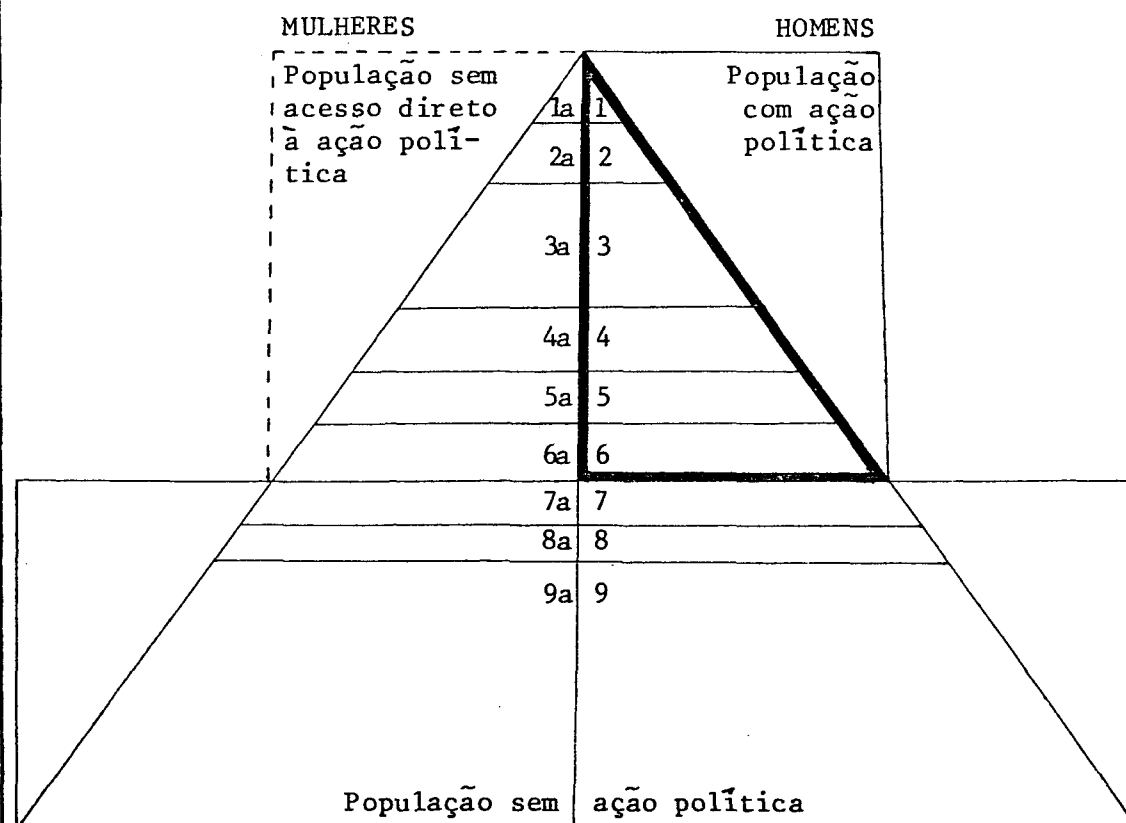
colonial, eram minudentemente normatizadas pelas Ordenações Filipinas em seu livro I Título 67.<sup>93</sup> Processavam-se de maneira indireta a cada três anos e em dois turnos. No primeiro grau votavam em assembléia, sob a presidência do juiz mais velho, os "homens bons e do povo" a quem cabia indicar de forma secreta o nome de seus pessoas que serviriam como eleitores de 2º grau. A esses competia a indicação por listados que deveriam ocupar cargos eletivos.\* Quanto à forma de participação, esse processo era seletivo e excludente, pois a representação política limitava-se como vimos aos "homens bons", categoria essa que designava não a totalidade da população, mas os que detinham a propriedade da terra ou os que já houvessem ocupado cargos na municipalidade. Portanto, a representação era exercida pela minoria e reproduzia em escala menor, resguardadas as circunstâncias, o sistema vigorante na metrópole. A ordem política refletia a ordem social (gráfico 1)\*\* , o Governador Geral exercia o poder juntamente com os donatários e sesmeiros e em menor grau com a participação das ordens religiosas e da burocracia civil. No entanto a maior parte da população era despojada da ação política entre esses, os escravos e as mulheres. Neste grupo convém distinguir diferenças quanto a ação, pois embora não participassem diretamente do processo, os integrantes dos níveis 1, 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, e 5.<sup>a</sup> podiam, de forma indireta, pela persuasão, ter certa par-

\* Apesar dos mandatos serem de um ano, os eleitos para os períodos subsequentes eram indicados de uma só vez, isso explica a não coincidência de eleições e mandatos.

\*\* Nos gráficos não foi observada a proporcionalidade de cada camada dada a impossibilidade de obtenção dos dados. Procurou-se no entanto respeitar representatividade de cada estrato dentro de uma hierarquia de níveis de participação.

<sup>93</sup> LEAL, p. 104.

GRÁFICO Nº 1  
BRASIL COLÔNIA  
NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



- |                                 |  |
|---------------------------------|--|
| 1. Governador Geral e esposa    | 6. Comerciantes                                  |
| 2. Donatários                   | 7. Artesãos                                      |
| 3. Sesmeiros                    | 8. Adm. de fazendas e feitores                   |
| 4. Estamento clerical           | 9. Escravos                                      |
| 4a. Ordens religiosas femininas | 2a. 3a. 5a. Prendas domésticas                   |
| 5. Burocracia civil             | 6a. à 8a. Prendas domésticas e criadas de servir |

participação na vida política. Tal juízo é contudo temerário se for levado em conta a moral e os costumes da época.

Ocorrida a Independência e o reconhecimento do Brasil como nação autônoma, tornou-se imprescindível dar contextura política ao novo Estado. Essa se configurou por intermédio da Constituição do Império, outorgada por D. Pedro I em 1824, que em seu bojo dispunha sobre a nova estrutura política para o Brasil. O Título I, Capítulo VI, determinava eleições censitárias dentro de uma rígida escala de valores. Os senadores e deputados seriam "nomeados" para a Assembléia Geral, assim como os membros dos Conselhos Gerais das Províncias, por meio de eleições indiretas. A massa de cidadãos ativos elegeria em assembléias paroquiais os eleitores da província e por estes seriam eleitos os representantes da nação e províncias.\* Aos votantes exigia-se que tivessem renda líquida anual nunca inferior ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca, requisito pelo qual se excluía todos os não proprietários. Para os eleitores renda equivalente a 250 alqueires de farinha de mandioca. Aos candidatos a deputados e senador respectivamente rendas equivalentes a 500 e 1000 alqueires, bem como que fossem cidadãos brasileiros e que professassem a religião do Estado.<sup>94</sup>

A Constituição declarava aptos a votar nas eleições primárias os cidadãos brasileiros do sexo masculino em gozo dos direitos políticos e os estrangeiros naturalizados; excluía do voto os menores de 25 anos, exceto os casados, os criados de

\* O termo votantes era empregado para designar os eleitores de primeiro grau, para os de segundo grau empregava-se o termo eleitores.

<sup>94</sup> VIEIRA, p. 11.

servir, os empregados em artesanato, os artífices nas cidades e os caixeiros das casas comerciais.

Em 26 de março de 1824 por decreto foram baixadas as primeiras instruções eleitorais para a indicação de deputados e senadores. Esse decreto a rigor pode ser considerado como a primeira lei eleitoral brasileira. Por ele se estabelecia que em cada freguesia do Império fosse criada uma assembléia eleitoral para proceder as eleições de 1º Grau. Às mesas eram dados amplos poderes para: qualificação, determinações de prazos para recebimento de cédulas, apuração e fixação do número de eleitores de cada paróquia.\*

Esse sistema apesar dos inconvenientes<sup>95</sup> vigorou até ser baixado o Decreto nº 157 (4 de maio de 1842) que introduziu a qualificação prévia dos votantes e dos elegíveis por uma junta formada pelo juiz de paz, pelo pároco e por uma autoridade policial.

A interferência policial no processo foi nefasta. Visando suprimi-la, foi baixado o Decreto nº 387 (19 de agosto de 1846) que dava nova organização à junta qualificadora. Esta passou então a ser constituída pelo juiz de paz mais votado e por quatro membros escolhidos dentre os eleitores, escolha que se procedia dentro de seleção criteriosa entre os eleitores mais e menos votados na última eleição de forma que se fizessem representar equitativamente todos os estratos. Critério semelhante se adotava para a mesa paroquial, que se in-

\* As mesas eleitorais eram compostas pelo juiz de fora pelo pároco, por dois secretários e dois escrutinadores, sendo os quatro últimos escolhidos por aclamação da Assembléia.

<sup>95</sup> Entre esses: fraudes, subornos, força, ver: BELISÁRIO, Francisco. O sistema eleitoral no Brasil, p. 46-8; LIRA, Tavares. Regime Eleitoral, p. 334-6; FLEISS, Max, História administrativa do Brasil, p. 245; citados por LEAL, p. 220.

cumbia da verificação da identidade dos votantes, recebimento e apuração dos votos.

Esse sistema embora defeituoso deu relativa estabilidade ao alistamento eleitoral, sem que no entanto extirpasse as interferências já mencionadas que se observavam nos pleitos. Vigorou até 1875, quando foi implantada a Lei nº 2.675 (20 de outubro de 1875) pela qual foi criado o título eleitoral e dada aos juizes municipais a presidência das juntas de qualificação.

No entanto, a mudança mais substancial se processaria com a Lei nº 3.029 (9 de janeiro de 1881), também conhecida como Lei Saraiva que introduziu o voto direto e reduziu as eleições para um só grau; tal foi o ponto de partida para adoção no Brasil das eleições diretas. Essa lei estabeleceu a exigência de renda mínima anual de 200\$000 como requisito ao alistamento (de onde lhe adveio também a denominação de "Lei do Censo") estendeu o voto aos não católicos e aos negros libertos, procurou o sigilo de voto e ampliou os casos de inelegibilidades e incompatibilidades. A qualificação eleitoral foi confiada à magistratura, nos Termos pelos juizes municipais e nas Comarcas pelos juizes de direito; dessa forma, aboliram-se as juntas paroquiais de alistamento. As mesas eleitorais constituídas pelo juiz de paz mais votado e por quatro mesários, continuaram com a incumbência de apurar os votos, sendo a apuração final, com base nas atas das mesas, confiadas a uma junta formada pelo juiz de direito da comarca sede do distrito eleitoral e aos presidentes das diversas mesas eleitorais. A inferência judiciária representou um avanço significativo, contudo de reduzido alcance e limitado pela ação política pois

*as eleições eram fabricadas pelo Gabinete no poder que usava de todas as armas da fraude, do suborno, da pressão e da violência, para obter sempre vitórias eleitorais. Criou-se até a ética de que tudo era permitido ao governo para vencer os pleitos... os juizes suspeitos eram removidos para comarcas distantes, onde sua presença fosse inócua, porque eram apenas "perpétuos", mas não inamovíveis.<sup>96</sup>*

A análise da evolução da legislação e da justiça eleitoral durante o império permite estabelecer algumas considerações:

a) a instauração da nova contextura política por meio da Constituição de 24 manteve o sistema de ação política limitado praticamente aos que possuíssem bens de raiz, pois conforme consignava o artigo 94, apenas podiam ser eleitores os que pudessem votar nas assembleias paroquiais, sendo isso defeso aos que não tivessem de renda líquida anual duzentos mil réis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego. Era também obrigatório a prova da qualidade de propriedade, foreiro ou rendeiro por longo prazo desses bens. Por esses dispositivos se mantinha a praxe portuguesa de impedir que se tornassem elegíveis os comerciantes. Por outro lado a inexistência de indústrias, pelo menos durante o Primeiro Império, impediu que a classe dos industriais pudesse se constituir e exercer qualquer forma de ação política.

Assim, coube aos proprietários rurais exercer a hegemonia tanto na estrutura política quanto no processamento das eleições;

b) a instauração da independência provocou alterações

<sup>96</sup> SAMPAIO, p. 144.

sensíveis na estrutura social (gráfico nº 2). A pirâmide de participação política foi totalmente alterada, tendo a área de ação se alargado consideravelmente pela entrada de novos componentes no processo. Desses cumpre destacar: 1) a nobreza rural — designação aqui atribuída as pessoas que por méritos pessoais ou por contribuições de ordem política ou militar à estabilidade do Império, foram elevadas a nobreza; 2) os estamentos clerical e militar.\* O primeiro como sustentáculo moral da nova ordem instituída, o segundo como sustentáculo legal. A distinção feita entre esses e os integrantes da burocracia, assenta no nível de ação, em função do "status". No entanto em seus respectivos níveis são eqüivalentes, razão pela qual ocupam na escala posições análogas;

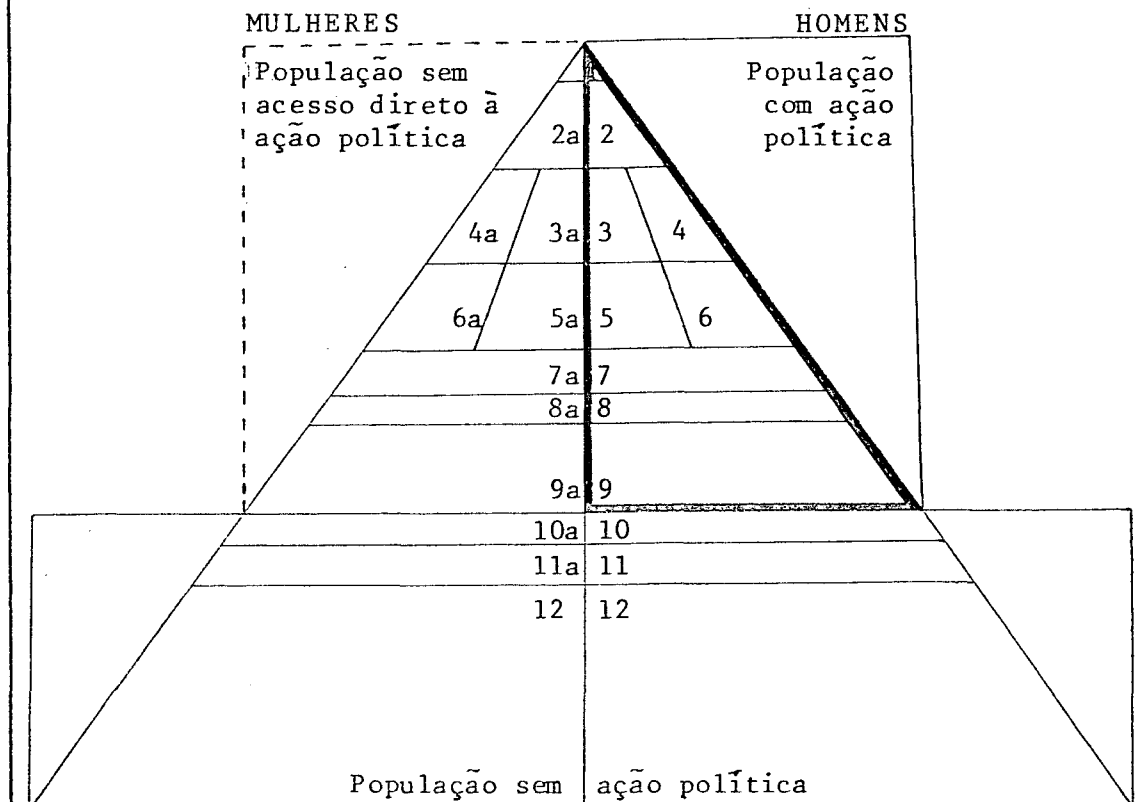
c) quanto a ação dos grupos 1 ao 11º continuou a se processar de forma indireta pelos métodos já citados;

d) a área de participação política embora alargada se em confronto com a existente no Brasil Colonia, entretanto continuou a ser seletiva e excludente, visto que os grupos minoritários continuaram a manipular e deter o poder e a grande maioria da população continuou sem direito ao voto e portanto sem ação política.

A análise da estrutura política do Império estaria incompleta se não fossem estudados os elementos que possibilitaram sua vigência nesse período e nos subseqüentes, sobretudo na Primeira República. Referimo-nos à "Guarda Nacional" e ao "Coronelismo".

\* Definimos estamento dentro da concepção weberiana de grupo social cujo componente típico está condicionado por uma valoração social específica. No caso do clero a religiosidade, no caso dos militares a honra.

GRÁFICO Nº 2  
BRASIL IMPÉRIO  
NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



- |                                 |  |
|---------------------------------|--|
| 1. Imperador e imperatriz       | 8. Prof. liberais e intelectuais             |
| 2. Nobreza rural                | 9. Comerciantes                              |
| 3. Estamento militar            | 10. Artífices e artistas                     |
| 4. Estamento clerical           | 11. Adm. de fazendas e feitores              |
| 5. Burocracia militar           | 12. Escravos                                 |
| 6. Burocracia clerical          | 2a. a 10a. Prendas domésticas                |
| 6a. Ordens religiosas femininas | 11a. Prendas domésticas e criadas de servir. |
| 7. Burocracia Civil             |  |



A forma de como se processou a colonização no Brasil e a posse da terra possibilitou a formação dos clãs familiares em torno do poder econômico do fazendeiro, surgindo em função desses os clãs parentais e eleitorais que atravessaram o período imperial e se adaptaram aos moldes republicanos.<sup>97</sup>

O fortalecimento desses grupos remonta à criação da Guarda Nacional em 1831 pelo Regente Feijó, como instrumento de apoio ao exército e de manutenção da ordem nos municípios.\* Os postos oficiais ocupados pelos mandatários locais eram títulos cobiçados e a patente de coronel, pelas regalias que propiciava, uma das mais valorizadas.

Cessado o período bélico, a ação dos coronéis deixou aos poucos de ser relacionada estritamente ao exercício da função militar ou policial, passando popularmente a distinguir os chefes políticos, potentados locais, vistos pelos cidadãos como intermediários nas relações Município - Estado.

O poder gradativamente fortalecido dos coronéis resultou da fraqueza da estrutura administrativa do Estado. A criação das Assembleias Provinciais com poder legislativo ampliou consideravelmente sua influência.

*Terminava a convergência para o ponto central único representado pela capital: em seu lugar se instalava, em cada província, um ponto de convergência particular para a vida municipal. Mas o chefe local poderoso continuaria, ele próprio a ditar as ordens do setor político, porque os presidentes da província iam e vinham, ele é que estaria ali, permanente, representado*

\* Compreendida essa como submissão dos diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras.

<sup>97</sup> SOUZA QUEIROZ, P. E. Sociologia política de Oliveira Vianna. São Paulo, Convício, 1975. p. 66 e seguintes.

*pelas Assembléias Provinciais, com ele deviam tratar os presidentes para poder governar em paz a Província. Por outro lado, além de aspirar ao domínio do município, podia agora o chefe local pretender dominar a política toda de sua província.*<sup>98</sup>

Tais pretensões se sedimentaram ao longo do Império e da República. O prestígio advindo da função e depois ampliado pela ação revestiu-se quase que sempre de caráter autocrático e patriarcal. A expansão e a consolidação do poder local decorreu da margem de tolerância dada pelo Estado ao poder privado enquanto não lhe foi possível exercer pleno controle sobre o território nacional devido a distribuição geo-econômica do contingente populacional.

Assim os coronéis passaram a exercer em seus municípios funções não só relativas ao mercado de trabalho (o que significava a possibilidade de determinar o modo de vida de inúmeras famílias) como também, policiais e judiciárias (pertinentes aos poderes públicos) as quais passaram a ser encaradas por essas populações como obrigações do patriarca para com a sua clientela e que como tal criaram os vínculos de reciprocidade que permitiram a sustentação da política oligárquica instaurada com a República.

Com o advento da Constituição promulgada a 24 de fevereiro de 1891, as restrições censitárias foram abolidas e os cargos eletivos passaram a ser preenchidos por eleições diretas, sendo declarados por ela aptos a votar os maiores de 21 anos, alistados na forma da lei. Isso no entanto seria defeso aos analfabetos, as praças de pré (exceto aos alunos de esco-

<sup>98</sup> QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 66.

las militares de ensino superior) e aos religiosos cujos votos de obediência importasse em renúncia da liberdade individual.

A primeira lei eleitoral federal após a Constituição foi a de nº 35 (26 de janeiro de 1892) que estabeleceu comissões de cinco vereadores eleitos em assembleias para o alistamento municipal bem como comissões distintas da mesma composição para a apuração dos votos que continuaram nas mãos das mesas eleitorais. Por essa lei foram ainda considerados como eleitores os analfabetos que houvessem sido qualificados pela Lei Saraiva. Alterada por leis posteriores, foi substituída pela Lei nº 1.269 (15 de novembro de 1904) também conhecida por Lei Rosa e Silva que propunha: a extensão do processo de alistamento às eleições estaduais e municipais, o aumento de três para cinco deputados em cada distrito, a apuração final das atas pelos presidentes das câmaras. Entretanto permanecia da legislação anterior a contagem dos votos nas mãos das mesas eleitorais.

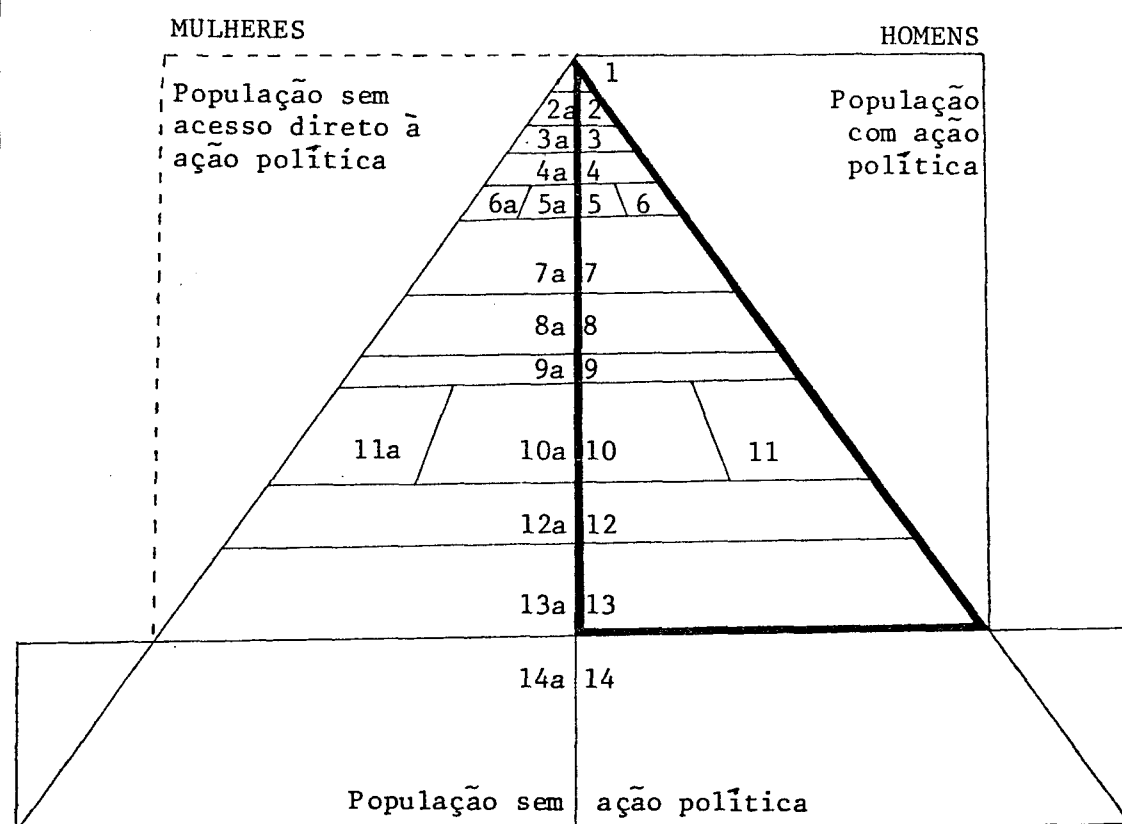
Substituída pela reforma de 1916, que por sua vez subsistiria com alterações parciais até o fim da Primeira República, foi consubstanciada pelas Leis nº 3.129 (2 de agosto) e nº 3.208 (27 de dezembro). A primeira deu competência aos Estados para regulamentar o alistamento eleitoral. A segunda regulou o processo eleitoral numa tentativa de moralizá-lo, tendo merecido cuidado especial a organização das mesas eleitorais.<sup>99</sup> No entanto a incumbência da apuração dos votos não lhes foi retirada.

<sup>99</sup> LEAL, p. 228.

A situação eleitoral com a República não apresentou mudanças profundas. O governo continuou invicto nos pleitos, a estrutura social sofreu alterações no contexto, na prática a política limitou-se a prolongar na república a ação das oligarquias. A violência, a corrupção e a fraude campearam com maior desembaraço, predominando entre os métodos de falsificação: 1º) as eleições "a bico de pena" praticada pelas mesas eleitorais com função de junta apuradora que consistia na falsificação livre e grosseira das listas eleitorais, em benefício dos grupos politicamente dominantes. Inventavam nomes, os ausentes compareciam e até os mortos votavam; as eleições eram pré-fabricadas pelas atas; 2º) a "depuração" ou "degola" que consistia em eliminar os opositoristas vitoriosos nas urnas, pela cassação dos diplomas. Como inexistisse justiça eleitoral, cabia ao Legislativo legitimar os candidatos eleitos e dentre esses depurar os indesejáveis não lhes dando posse. Esse sistema mantinha a hegemonia das burocracias partidárias e do "coronelismo".

A nova mecânica eleitoral implantada: eleições diretas e sem restrições censitárias, embora tenha provocado alterações nos níveis de participação política não representou uma ampliação proporcional na representatividade dos eleitores (gráfico nº 3). Ficaram fora do exercício eleitoral, e portanto, à margem da ação política, as mulheres, as quais continuaram sem direito ao voto, os conscritos para o serviço militar e os analfabetos. Se levarmos em conta que a população apontada pelo Censo de 1900 era de 17.438.434 pessoas, das quais contavam com mais de 20 anos e sabiam ler e escrever 16% e desses 8% constituíam representantes do sexo feminino e portanto não votavam, veremos que o contingente com ação políti-

GRÁFICO Nº 3  
BRASIL PRIMEIRA REPÚBLICA  
NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



- |  |   |
|--|---|
| 1. Presidente da República                             | 9. Profissionais Liberais                     |
| 2. Presidentes dos Estados                             | 10. Burocracia Pública                        |
| 3. Prefeitos Municipais                                | 11. Burocracia privada                        |
| 4. Líderes Políticos                                   | 12. Empregados qualificados                   |
| 5. Estamento militar                                   | 13. Empregados não qualificados alfabetizados |
| 6. Estamento clerical                                  | 14. Empregados não qualificados analfabetos   |
| 6a. Ordens religiosas femininas                        | 2a. à 14a. Prendas domésticas                 |
| 7. Fazendeiros, "Coronéis"                             |   |
| 8. Banqueiros, empresários, industriais e comerciantes |   |

ca era bastante reduzido. Pressupondo que desse total cerca de 4% da população efetivamente tenha se qualificado e votado . Ver-se-á que os níveis de participação política durante a Primeira República continuaram restritivos; se acrescentarmos a isso o cerceamento da liberdade de ação, em razão da sistemática eleitoral adotada, poderemos afirmar além de restritivos tornaram-se mais excludentes.

Fazia parte do ideário político dos revolucionários de 1930 a moralização do sistema representativo e a implantação da justiça eleitoral. Ascendendo ao poder Getúlio Vargas, ainda sob o Governo Provisório, foi decretado o Código Eleitoral — Decreto nº 21.076 em 24 de fevereiro de 1932. Esse instrumento instituiu o voto feminino, baixou a 18 anos o limite de idade para ser eleitor e introduziu o voto secreto. Como contribuição mais efetiva, delegou à Justiça Eleitoral o alistamento, a apuração e a proclamação dos eleitos. A Justiça Eleitoral, constituída pelo Tribunal Eleitoral (capital da República), Tribunais Regionais Eleitorais (capitais dos Estados) e Juizes Eleitorais (Comarcas, Distritos e Têrmos Judiciários) e amparada por leis subsidiárias, conseguiu estabelecer um expressivo controle moralizatório sobre todo o processo eleitoral, mediante a eliminação das atas falsas, e do reconhecimento tendencioso dos eleitos até então feito pelas Assembléias, bem como assegurou por dispositivos diversos que o sufrágio fosse tornado indevassável.\*

A Carta Magna decretada em 1934, atribuía à União a competência privativa de legislar sobre a matéria eleitoral em

\* Uso de sobrecartas oficiais, uniformes e opacas.

todos os âmbitos e ratificava o papel da Justiça Eleitoral a quem assegurou as decisões pertinentes à matéria. Em 1935 a Lei nº 48 (4 de maio) modificou o Código para adaptá-lo aos dispositivos constitucionais.\* Esse Código vigorou até o Estado Novo.

A Carta outorgada em 1937 eliminou a Justiça Eleitoral do organismo judiciário e estabeleceu normas eleitorais que não chegaram a ser acionadas em razão das mudanças conjunturais que experimentou o país, sobretudo em função da deflagração da Segunda Guerra.

A Carta de 37 seria alterada pela Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945, que determinava eleições gerais no prazo de noventa dias. Para regulamentar o alistamento e as eleições foi baixado o Decreto nº 7.586 (28 de maio de 1945) que apesar do caráter transitório vigorou até o advento do Novo Código Eleitoral — Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950.

Esse decreto, também conhecido como "Lei Agamenon" (em referência ao Ministro da Justiça que foi nomeado especificamente para elaborá-lo), manteve do Código anterior o voto obrigatório, adulto universal (inclusive feminino) secreto e alfabetizado, e as restrições de seu exercício aos analfabetos e militares não oficiais, bem como aos mendigos. Restabeleceu a Justiça Eleitoral incumbindo-a de dirigir o pleito, apurar os votos, reconhecer e proclamar os eleitos. Resguardou o sigilo do voto pelos mecanismos já mencionados, procurou estimular a organização dos partidos em bases nacionais

\* Voto obrigatório, inclusive às mulheres que exercessem função pública remunerada, domicílio eleitoral coincidente com o domicílio civil, uso da cédula com legenda, voto secreto e indevassável e Juntas Eleitorais entre outras.

e permitiu o alistamento ex-ofício como medida agilizadora.\*

O Código Eleitoral de 1950 ratificou as disposições contidas no Decreto nº 7.586, além de estabelecer o sistema de representação proporcional para a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais e o Sistema Majoritário para os cargos executivos (art. 46 § 1º e 2º), e a garantia do sigilo do voto. Vigorou até 1965,\*\* sendo acrescido de várias Leis complementares, entre as quais a de nº 2.550 de 25 de julho de 1955 que criou a cédula única de votação às eleições de Presidente e Vice-Presidente da República\*\*\* e implantou a reformulação no sistema de alistamento introduzindo as *folhas individuais de votação* e os títulos eleitorais com fotografia.

No que diz respeito aos processos de apuração e legitimação dos eleitos, tendo passado às mãos da Justiça Eleitoral, foram coibidos os abusos, mas não totalmente sustados.

No que diz respeito a participação política, a área de ação foi extraordinariamente ampliada (gráfico nº 4) em virtude da extensão do voto ao sexo feminino e da redução da idade dos eleitores de 21 para 18 anos. Isso se constata pela análise dos dados da população real e da população eleitoral no ano de 1950. O censo nesse ano registrou um contingente de 51.944.397 pessoas, das quais contavam com mais de 20 anos e eram alfabetizadas 30% (o que as tornava aptas a votar). Des-

\* Esse processo que consistia no registro em bloco de eleitores, por listas preparadas por empregadores e agências governamentais, possibilitou a fraude oficial. Foi suprimido com o Código Eleitoral de 1950.

\*\* Data em que foi promulgada a Lei 4.737 de 15 de julho de 1965, que instituiu o Novo Código Eleitoral ainda em vigor.

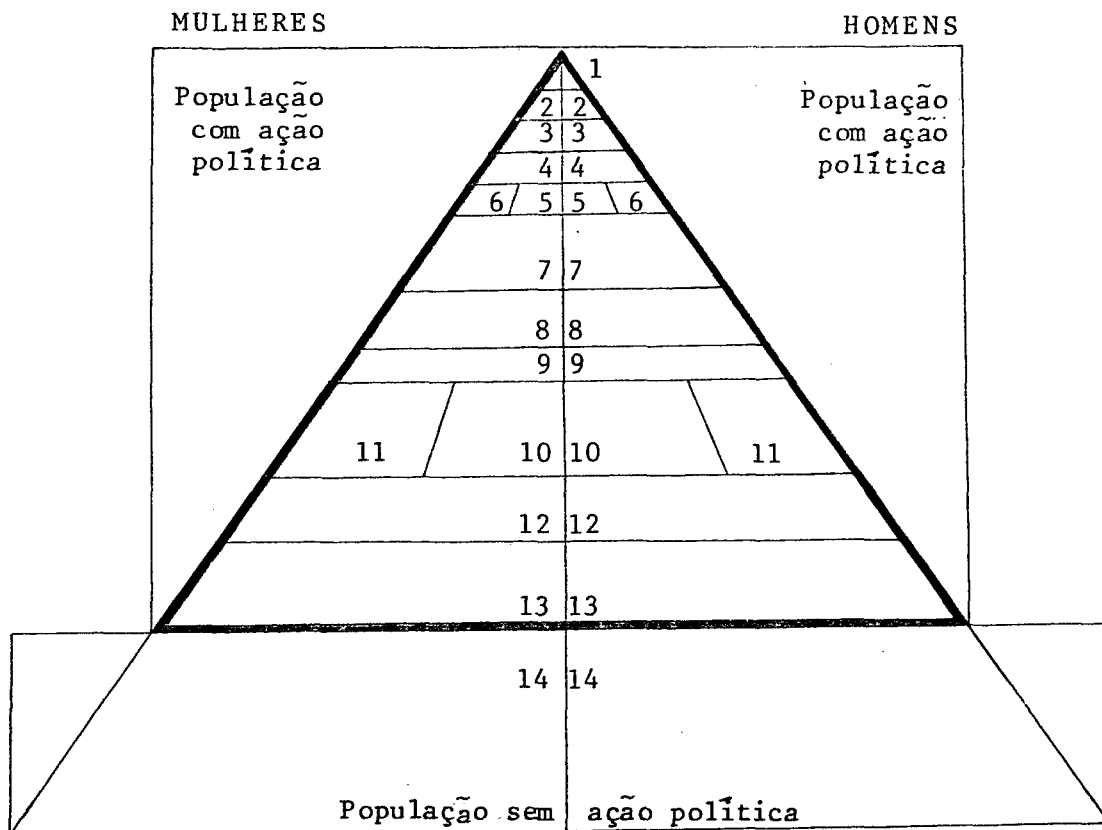
\*\*\* A cédula única foi estendida aos demais níveis majoritários pela Lei nº 3.338 de 14 de dezembro de 1959.



## GRÁFICO Nº 4

BRASIL - 1934 à 1937 e 1946 à 1963.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:



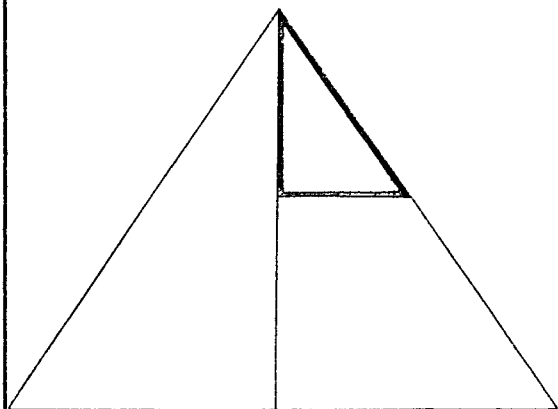
- |  |   |
|--|---|
| 1. Presidente da República                       | 8. Fazendeiros                                |
| 2. Governadores dos Estados                      | 9. Profissionais liberais                     |
| 3. Prefeitos municipais e políticos com mandatos | 10. Burocracia pública                        |
| 4. Líderes políticos                             | 11. Burocracia privada                        |
| 5. Estamento militar                             | 12. Empregados qualificados                   |
| 6. Estamento clerical                            | 13. Empregados não qualificados alfabetizados |
| 7. Empresários, comerciantes e industriais       | 14. Empregados não qualificados analfabetos   |

sas se qualificaram 22% (11.455.159) e efetivamente compareceram e votaram 16% (8.254.989).<sup>100</sup>

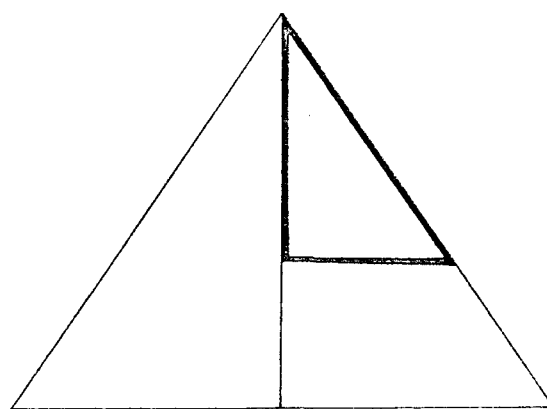
Em relação aos períodos anteriores, esse percentual de participação representou um grande avanço (o contingente eleitoral cresceu em comparação com o observado em 1900 cerca de 400%); se, no entanto, for levada em conta a implantação do voto universal tal como é concebido pelas democracias universais, veremos que o sistema continuou seletivo e excludente, pois o requisito alfabetização continuou a alijar do processo a maioria da população adulta brasileira.

<sup>100</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1976. p. 56.  
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1961. p. 454-5.

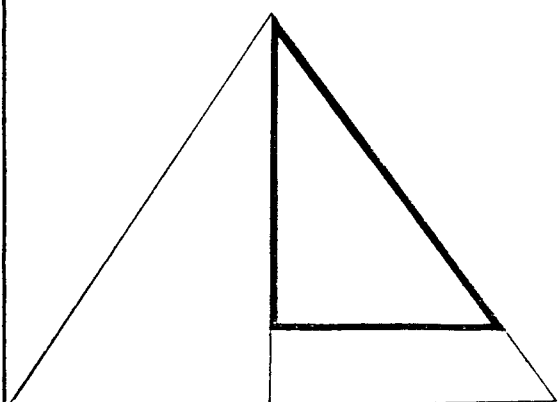
GRÁFICO Nº 5  
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  
BRASIL, 1532 - 1964



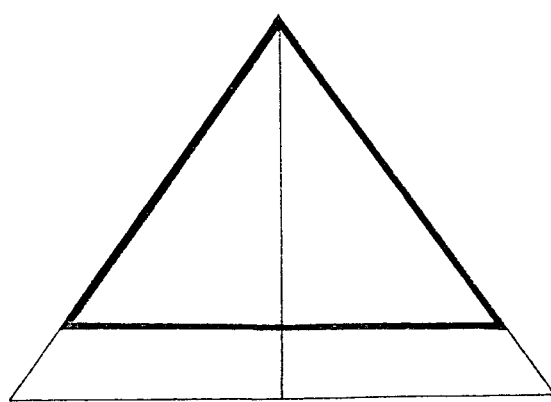
COLÔNIA  
1532 - 1822



IMPÉRIO  
1824 - 1889



REPÚBLICA  
1891 - 1930



REPÚBLICA  
1934 - 1937  
1946 - 1964



## 6.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ELEITORADO NACIONAL

No capítulo anterior se procurou evidenciar a ampliação dos níveis de participação política a partir da extensão da cidadania a segmentos mais amplos da sociedade. No entanto, é necessário que se ressalte que essa ampliação não se processou com igual intensidade e extensão, uma vez que nem a população e nem o eleitorado estavam distribuídos de maneira uniforme no território nacional e que o número de representantes de cada Estado era determinado por sua população.<sup>101</sup>

Nesse ponto, abre-se um parênteses para informações básicas a respeito da conjuntura eleitoral instaurada em 1945.

O sistema de representação adotado: o de representação proporcional para a Câmara Federal e para as Assembléias Legislativas — uma para cada Estado membro e às Câmaras Municipais uma a cada município apresentava-se deficiente sob duplo aspecto: o da representatividade ideal e o da representatividade real. No primeiro caso, quanto ao número de representantes por Estado, visto que sendo este determinado pelo total da população, ocorre que quanto maior es-

<sup>101</sup> Constituição de 1946, art. 58.

sa, menor é a proporção de seus representantes.<sup>102</sup> No segundo caso, quanto a forma de distribuição das cadeiras em consequência das disparidades: a) do quociente eleitoral nos diversos Estados, b) das legendas, c) do número de votos individuais de cada candidato.<sup>103</sup>

As modificações resultantes do crescimento demográfico durante a vigência da democracia representativa não se processou de maneira uniforme. Em alguns estados o crescimento foi acelerado, tendo provocado mudanças significativas no panorama demográfico. A taxa média geométrica anual de incremento a população, que entre 1950 e 1960 foi de 54 no Centro Oeste, atingiu no Nordeste apenas 21, tendo se observado no Paraná a taxa mais elevada (71) em decorrência da expansão da frente capitalista cafeeira.<sup>104</sup> Como não há razão para supor que a taxa de crescimento natural no Estado do Paraná fosse maior que a do conjunto do Brasil, pode-se afirmar que o crescimento excepcional da população no Estado, sobretudo no nor-

<sup>102</sup> Ver: BRITTO, Luiz Navarro. A representação proporcional. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 19:241-43, jul. 1965. SOARES, Gláucio A. Dillon. A política do desenvolvimento desigual. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 22:68-9, jan. 1967.

<sup>103</sup> Os membros da Câmara são eleitos pelo Estado considerado como um todo. Cada Estado tem um quociente eleitoral (divisão dos votos válidos no Estado pelo número de representantes). Por exemplo, o Paraná em 1958 teve 613.173 votos válidos e 14 representantes — portanto um quociente eleitoral de 43.798. Pelo sistema de sobras o P.T.B. conseguiu eleger o Sr. Antonio Baby com apenas 9.806 votos em relação ao Sr. Jânio Quadros que sozinho conseguiu para o P.T.B. 78.810 votos e portanto praticamente duas cadeiras.

Para representantes à Câmara Federal, os Estados do Amazonas e Alagoas apresentaram nessas mesmas eleições respectivamente o quociente eleitoral de 10.932 e 13.630, enquanto que no Distrito Federal e em São Paulo foram de 53.450 e 60.345 respectivamente. Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, 4:57-99, 1961.

<sup>104</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, p. 31-2. O Paraná que em 1940 contava com 1.236.276 hab., cerca de 3% da população brasileira, em 1960 atingiu 4.277.763 hab. (6%), desses, 2.107.883 na região norte do Estado.

te, decorreu da migração.

Minas Gerais e São Paulo, que em 1940 representavam respectivamente 10% e 17% do contingente demográfico nacional, em 1960 tiveram suas diferenças aumentadas em 14% e 18%.

Entre 1940 e 1960, os Estados do Nordeste (exceto o Maranhão) tiveram seu efetivo demográfico diminuído, assim como a Bahia e Sergipe.

Essas modificações, por sua vez, implicaram em mudanças substanciais na representatividade eleitoral desses Estados e no seu poderio político.

Em 1910, quando da realização das primeiras eleições competitivas, votaram cerca de 700 mil eleitores, dos quais 52% pertenciam aos Estados de São Paulo, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul. O eleitorado paranaense com cerca de 18.000 eleitores representava 2% da população votante e ocupava a nona posição no quadro do efetivo nacional.<sup>105</sup>

Em 1933, quando da realização da eleição para escolha de representantes à Assembléia Nacional Constituinte, votaram 1.222.624 eleitores dos quais, 22% (265 mil) de Minas Gerais, 21% (261 mil) de São Paulo e 15% (194 mil) do Rio Grande do Sul. A hegemonia desses Estados no cenário político foi ampliada, em relação ao período anterior em 8%.

A Bahia teve sua representação diminuída, enquanto que o Distrito Federal se fortaleceu. O eleitorado paranaense manteve sua representatividade nos mesmos níveis, 2% (27.874 eleitores) embora, em termos absolutos, fosse menor nove vezes que o eleitorado mineiro e representasse menos da metade do eleitorado baiano.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> SOARES, Gláucio A. Dillon, 1973. p. 52.

<sup>106</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1936. p. 420.

Em 1945 a população votante atingiu a 6.200.805 eleitores, dos quais 23% de São Paulo, 16% de Minas e 10% do Rio Grande do Sul. A partir de então, São Paulo se afigurou como o estado de maior poderio eleitoral (Quadros nº 2 e 3).

O expressivo aumento do eleitorado nacional (cerca de 400% em relação às eleições de 1933-4), decorreu, entre outras causas, da entrada do contingente feminino no processo eleitoral.

O quadro geral sofreu modificações, o Rio Grande do Sul, embora mantivesse a terceira posição no âmbito nacional com 625 mil votantes, representava menos da metade do eleitorado paulista e o eleitorado do Distrito Federal suplantara o da Bahia.

O eleitorado paranaense cresceu em igual proporção ao eleitorado nacional, passando dessa forma a ser somente menor cinco vezes que o mineiro e a representar mais da metade do baiano. As mudanças mais expressivas se processaram na Região Centro-Oeste. Goiás suplantou os contingentes de Alagoas e Sergipe e o Mato Grosso aumentou seu efetivo de 9 mil eleitores em 1934 para cerca de 60 mil em 1945.

A população votante em 1955, atingiu a 9.097.014 eleitores, sendo que desses dois milhões aproximadamente eram paulistas e um milhão e trezentos mil eram mineiros. O Rio Grande do Sul atingira a quase um milhão de eleitores e o Distrito Federal (Guanabara) cerca de setecentos mil votantes. Os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco ocupavam respectivamente a quinta, sexta e sétima posições, com aproximadamente 500.000 eleitores cada, seguidos pelo Paraná em oitavo lugar com 454.140 eleitores, 5% do total nacional. O eleitorado paranaense já representava a terceira parte do mineiro



QUADRO Nº 2  
COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES DE 1945 - 1955 - 1962  
ELEITORADO - VOTANTES

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1945		1955		1962	
	Eleito- rado	Votantes	Eleito- rado	Votantes	Eleito- rado	Votantes
ACRE	6.895	5.552	17.284	9.034	19.544	14.835
ALAGOAS	82.068	67.959	189.977	106.984	192.223	145.103
AMAZONAS	31.948	23.966	119.771	51.880	137.317	103.563
BAHIA	440.621	357.621	1.093.808	498.277	1.206.453	886.163
BRASÍLIA	-	-	-	-	-	-
CEARÁ	369.550	291.739	509.085	383.052	853.282	634.942
ESP. SANTO	122.281	107.161	249.194	164.247	307.009	248.586
GOIÁS	103.079	83.012	363.728	163.662	510.135	343.710
GUANABARA	549.353	496.771	992.459	693.336	1.198.588	1.022.217
MARANHÃO	109.101	75.497	426.046	158.842	497.436	319.559
MATO GROSSO	59.121	45.939	194.151	103.186	263.002	189.508
MINAS GERAIS	1.231.251	1.014.064	2.458.361	1.308.335	2.565.505	2.067.555
PARÁ	159.395	123.474	373.125	197.266	421.531	275.717
PARAÍBA	175.634	150.396	447.598	239.763	405.407	309.702
PARANÁ	229.672	195.768	672.645	454.140	1.100.637	814.842
PERNAMBUCO	321.736	269.955	873.070	460.864	851.398	607.695
PIAUI	132.455	113.831	304.472	134.558	315.158	230.264
RIO DE JANEIRO	382.100	324.717	842.988	485.430	1.115.176	903.857
R. GRANDE NORTE	131.560	107.273	294.870	154.778	322.107	250.285
R. GRANDE SUL	753.232	625.840	1.319.170	903.408	1.561.162	1.353.697
SANTA CATARINA	248.086	216.817	493.928	351.443	638.527	555.305
SÃO PAULO	1.688.598	1.395.670	2.784.717	1.962.285	3.822.235	3.303.350
SERGIPE	97.089	81.328	200.900	98.730	192.505	141.899
TER. AMAPÁ	3.365	2.720	9.229	5.016	13.666	10.751
TER. RORAIMA	673	504	5.675	2.717	6.087	4.656
TER. RONDÔNIA	2.902	2.114	6.955	5.781	12.759	9.462
TER. IGUAÇU	16.733	13.451	-	-	-	-
TER. PONTA PORÃ	10.351	7.796	-	-	-	-
TOTAL	7.459.849	6.200.805	15.243.246	9.097.014	18.528.847	14.747.221

Brasília contava em 1960 com 23.564 eleitores e 21.842 votantes.  
Fonte: T.S.E.

## QUADRO Nº 3

## COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES DE 1945 - 1955 - 1962

## COMPARECIMENTO - ABSTENÇÕES

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1945		1955		1962	
	COMP.	ABST.	COMP.	ABST.	COMP.	ABST.
ACRE	80,90	19,91	52,27	47,73	75,91	24,09
ALAGOAS	82,81	17,19	56,32	43,68	75,49	24,51
AMAZONAS	75,02	24,98	44,32	55,68	75,42	24,58
BAHIA	81,16	78,84	45,55	54,45	73,45	26,55
BRASÍLIA	-	-	-	-	-	-
CEARÁ	78,94	21,06	75,24	24,76	74,41	25,59
ESPÍRITO SANTO	87,64	12,36	65,91	34,09	80,97	19,03
GOIÁS	80,53	19,47	45,00	55,00	67,38	32,62
GUANABARA	90,43	9,57	69,86	30,14	85,29	14,71
MARANHÃO	69,20	30,80	37,28	62,72	64,24	35,76
MATO GROSSO	77,53	22,47	53,15	46,85	72,06	27,94
MINAS GERAIS	82,36	17,64	53,22	46,78	80,59	19,41
PARÁ	77,46	22,54	52,87	47,15	65,41	34,59
PARAÍBA	85,63	14,37	53,57	46,43	76,39	23,61
PARANÁ	85,24	14,76	67,52	32,48	74,03	25,97
PERNAMBUCO	83,91	16,09	52,79	47,21	71,38	28,62
PIAUI	85,94	14,06	44,20	55,80	61,64	38,36
RIO DE JANEIRO	84,76	14,24	57,58	42,42	81,05	18,95
RIO G. NORTE	81,54	18,46	52,49	47,51	67,66	32,34
RIO GRANDE SUL	83,09	16,91	58,48	31,52	86,71	13,29
SANTA CATARIANA	87,40	12,60	71,15	28,85	86,97	13,03
SÃO PAULO	82,65	17,35	70,47	29,53	86,43	13,57
SERGIPE	83,77	16,23	49,14	50,86	73,71	26,29
TER. AMAPÁ	80,83	19,17	54,35	45,65	78,67	21,33
TER. RORAIMA	78,89	21,11	47,88	52,12	76,49	23,51
TER. RONDÔNIA	72,85	27,15	82,64	17,36	74,16	25,84
TER. IGUAÇU	80,39	19,61	-	-	-	-
TER. PONTA PORÁ	75,32	24,68	-	-	-	-
TOTAL	83,12	16,88	59,68	40,32	79,59	20,41

Fonte: T.S.E.

e se equiparara ao baiano (que em 1945 representava quase o dobro do paranaense).

O eleitorado dos Estados do Centro-Oeste continuaram a crescer. Goiás, em seu avanço ordinal, suplantou os Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, enquanto que Mato Grosso suplantou a Sergipe, Estados cujos votantes em 1945 lhes eram superiores.

Em 1962 o contingente votante atingira 14.747.221 eleitores. Entre os Estados que ultrapassavam a casa de um milhão de votantes estavam: São Paulo (3.303.350), Minas Gerais (2.067.555), Rio Grande do Sul (1.353.697) e a Guanabara (1.022.217). Com 903.857 eleitores vinha em quinto lugar o Rio de Janeiro.

O eleitorado do Paraná, em 1962, subira à sexta posição, apresentando um contingente de 814.842 votantes, representava quase a metade do eleitorado mineiro, e equiparava-se ao baiano.<sup>107</sup>

Durante o período compreendido entre 1945-1962 os Estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, apresentaram perda contínua de substância eleitoral.

Decorrentes das mutações na distribuição regional do efetivo votante, se observa ao longo de quatro décadas transformações substanciais no quadro eleitoral, quais sejam:

a) crescimento acelerado do eleitorado nacional, que em três décadas teve seu número ampliado em mais de 1.000%, ou seja, passou de cerca de um milhão e quinhentos mil eleitores

<sup>107</sup> Os dados eleitorais referentes a 1945, 1955 e 1962, foram retirados do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, RJ., p. 454-55 e NERY, Sebastião. As 16 derrotas que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975. p. 187-90.

em 1934, para aproximadamente quinze milhões em 1962. Esse aumento foi discreto entre 1910 e 1934 (75%) e cêlere' entre 1934 e 1945 (400%), uma vez que o número de votantes passou de 1.438 em 1933 para 6.200.805 em 1945;

b) notável crescimento eleitoral de São Paulo, que se firmou como Estado de maior poderio eleitoral no Brasil ao suplantear Minas Gerais, para quem ficara em desvantagem até 1945 (Gráfico nº 6).

c) decrêscimo eleitoral dos Estados do Nordeste (exceto o Maranhão), equilíbrio nos Estados do Norte e ascenso nos Estados do Centro Oeste que, entretanto ainda continuaram como forças secundárias no âmbito nacional;

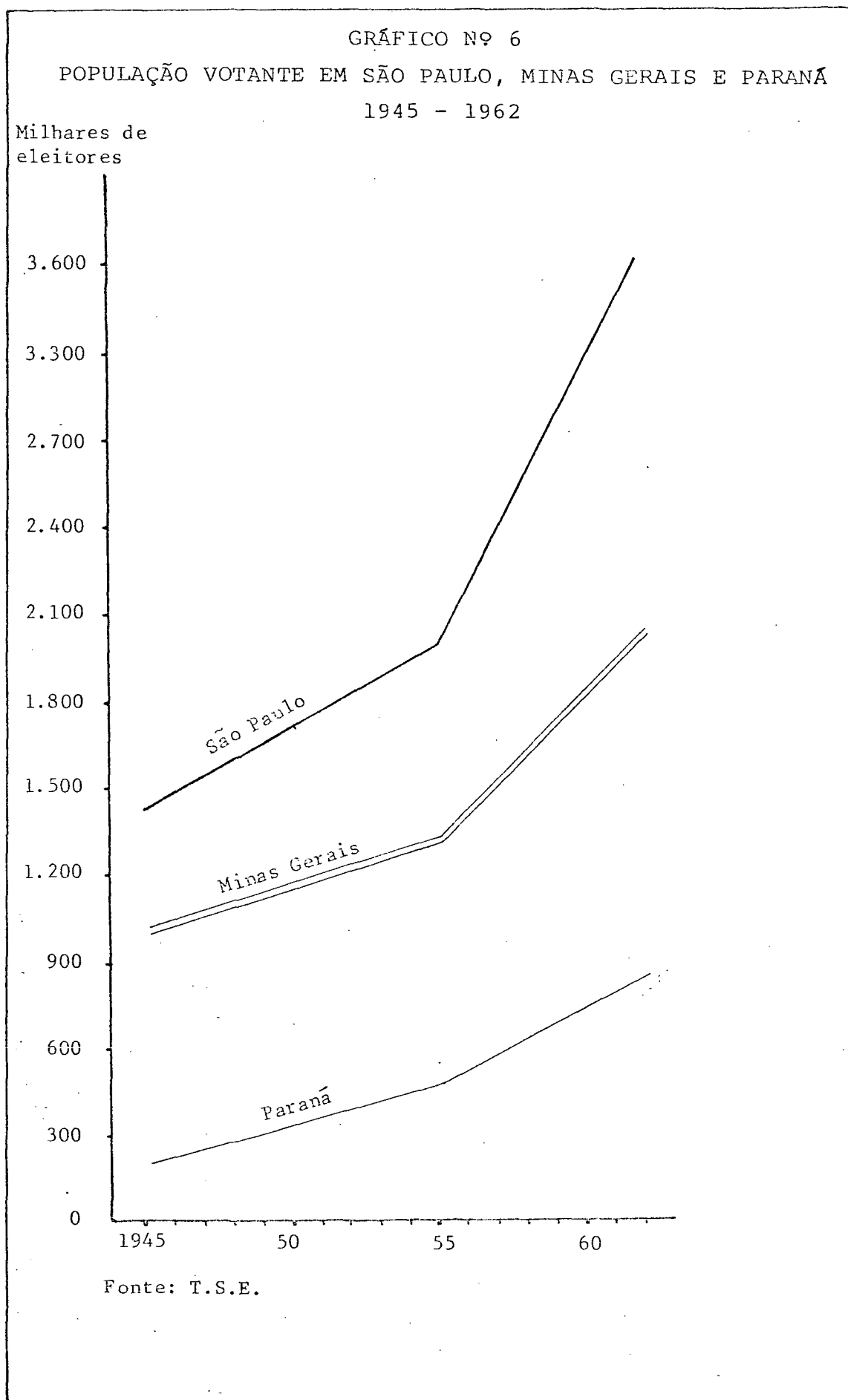
d) fortalecimento do poderio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara;

e) modificação no esquema de poder eleitoral. O monopólio do poder exercido por São Paulo e Minas Gerais na República Velha, foi modificado pela entrada de novos Estados eleitoralmente fortalecidos, entre os quais Rio Grande do Sul e Bahia;

f) notável crescimento eleitoral do Paraná, que, em termos relativos, superou o crescimento de todos os demais Estados. Para uma média de crescimento do eleitorado nacional entre 1945-1962 de 137%, do paulista de 136%, o eleitorado paranaense cresceu 316%. Em números absolutos, os votantes passaram de cerca de 200 mil em 1945, para oitocentos mil em 1962.

## 6.2 - O ELEITORADO PARANAENSE

A distribuição da população e do eleitorado no Paraná não se processa no território de maneira uniforme.



Na tentativa de estabelecer relações entre o contingente eleitoral e seu comportamento político, buscou-se como parâmetros o conhecimento da realidade geo-econômica e social, não dissociado das características demográficas e psicológicas, optando-se por uma classificação sócio temporal que permitisse situar realidades heterogêneas dentro de um quadro amplo.

A partir desse esquema conceitual, procedeu-se a identificação do eleitorado no Paraná, grupando-o, para efeito de realidade eleitoral, em quatro áreas sociológicas: Litoral, Capital, Paraná Velho, Paraná Novo.<sup>108</sup> (Mapa nº 3).

Litoral - área geográfica situada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico.\* Caracterizado por uma economia incipiente, voltada para o setor primário, no qual se destacam a lavoura de subsistência e as atividades pesqueiras. Entre os municípios que o integram, apenas Paranaguá possui representatividade econômica pelo papel que desempenha como polo importador e exportador. O eleitorado é disperso e pouco influente numericamente (2% do eleitorado do Estado).

Capital - área geográfica compreendida pela capital do Estado - Curitiba, seus municípios limítrofes, bem como por municípios localizados ao centro do Estado.\*\* A rigor, esses poderiam ser incluídos na classificação subsequente, Paraná

\* Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes.

\*\* Curitiba, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Piraquara, Campina Grande do Sul, Colombo, Araucária, Lapa, Contenda, São Mateus do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Rio Branco do Sul, Campo Largo, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Ipiranga, Reserva, Cândido de Abreu, Tibagi, Ortigueira, São Jerônimo da Serra, Curitiba, Congonhinhas, Pitanga, Manoel Ribas, São João do Triunfo, Castro, Piraí, Imbituva e Prudentópolis.

<sup>108</sup> MARTINS, Wilson. Paraná uma incôgnita. RBEP, 8:235-41. abr. 1960.

MAPA Nº 3  
ESTADO DO PARANÁ  
ELEITORADO POR ÁREAS SOCIOLÓGICAS



Fonte: MARTINS, Wilson. Paraná uma incógnita. RBEP, 8.

Velho, no entanto, julga-se que pelo período e forma de ocupação (imigração), seu eleitorado esteja culturalmente mais identificado com o da capital, não obstante suas atividades econômicas sejam distintas. Na capital, o índice de industrialização e urbanização é acentuado, e nos municípios perduram as atividades ligadas à pequena agricultura, ao mate e à madeira. Quanto a expressividade, o eleitorado dessa área representa 33% do contingente votante no Paraná e desses, 15% acham-se na capital.

Paraná Velho - área geográfica compreendida pelos municípios do sul e do sudoeste.\* Até a década de 50, sua faixa ocidental apresentava baixa densidade e a partir daí foi ocupada por migrações internas, provenientes sobretudo do sul do país. O resto da área teve sua ocupação feita por imigrantes. Zona de intensa aculturação, dedica-se a pecuária e as atividades extrativas e agrícolas. Embora se identifique economicamente com a área da capital, difere dessa pela ausência de espírito urbano e de áreas industrializadas. Como não possui grandes centros urbanos, seu eleitorado pode ser caracterizado como predominantemente rural. Das áreas sociológicas é a que apresenta maior espaço geográfico, no qual se distribui um eleitorado esparso e que representa apenas 15% do total de eleitores do Estado.

Paraná Novo - área geográfica compreendida pelos muni-

\* Palmas, Mangueirinha, Chopinzinho, Clevelândia, Pato Branco, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Santo Antonio, Capanema, Barracão, Campo Mourão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu, Cascavel, Toledo, Guaíra, Foz do Iguaçu, Teixeira Soares, Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, União da Vitória, Cruz Machado e Bituruna.

Alguns desses municípios se transformam rapidamente quanto a mentalidade, aproximando-se em muito do Paraná Novo. A presente classificação ateuve-se ao ano de 1960.



cípios do Norte e Noroeste.\* Caracteriza-se pela economia cafeeira e pela intensa migração interna. Constituída por três regiões distintas: Norte Velho, Novo e Novíssimo. A primeira área pioneira de cafeicultura, a segunda região de Londrina e a terceira área de influência de Maringá. Apresenta uma progressão demográfica vertiginosa, que se reflete em sua participação eleitoral ativa. É o eleitorado mais numeroso do Estado e representa 50% do eleitorado paranaense. Sua expressividade se configura sobretudo nas eleições majoritárias.

A maior parte de sua população não tem raízes políticas paranaenses, e não está ligada às demais zonas sociológicas, razão pela qual esse eleitorado apresenta, às vezes, comportamento diverso do evidenciado nas demais áreas. Sua força eleitoral adquire expressão não só pelo percentual mas pela identidade de interesse, visto que *"resultando de uma notável homogeneidade econômica, ela tende a se manifestar em bloco, sem grandes diferenças, é a mono-opinião respondendo à monocultura."*<sup>109</sup>

\* Jaguariaiva, Arapoti, Sengês, Ribeirão Claro, Carlópolis, Wenceslau Brás, Siqueira Campos, Tomazina, Japira, Pinhalão, Jaboti, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Abatiã, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora, Jacarezinho, Cambará, Andirá, Itambaracá, Bandeirantes, Santa Mariana, Santa Amélia, Cornélio Procópio, Leópolis, Sertaneja, Assaí, Amoreira, Uraí, Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas, Sabaudia, Astorga, Munhoz de Melo, Santa Fé, Lobato, Iguaraçu, Porecatu, Florestópolis, Sertãozinho, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Jaguapitã, Centenário do Sul, Lupionópolis, Santo Inácio, Colorado, Guaraci, Cafeara, Itaguapé, Apucarana, Borrazópolis, Araruva, Faxinal, California, Mandaguari, Jandaia do Sul, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Marialva, Maringá, Mandaguaçu, São Jorge, Goioerê, Peabiru, Araruna, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, Rondon, Terra Boa, Jussara, Cianorte, Nova Esperança, Alto Paraná, Paranacity, São João do Caiuá, Florá, Cruzeiro do Sul, Paranavaí, Tamboara, Paraíso do Norte, Terra Rica, São Carlos do Ivaí, Loanda, Quêrência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e Nova Londrina.

<sup>109</sup> MARTINS, p. 241.

No que diz respeito à distribuição, o corpo eleitoral no Paraná acha-se dividido em três regiões, compreendendo onze zonas geo-eleitorais.

REGIÃO METROPOLITANA — formada pela Capital e pela Zona Curitiba, que inclui os municípios limítrofes à Capital;

REGIÃO SUL — que reúne as Zonas Sudeste, Litoral, Centro, Sul, Oeste e Sudoeste;

REGIÃO NORTE — composta pelo Norte Pioneiro, Zona Jacarezinho e Norte Novo, Zona Londrina e Norte Novíssimo, Zonas Maringá e Ivaí (Mapa nº 4).

Essa divisão compreendia em 1955, 154 municípios, assim distribuídos: 11 na Região Metropolitana, 60 na Região Sul e 83 na Região Norte.

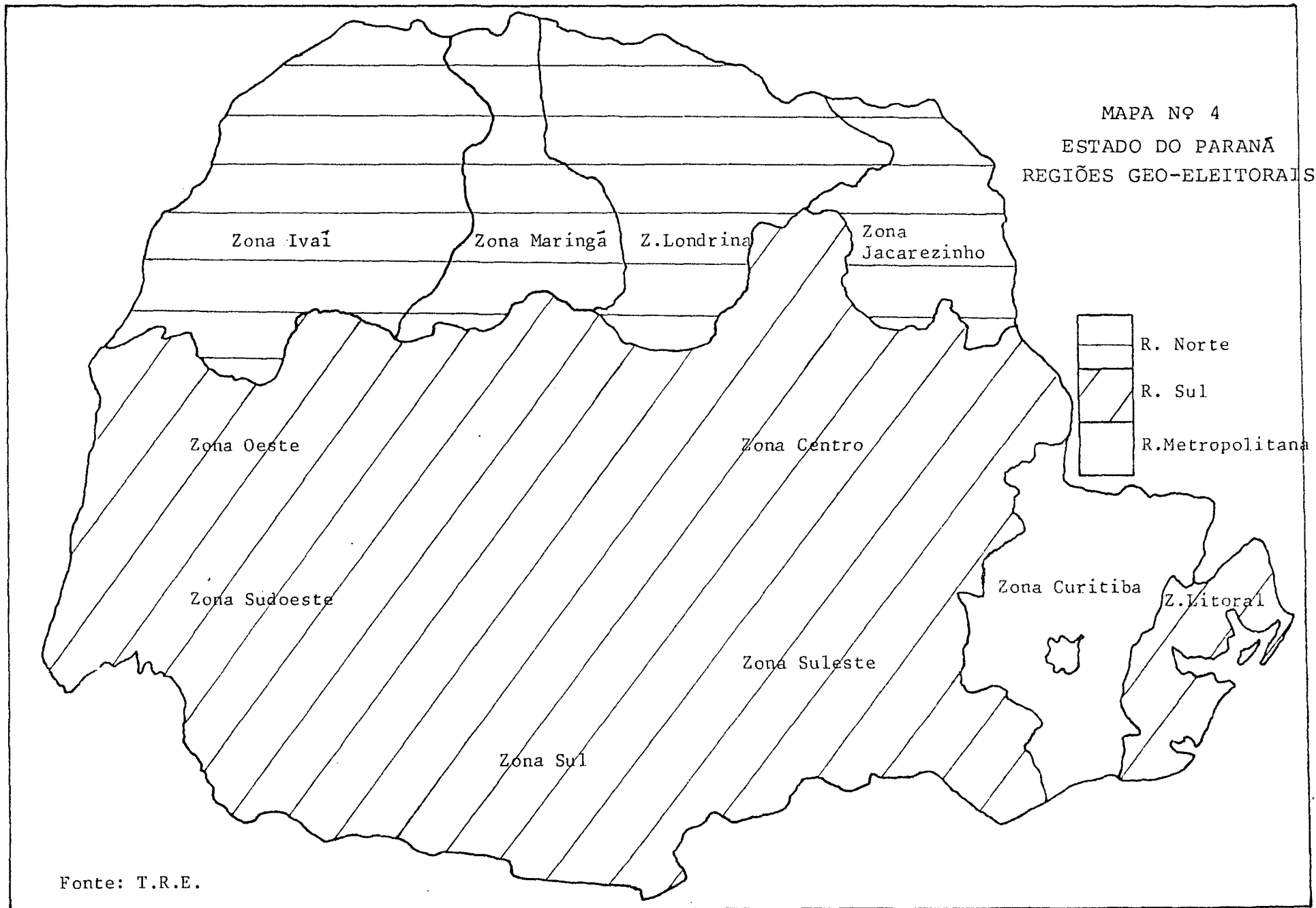
Em 1965 esse número atingiu 275 municípios, sendo 17 na Região Metropolitana, 154 na Região Norte e evidenciou um crescimento de 56% na primeira região, 120% na segunda e 72% na última.

Como vimos anteriormente o eleitorado não se distribuiu de forma uniforme nas áreas sociológicas. O mesmo se constata nas regiões geo-eleitorais (Quadro nº 4).

É possível observar a preponderância político eleitoral do Norte do Estado. Londrina, em 1955, contava com dezessete anos de existência e representava o terceiro colégio eleitoral do Estado, com 19.354 eleitores, sendo suplantada somente pela capital e pelo município de Ponta Grossa. Nesse mesmo período, Maringá, com apenas oito anos de fundação, encontrava-se em quinto lugar, cabendo a Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Guarapuava as quatro posições antecedentes.

Na década subsequente, essas transformações foram mais acentuadas: Londrina passou a ocupar a segunda colocação, com

MAPA Nº 4  
ESTADO DO PARANÁ  
REGIÕES GEO-ELEITORAIS



Fonte: T.R.E.

QUADRO Nº 4  
 ELEITORADO POR ORDEM DE REGIÕES GEO-ELEITORAIS  
 PARANÁ - 1955 - 1965

REGIÕES	1955		1965	
	Eleitorado	Munic.	Eleitorado	Munic.
1. Capital	99.701	1	174.573	1
2. Zona Curitiba	38.210	10	53.078	16
REGIÃO METROPOLITANA	137.911	11	227.651	17
3. Sudeste	20.096	4	23.465	8
4. Litoral	18.677	5	28.457	5
5. Centro	105.934	24	191.107	44
6. Sul	34.300	9	40.403	12
7. Oeste	28.313	8	93.251	19
8. Sudoeste	25.413	10	84.712	27
REGIÃO SUL	232.733	60	461.395	132
9. Norte Pioneiro	63.942	17	92.727	26
10. Norte Novo	161.869	37	307.445	48
11. Norte Novíssimo				
Zona Maringá	52.316	15	194.337	33
Zona Ivaí	23.874	14	154.246	36
REGIÃO NORTE	302.001	83	748.755	143
TOTAL	672.645	154	1.437.801	275

Fonte: T.R.E.

47.241 eleitores e Maringá a terceira, com 31.891 eleitores.

Em termos absolutos, o eleitorado da Região Norte foi o que apresentou maior crescimento na década. Em termos relativos, a região que mais se desenvolveu foi a Sul (138%), sobretudo as Zonas Oeste, que cresceu 229% em relação a 1955, e a Sudoeste, cujo eleitorado aumentou em 233%.

O crescimento do eleitorado da Região Norte, particularmente das zonas de Londrina e Maringá, decorreu da expansão da cafeicultura e do sistema de colonização. Já a expansão do eleitorado nas Zonas Oeste e Sudoeste foi fruto do avanço de duas correntes migratórias. A primeira vinda do Norte do Estado, como resultado da substituição das atividades de agricultura pelas de criação, e a segunda do Rio Grande do Sul, em decorrência do problema do tamanho e estrutura das propriedades, e da luta desigual pela posse da terra.<sup>110</sup>

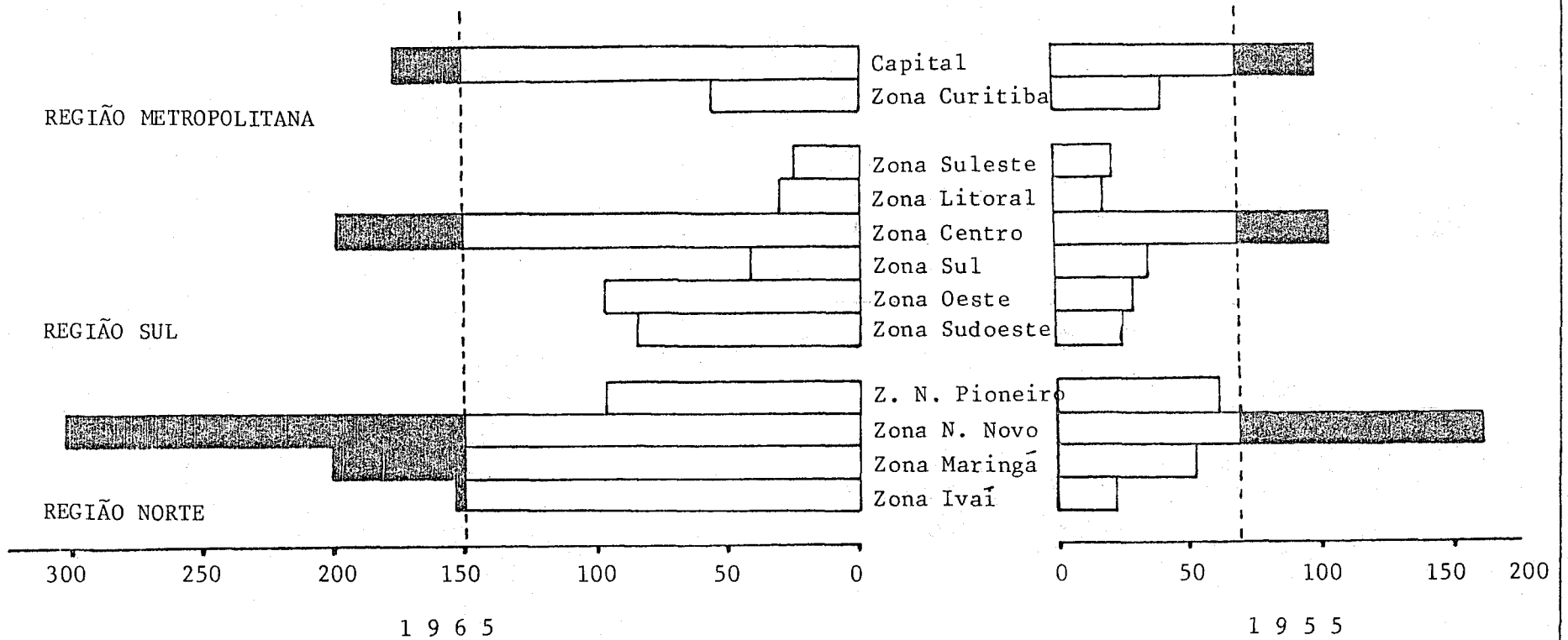
O Norte do Estado (Pioneiro, Novo e Novíssimo), em suas três zonas eleitorais, totalizava em 1965 mais da metade do eleitorado paranaense (52%), ou seja, 748.755 eleitores contra os 689.046 eleitores das demais zonas, inclusive da capital. Isso significa que, em apenas uma década, o eixo político deslocou-se da capital para o aglomerado das cidades setentrionais, polarizadas por Londrina e Maringá.

A visualização do crescimento das regiões geoeleitorais pode ser melhor aquilatada mediante a análise do gráfico de nº 7, por intermédio do qual se constata:

um crescimento moderado e contínuo do eleitorado da Ca-

<sup>110</sup> Para maiores referências sobre a ocupação do sudoeste do Paraná pelas correntes migratórias provenientes do Rio Grande do Sul em decorrência do problema da terra, consultar PADIS, P. Calil. A fronteira agrícola. Revista de Economia Política, 1:65-71, jan./mar. 1981.

GRÁFICO Nº 7  
 CRESCIMENTO DAS REGIÕES GEO-ELEITORAIS  
 PARANÁ, 1955 - 1965



Fonte: T.R.E.

pital e da Zona Curitiba;

o crescimento equilibrado porém pouco expressivo das Zonas Sul, Sudeste, Litoral e Norte Pioneiro;

em termos relativos o crescimento do eleitorado de todas as zonas geo-eleitorais;

em termos absolutos o surpreendente crescimento das Zonas Oeste e Sudoeste;

o crescimento acelerado das Zonas Maringá e Ivaí, que em 1955 encontravam-se bem abaixo da média geral do eleitorado e que, em 1965, haviam-na suplantado;

a mudança na representatividade das regiões geo-eleitorais: em 1955 o predomínio cabia à Região Sul e Metropolitana, com 55% do eleitorado do Paraná. Em 1965, o predomínio estava com o eleitorado da Região Norte, que contava com 52% dos eleitores do estado;

a manutenção do nível de representatividade das Zonas: da Capital, do Centro e do Norte Novo, que apresentavam índices percentuais de crescimento da ordem de: 75%, 80% e 90%, respectivamente.

### 6.3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Fundamentada na exploração agrícola, principalmente na cultura cafeeira, a formação da estrutura social de Maringá caracterizou-se pela presença inicial de indivíduos cuja principal motivação, era a possibilidade de enriquecimento rápido. Alguns vieram com o intuito de regressar às regiões de origem. Muitos vieram atraídos pela excepcional qualidade do solo, com o objetivo de se fixarem definitivamente como plantadores de café. Acrescente-se a esses, os que se instalaram visando

o desenvolvimento do comércio dos bens e serviços. Entretanto, para a maioria, a fixação na região representava concretamente a possibilidade de ascensão econômica e social, visto possuírem essas famílias, nas regiões de origem, *status* social baixo ou nível de renda precário.

O modelo de desenvolvimento econômico da região previa sua base na existência de pequenas e médias propriedades agrícolas, intencionalmente estimuladas com a finalidade de evitar possíveis crises econômicas, características de áreas que tem sua estrutura econômica baseada na monocultura e nas grandes propriedades.<sup>111</sup>

A estrutura social de Maringá, em uma primeira etapa, caracteriza-se por duas categorias fundamentais: os proprietários rurais e os comerciantes; os primeiros incentivados a adquirir sua propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e os segundos atraídos pelo rápido desenvolvimento econômico da região. Paralelamente, pelo expressivo número de pessoas ligadas ao setor primário da economia, sobretudo colonos e empreiteiros. Em uma segunda etapa, por profissionais de diversas categorias, e em particular os ligados ao setor de prestação de serviços.

A evolução do município e seu processo de urbanização compreendeu duas fases distintas: a de implantação e a de consolidação.

A fase de implantação dividiu-se em dois estágios: um periférico ou rural, e outro central ou urbano. O primeiro (1937-1940) foi marcado pelo início das vendas e da ocupação

<sup>111</sup> MARINGÁ, Prefeitura Municipal. Perfil da cidade de Maringá. Maringá, Coordenadoria de Planejamento e Urbanismo, 1980. p. 149.



do espaço rural, e pela instalação do patrimônio do "Maringá Velho".<sup>112</sup> O segundo, caracterizado pelo planejamento do espaço urbano e pelo início da ocupação dessa área. Esse estágio apresenta como datas balizas a elevação do povoado do Maringá Velho a distrito de Mandaguari em 1947 e a criação do Município de Maringá, em 1952.

A fase de consolidação, iniciada com a instalação do município, perdurou até meados da década de 60. Caracterizou-se pelo dinamismo econômico e por um progressivo aumento demográfico e, sobretudo, pela adaptabilidade da cidade às funções urbanas. Diferindo de outras zonas pioneiras que, cumprido seu papel de apoio ao desbravamento, estagnaram, Maringá continuou a crescer e superada a fase de dependência exclusiva da economia agrícola, diversificou suas funções, de forma a permitir que a cidade se tornasse centro regional.

Das suas funções iniciais de centro comercial, de prestação de serviços e de transformação de produtos agrícolas, incorporou novas funções, entre as quais as de: centro cultural universitário; centro comercializador das regiões Norte, Nordeste e Oeste do Estado; centro financeiro e de capitalização de recursos para investimentos regionais; de centro industrial da produção regional para seu mercado consumidor. Funções essas coordenadas por um planejamento racional, visando o crescimento urbano ordenado.

A análise da distribuição da população segundo a situação de domicílio, possibilita comprovar que o deslocamento dessa da área rural para a urbana, foi simultâneo às fases de

<sup>112</sup> LUZ, p. 185-97.

implantação e consolidação, conforme mostram o quadro nº 5 e o Gráfico nº 8.

QUADRO Nº 5  
POPULAÇÃO URBANA E RURAL  
MARINGÁ, 1950 - 1970

ANO	POPULAÇÃO PRESENTE				
	Urbana	%	Rural	%	Total
1 9 5 0	7.270	19	31.318	81	38.588
1 9 6 0	47.592	46	56.539	54	104.131
1 9 7 0	104.407	84	19.415	16	121.374

Fonte: Censos - IBGE

O crescimento do setor urbano, observado em 1960 e 1970, decorreu não só da expansão imobiliária no município, mas do desenvolvimento de novas atividades urbanas e do surgimento de novas oportunidades ocupacionais em setores que não o primário.

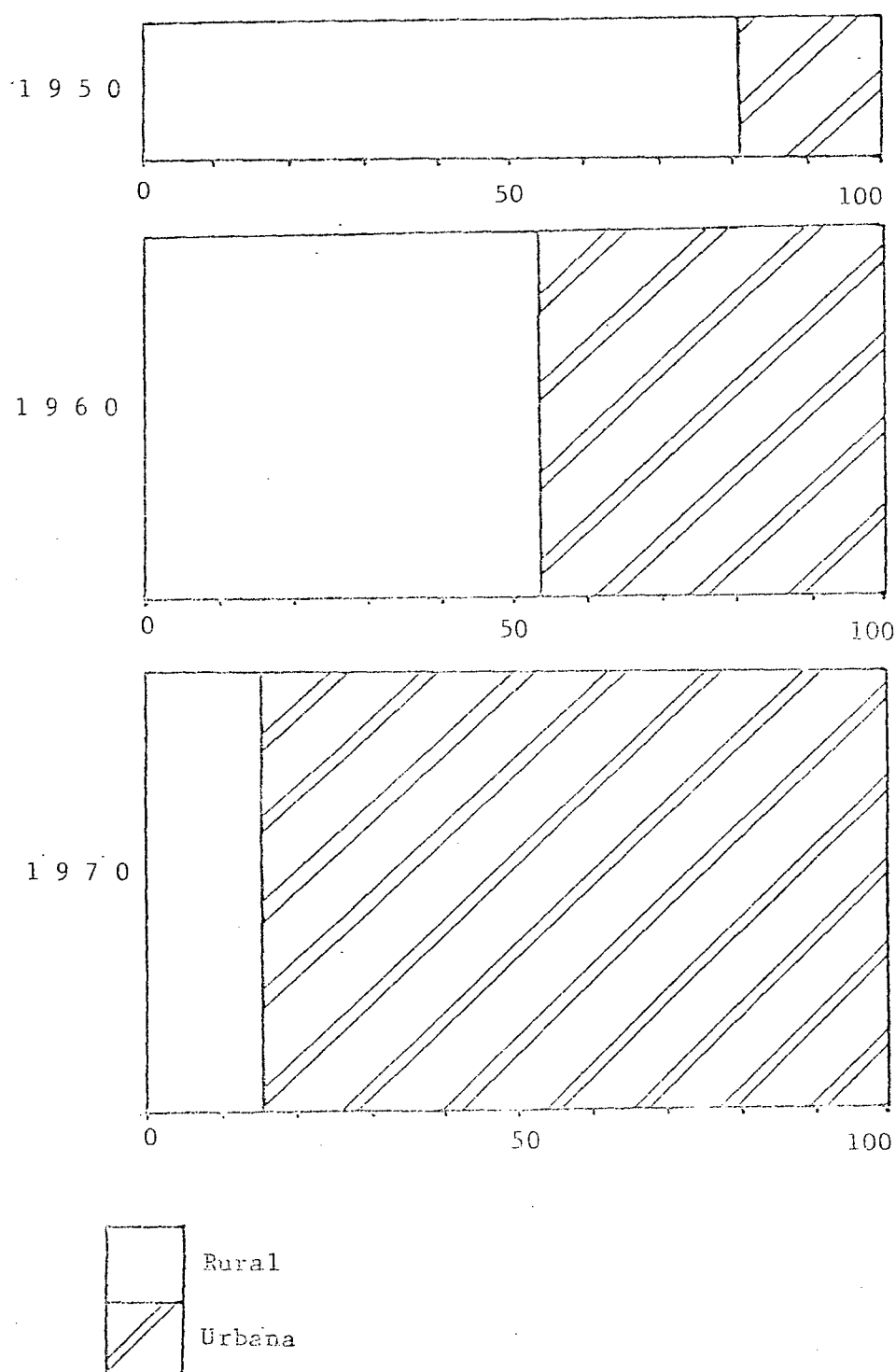
Dentro do Sistema Estadual de Planejamento, Maringá é o município sede da Micro-Região de número 9 - "Nova Esperança, Maringá" - formada atualmente por vinte e sete municípios.\*

Embora incluída em uma micro região relativamente pe-

\* Jardim Olinda, Paranapoema, Inajá, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Lobato, Santa Fê, Flórida, São Jorge do Ivaí, Paiçandu, Ivatuba, Itambê, Mandaguari, Uniflor, Atalaia, Nova Esperança, Floraí, Presidente Castelo Branco, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, Iguaraçu, Astorga, Ourizona, Doutor Camargo, Floresta, Marialva e Maringá.

Essa divisão inclui dentro de uma mesma Micro-Região áreas que, por suas características naturais, forma de povoamento e atividade econômica guardam certa homogeneidade. Classificação análoga é adotada pela Associação dos Municípios Paranaenses.

GRÁFICO Nº 8  
EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL  
MARINGÁ, 1950 - 1970.



quena, a área de polarização de Maringá se estende sobre todo o noroeste, alcançando as Micro-Regiões do Médio Paranapanema (7), do Vale do Ivaí (8), do Noroeste do Paraná (10), de Umuarama (11) e de Campo Mourão (12) (Mapa nº 5).

Concluindo, pode-se afirmar que Maringá representa *"um dos três mais importantes polos de desenvolvimento sócio econômico - político - cultural do Estado do Paraná."*<sup>113</sup>

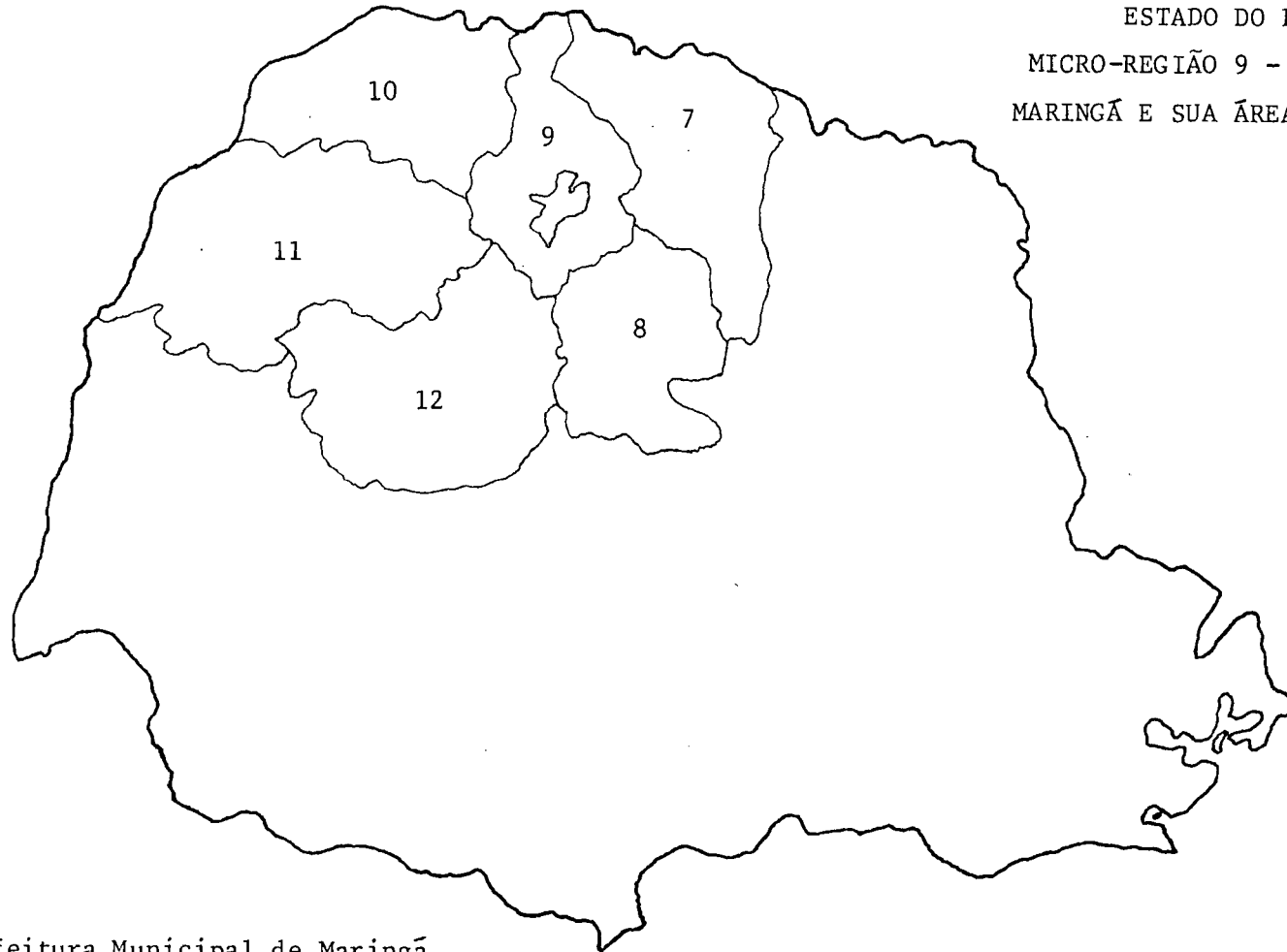
#### 6.4 - MARINGÁ - ELEITORES E ELEITOS

##### 6.4.1 - A organização político-eleitoral

Pode-se afirmar que a organização da vida política no município de Maringá foi precoce. Antes de se tornar Distrito de Mandaguari (1947), já se achavam ali constituídos os diretórios de dois partidos políticos: União Democrática Nacional e Partido Social Democrático que, em 1948, se fariam representar na Câmara Municipal de Mandaguari pelos candidatos maringaenses Arlindo Planas e Napoleão Moreira da Silva. Abre-se aqui um parêntese para esclarecimentos: é sabido que a validade jurídica dos partidos está condicionada ao registro dos diretórios junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e que esse só é permitido aos municípios sedes ou comarcas. Assim, aos distritos cabe a fundação de diretórios e a filiação dos interessados em pertencer ao partido, não lhes sendo porém facultada a apresentação de candidatos. Tal situação explica o fato de que os primeiros representantes maringaenses tives-

<sup>113</sup> MARINGÁ, p. 22.

MAPA Nº 5  
ESTADO DO PARANÁ  
MICRO-REGIÃO 9 - NOVA ESPERANÇA  
MARINGÁ E SUA ÁREA DE POLARIZAÇÃO



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

sem sido oficialmente registrados pelo Diretório de Mandaguari e não pelo de Maringá.

O surgimento desses diretórios no município decorreu do aparecimento das primeiras lideranças políticas. Em zonas de ocupação recente, essas lideranças surgem diretamente vinculadas ao tipo de ocupação desempenhada e à índole de cada indivíduo, *de tal forma que o prestígio resulta da soma de pequenos favores prestados à massa indiscriminada dos eleitores, em geral composta de sitiantes, colonos, empreiteiros e caboclos, chegados de todos os rumos. Bem diferente das zonas velhas, onde a política se firma na tradição. O prestígio, nas zonas novas, cresce ou diminui em função da mobilidade dos habitantes e a difusão dos benefícios dispensados.*<sup>114</sup>

Tal afirmativa pode ser melhor aquilatada se for observado o quadro da época: os diretórios da UDN e do PSD, foram fundados, respectivamente por Ângelo Planas e Mário Jardim, o primeiro comerciante, proprietário de um dos maiores estabelecimentos de secos e molhados da região e também cerealista; o segundo, proprietário da primeira farmácia de Maringá. Esses diretórios por sua vez eram integrados por outros comerciantes destacando-se entre esses Napoleão Moreira da Silva que, junto com Ângelo Planas, detinha o monopólio do fornecimento de gêneros alimentícios à região. — *"seus armazéns constituíam verdadeiras cooperativas que ajudavam a formar sítios, fazendas e chácaras."*<sup>115</sup> Em contrapartida, esses cidadãos poderiam almejar por parte de seus assistidos a retribuição, em

<sup>114</sup> DUQUE ESTRADA, J. Ferreira. Terra Crua, Curitiba, s. ed., 1961. p. 17.

<sup>115</sup> DUQUE ESTRADA, p. 19.

forma de votos, a qualquer cargo político que postulassem na comunidade, fato esse facilmente comprovável pelas eleições de Napoleão Moreira e Arlindo Planas (irmão de Ângelo) à vereança em 1947.

A presidência da U.D.N. foi exercida por Ângelo Planas até meados de 1947. A partir daí foi entregue a Napoleão Moreira da Silva, que havia se desentendido com o prefeito de Mandaguari e se afastado do P.S.D.

A Ângelo Planas coube também a fundação e instalação no município do diretório do Partido Republicano (esse desmembrado da U.D.N.), sob inspiração de Josino Alves da Rocha Loures e sob orientação direta do então candidato ao governo do Estado, Bento Munhoz da Rocha Netto.\*

Em razão de seu crescimento vertiginoso, principalmente no plano sócio-econômico, Maringá passou a figurar dentro do panorama político com certo destaque, e em decorrência disso, os partidos políticos já existentes se reestruturaram, enquanto que paralelamente outros grupos políticos se articularam. Dessa forma, quando da criação do Município em 1951 (Decreto nº 790 de 14.11.1951), os diretórios dos Partidos políticos já estavam estruturados, restando apenas a legitimação formal, a qual se processou quase que simultaneamente, entre agosto e setembro do ano de 1952, quando o P.T.B. (13 de agosto), o P.S.P. (02 de setembro), o P.R. (03 de setembro) e a U.D.N. (13 de setembro), formalizaram suas inscrições junto

\* É necessário destacar que embora se diga homem não político, Ângelo Planas esteve a frente de inúmeros problemas da comunidade, sobretudo os ligados à educação, igreja e justiça; portanto, poderia representar dado sua posição no município, expressivo apoio ao Governo, bem como expressivo elo desse com aquele e conseqüentemente solução para alguns problemas imediatistas das áreas acima citadas. Entrevista concedida a autora em 18 de dezembro de 1980.

ao Tribunal Regional Eleitoral. Dos partidos então existentes no município, apenas o P.S.D. não conseguiu se estruturar e conseqüentemente inscrever-se e competir nas eleições marcadas para o dia 9 de novembro de 1952, por intermédio da qual seriam escolhidos o primeiro mandatário do novo município e os respectivos componentes da Câmara Municipal.<sup>116</sup> Indicados os candidatos pelos respectivos Diretórios, cuidaram os partidos de proceder o alistamento dos eleitores e o registro dos candidatos.\*

O alistamento se processou com base no Código Eleitoral de 1950 — Lei nº 1.164 de 24.07.1950 e de acordo com o disposto na Resolução nº 3.151 do Tribunal Superior Eleitoral, que baixou instruções para as mesmas.

Além do município de Maringá, realizariam eleições nessa mesma data, os municípios de Marialva, Mandaguacu, Nova Esperança e Paranavaí, todos sub jurisdição da Comarca de Mandaguari.

O alistamento eleitoral, constando da qualificação e inscrição dos eleitores, foi aberto a partir de janeiro de 1952. Este trabalho era executado pelos partidos políticos que possuíam funcionários alistadores *qualificadores*, os quais se dirigiam à casa do alistando e ali ou na lavoura, onde este se encontrasse, procediam o alistamento, que consistia no pre-

\* As informações que seguem foram fornecidas pelo Senhor Pedro He-dair Silveira — escrivão eleitoral das 66a. e 137a. zonas eleitorais de Maringá, e que se encontra frente à mesma desde sua instalação no município em 1954 e que anteriormente exerceu a função de auxiliar eleitoral na Comarca de Mandaguari desde 1951. Entrevista concedida a autora em 28 de julho de 1980.

<sup>116</sup> O P.S.D. abrigava entre seus filiados alguns indivíduos envolvidos com a grilagem da Gleba 19 (Paranavaí), o que foi motivo de constantes perseguições por parte de seus adversários, levando-o até a extinção. Maiores informações consultar DUQUE ESTRADA, p. 28-35.



enchimento do requerimento e na apresentação de documento comprovatório de identidade (Art. 33, § 1º, 2º e 3º da Lei nº 1.164).

Como a partir de 1952, houvesse se tornado obrigatório o título eleitoral com fotografia, o próprio alistador tirava o retrato do eleitor onde este se encontrasse, em casa ou na lavoura. Este procedimento dava um cunho pitoresco às fotografias, fazendo com que muitas vezes nelas constassem além do eleitor crianças e até mesmo animais.

Devido o caráter predominantemente rural da população em idade alistável, e de um elevado índice de analfabetos, o número de eleitores ficava quase que restrito aos proprietários e seus parentes, sendo que desses normalmente se excluíam as mulheres, mesmo as alfabetizadas, devido ao elevado número de filhos pequenos e a impossibilidade de comparecimento às urnas por não ter com quem deixá-los.

Ressalte-se que nesse período, foi maior o número de transferências eleitorais do que de alistamentos propriamente ditos, uma vez que as pessoas procediam de regiões onde já eram eleitoras e aqui chegando apenas providenciavam a transferência do título para não terem que se locomover às regiões de origem durante a realização de eleições, bem como pela solicitação dos qualificadores para que passassem a integrar o eleitorado local, ou pela própria vontade de participar do processo político desenrolado na comunidade, quer por interesses particulares ou por compromissos assumidos com candidatos. O processo de transferência era simplificado, consistindo apenas na assinatura de uma folha de papel almaço em branco e no se deixar fotografar. O requerimento era posteriormente datilografado no próprio partido e atestado por duas

peças que realmente aquele eleitor residia a mais de três meses no município, sendo conhecido pelos atestantes.

Os requerimentos de alistamento eleitoral, juntamente com os documentos, eram enviados ao Partido, a quem cabia também providenciar a revelação dos filmes e a cópia das fotografias, e depois encaminhá-los ao juiz eleitoral em Mandaguari, onde eram entregues mediante recibo. O juiz, após deferí-los, determinava a datilografia do título e o preenchimento da ficha no cartório (correspondente ao canhoto do título usado até 1951). \* Expedido o título assinado pelo juiz, era esse enviado ao tabelião para ser entregue ao eleitor. Em Maringá, esse trabalho era desempenhado pelo Cartório Esmeraldo Leandro.

A identificação do eleitor para retirada do título consistia na simples enumeração dos dados contidos no mesmo. Embora não ocorresse em números elevados, a duplicação dos títulos acontecia, porém, em função do critério de arquivamento do fichário eleitoral (ordem alfabética), sempre que apurada a irregularidade o título expedido na última data era cancelado.

Quanto ao registro dos candidatos, esse se processava mediante requerimento assinado pelo delegado, nomeado pelo partido e credenciado pelo juiz eleitoral. Esse requerimento era instruído com: a) cópia autêntica da Ata de Convenção, na qual se escolheram os candidatos aos cargos de Prefeito e ve-

\* Em 1952, devido ao acúmulo na expedição de novos títulos, foi necessário que se deslocasse da capital para Mandaguari, uma equipe do Tribunal Regional Eleitoral composta por oito funcionários sob coordenação do próprio diretor do órgão Dr. Mario Lopes dos Santos, para que se regularizasse a expedição nos prazos fixados por lei.

readores; b) certidão de registro do Diretório Municipal; c) certidão de registro do Diretório Estadual; d) cópia da reunião da comissão executiva estadual, em que foi credenciado o delegado para o referido registro; e) um exemplar dos Estatutos do Partido, devidamente autenticado pelo T.R.E.; f) consentimento expresso com firma reconhecida dos candidatos; g) certidão de que o candidato estava em gozo de seus direitos políticos, e h) prova de idade e nacionalidade do candidato.

Esses processos eram acompanhados de perto pelos delegados dos partidos, quase sempre advogados militantes no foro da Comarca, os quais procuravam, de todas as formas, encontrar senões que possibilitassem o retardamento, quando não o impedimento, do registro dos candidatos adversários. Não obstante esse interesse, nas eleições de 1952 nenhum recurso foi interposto, tendo sido registrados todos os candidatos, à exceção de um que, por ter sido condenado, encontrava-se em liberdade condicional e estava com seus direitos políticos suspensos, e por conseguinte não podia nem exercer o direito de voto.

Qualificados os eleitores e registrados os candidatos, realizaram-se as eleições na data estipulada, cujos resultados foram:

Eleitores . . . . .	8618
Não compareceram . . . . .	2805
Compareceram e votaram . . . . .	5813
Número de sobrecartas. . . . .	5813

Para Prefeito Municipal

Innocente Villanova Júnior . . . . . PTB 1871 votos

Waldemar Gomes da Cunha . . . . .	UDN	1725	votos
Ângelo Planas . . . . .	PR	1707	"
Raul Maurer Moletta . . . . .	PSP	313	"
Soma de votos . . . . .		5606	"
Votos em branco . . . . .		96	"
Votos nulos . . . . .		111	"
Votantes . . . . .		5813	"

#### Candidatos eleitos para Vereador

##### PARTIDO REPUBLICANO

1. Basílio Sautchuk . . . . .	241	votos
2. José Mário Hauari . . . . .	234	"
3. Mário Luiz Pires Urbinati . . . . .	222	"

##### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Arlindo de Souza . . . . .	274	votos
2. Jorge Ferreira Duque Estrada . . . . .	273	"
3. Joaquim Pereira de Castro . . . . .	202	"

##### UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Napoleão Moreira da Silva . . . . .	304	votos
2. Malaquias de Abreu . . . . .	300	"
3. Cêzar Haddad . . . . .	266	"

#### Suplentes

##### PARTIDO REPUBLICANO

1. Primo Francisco Mazzuco . . . . .	204	votos
2. João Ramos . . . . .	176	"

3. Fortunato Pires de Camargo . . . . .	142	votos
4. Alício Arantes Campolino . . . . .	112	"
5. Eurico Vieira Guido . . . . .	107	"
6. Durval Francisco dos Santos . . . . .	105	"
7. Pedro Bernarde . . . . .	93	"
8. Olinto Augusto Barbosa . . . . .	89	"

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Baltazar Lopes Fernandes . . . . .	188	votos
2. Américo Dias Ferraz . . . . .	148	"
3. João José da Silva . . . . .	126	"
4. Aurelino Breda . . . . .	118	"
5. Wilson Ferreira Varela . . . . .	111	"
6. Francisco Valentin . . . . .	95	"
7. José Leopoldo Soares . . . . .	90	"
8. José Niceto . . . . .	63	"
9. João Francisco Gezoni . . . . .	7	"

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Benedito Dias . . . . .	207	votos
2. Primo Monteschio . . . . .	163	"
3. Ulisses Bruder . . . . .	134	"
4. Basílio Moreschi . . . . .	72	"
5. Xisto Alves de Souza . . . . .	65	"
6. Orlando Schiavone . . . . .	60	"
7. Edward de Almeida Braga . . . . .	54	"
8. Luiz Girardi . . . . .	43	"
9. Antenor Sanches . . . . .	18	"

A análise desses dados permite constatar:

que as preferências do eleitorado para o executivo se distribuíram uniformemente entre os candidatos do PTB (33%), UDN (31%) e PR (30%);

que apenas o PSP apresentou baixo índice de representatividade, 6% dos votos válidos;

que a distribuição dos votos dados aos vereadores eleitos foi equilibrada: PR (30%), PTB (32%) e UDN (30%), mas não correspondentes aos percentuais atribuídos ao executivo;

que as votações individuais mais expressivas foram as obtidas pelos vereadores eleitos pela UDN;

que os vereadores eleitos do Partido Republicano receberam as menores votações. No entanto, a somatória de votos dados aos candidatos pelo partido apresentou o maior percentual (34%) do total atribuído a todos os demais candidatos;

que o número de candidatos apresentados pelos partidos foi equivalente.

A identificação ocupacional dos vereadores eleitos, auferida do levantamento dos processos de registro dos candidatos, permitiu a constatação de que dos nove eleitos, sete dedicavam-se ao comércio (proprietários) e dois eram advogados. No que diz respeito ao executivo, constatamos quanto à atividade ocupacional, que os candidatos inscritos pelo PTB e pelo PR, dedicavam-se ao comércio, o candidato da UDN à lavoura e o do PSP à medicina.

Entre 1952 e 1964 ocorreram em Maringá quatro eleições, para o executivo e o legislativo municipal, mas antes que se proceda ao comentário dos resultados por elas apresentados, faz-se necessário alguns esclarecimentos. Os partidos, tal como se configuraram ao longo do sistema eleitoral, assumem nas áreas interioranas certas conotações distintas daquelas evi-

denciadas em centros maiores, nos quais, muitas vezes, assumem verdadeira corporificação político social, embora tal não seja constante na política brasileira. No âmbito do município, sobretudo naqueles destituídos de tradição política, como é o caso em análise, os partidos representam entidades abstratas, só tornadas reais às vésperas dos pleitos, mediante corporificação nos candidatos que os representam, ou que deles se valem para se representar. Isso significa dizer que o homem do interior não se identifica ou vota com o partido, e sim que se identifica e vota no candidato, independente do partido que represente. Em decorrência da sistemática da forma de representação adotada, esse voto passa a ser computado ao partido ou, mais precisamente, à corrente de opinião com o qual ele se identifica. É contudo perigoso generalizar, uma vez que os partidos brasileiros, como já se viu, não apresentam diferenças fundamentais na ação e na ideologia, o que por sua vez não é correspondente entre os candidatos que os representam.

Tem-se então estabelecido o conflito entre o voto como intenção e o voto como realidade, de tal sorte que a opinião eleitoral não traduz fielmente a opinião política. No entanto, é por intermédio desta que se conhece a manifestação daquela.

Essas posições foram colocadas porque é a partir delas que se pretende conhecer o comportamento do eleitorado nas eleições do período.

#### 6.4.2 - Composição e distribuição dos eleitores.

O estudo da composição e distribuição do eleitorado ma-

ringaense foi efetuado tendo por base as folhas de votação dos eleitores inscritos no período de 1956 à 1964, obedecendo a coleta dos dados o tratamento metodológico proposto.

Constatou-se que dos inscritos à época permanecem como eleitores ativos no ano base (1956), 22% dos alistados, em 1960 30% e em 1964 50%. Esses percentuais nos dão uma amostra global de 38% da população eleitoral no período e representam 6.630 eleitores, os quais, para efeito deste estudo, serão de ora em diante denominados "eleitorado".\* O número absoluto de eleitores cresceu no período em análise em cerca de 198%, e o "eleitorado" em cerca de 151%. Isso nos possibilita supor que as conclusões a serem inferidas sejam fidedignas do ponto de validade.

O eleitorado maringaense em 1956 era formado por 2.641 eleitores, desses 2.016 pertenciam ao sexo masculino e 625 ao sexo feminino, numa proporção de 76% de eleitores e 24% de eleitoras.

QUADRO Nº 6  
ELEITORADO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA  
MARINGÁ, 1956

FAIXA ETÁRIA	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
18 a 20 anos	234	78	312
21 a 25 anos	441	185	626
26 a 30 anos	423	122	545
31 a 35 anos	299	108	407
36 a 40 anos	261	72	333
41 a 50 anos	274	47	321
51 a 60 anos	71	13	84
61 a 70 anos	13	-	12
TOTAL	2.016	625	2.641

\* Para apreciação do quadro geral das eleições realizadas em Maringá, entre 1955 e 1965 consultar quadro nº 13. p. 150.



QUADRO Nº 7  
ELEITORADO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA  
MARINGÁ, 1964

FAIXA ETÁRIA	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
18 a 20 anos	1.313	457	1.770
21 a 25 anos	1.089	442	1.531
26 a 30 anos	801	304	1.105
31 a 35 anos	595	234	829
36 a 40 anos	432	159	591
41 a 50 anos	486	115	601
51 a 60 anos	137	27	164
61 a 70 anos	33	6	39
TOTAL	4.886	1.744	6.630

A análise dos dados apresentados no quadro nº 6, permite constatar que a maioria dos eleitores é constituída de pessoas jovens, cerca de 71% nasceram após 1921, os demais 25% nas duas primeiras décadas do século. Os eleitores nascidos no século passado representam apenas 4% do total, sendo 3,5% nascidos entre 1896 e 1905 e 0,5% entre 1886-1895. Observa-se quanto a distribuição etária, haver equilíbrio percentual entre os dois sexos, exceto na idade entre 21 a 25 anos, onde o índice feminino é de 30% em relação aos 22% apresentados pelo masculino. Na faixa de 51 a 70 anos, o percentual masculino é em duas vezes maior que o feminino. A composição etária por sexo em 1964, apresenta percentuais de crescimento equivalentes aos evidenciados em 1956, com predomínio mais acentuado da população jovem. Dos 6.630 eleitores, 79% têm menos de 35 anos, 18% estão entre 36 e 50 anos e somente 3% dos eleitores contam com idade superior a 51 anos. Quanto ao estado civil e à faixa etária verifica-se que em 1956 e 1960, havia predominância absoluta dos eleitores casados, respectivamente 66% e 60%. Em 1964 esses percentuais quase que se equi-

libram: 47% dos eleitores eram solteiros e 52% casados. Dos solteiros, 38% são do sexo masculino, 9% do sexo feminino, quanto aos casados 36% do sexo masculino e os 16% restantes do sexo feminino. Entre os eleitores viúvos, o número de mulheres viúvas é maior (55%).

Em relação à idade dos eleitores, se constata que entre 18 a 25 anos, predominam os solteiros, 38% em relação a 11% dos casados da mesma idade. Na faixa etária compreendida entre 26 a 40 anos, os casados representam 30% e os solteiros apenas 8%, como era de se esperar que ocorresse, mesmo em uma zona de ocupação recente.

Em números relativos, o maior percentual de casados, se encontra com idade entre 41 a 50 anos (89% dos eleitores dessa idade), em números absolutos, com idade de 31 a 40 anos (83% dos eleitores dessa faixa etária). (Quadro nº 9 e Gráfico nº 9).

QUADRO Nº 8  
PROCEDÊNCIA DO ELEITORADO  
MARINGÁ, 1956-1964

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	ANO		
	1.956	1.960	1.964
São Paulo	1.680	2.676	3.683
Paraná	255	554	1.122
Minas Gerais	328	518	767
Demais Estados	360	694	1.034
Naturalizados	9	11	7
Não consta	9	3	17
TOTAL	2.641	4.456	6.630

A análise da distribuição dos eleitores, segundo o estado de nascimento, permite constatar que no período, a maio-

## QUADRO Nº 9

ELEITORADO - ESTADO CIVIL, FAIXA ETÁRIA POR ANO DE ELEIÇÃO

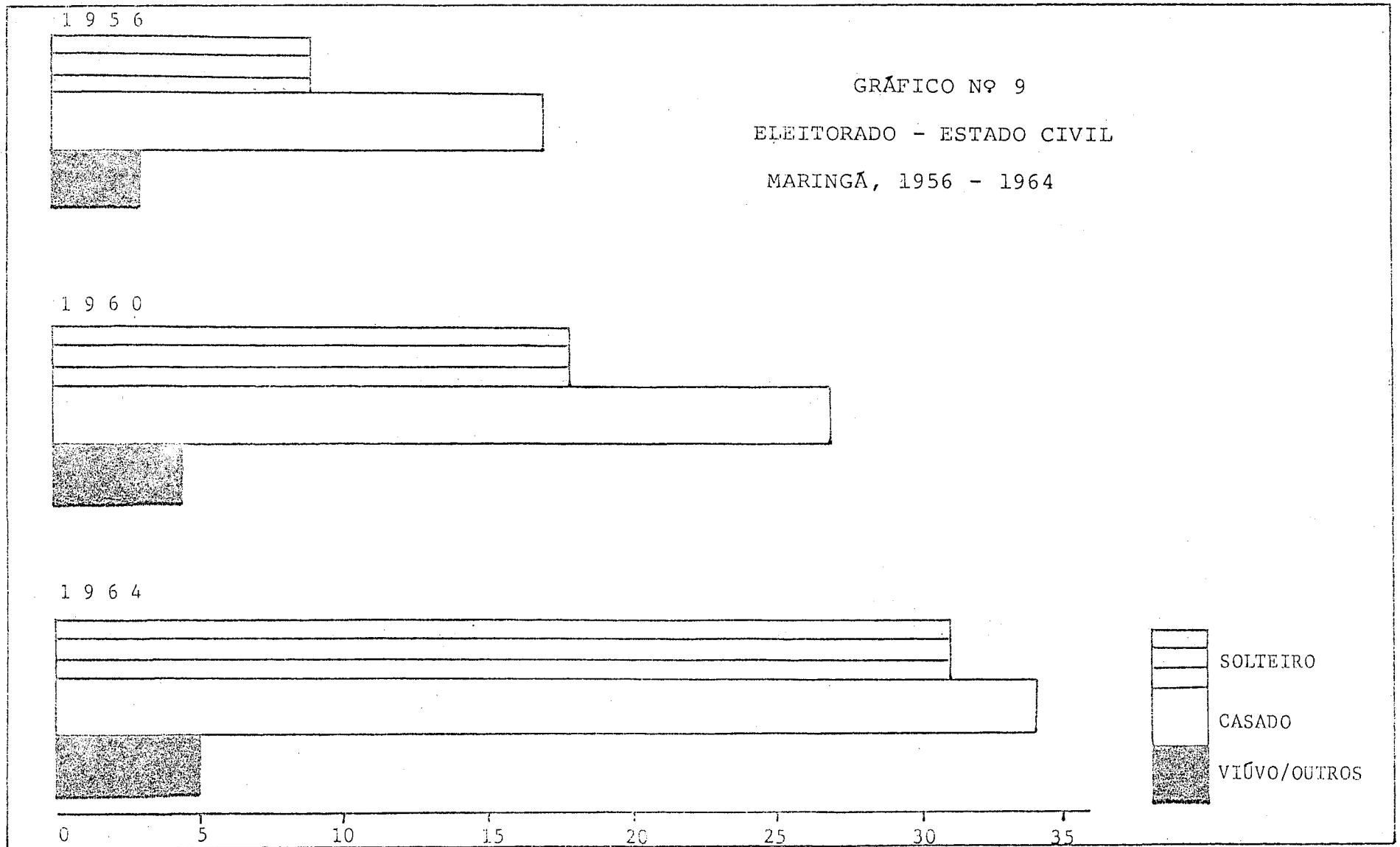
MARINGÁ, 1956 - 1964

E L E I Ç Õ E S D E 1 9 5 6							
Estado Civil	Faixa etária						
	Total	18a20	21a25	26a30	31a40	41a50	50...
Solteiro	878	225	341	144	102	25	11
Casado	1.732	55	282	397	631	287	80
Viúvo	19	-	1	2	6	6	4
Outro - Não consta	12	2	2	1	3	2	2
Total	2.641	312	621	543	740	321	97

E L E I Ç Õ E S D E 1 9 6 0							
Estado Civil	Faixa Etária						
	Total	18a20	21a25	26a30	31a40	41a50	50...
Solteiro	1.758	738	587	229	157	35	12
Casado	2.653	112	441	614	942	421	123
Viúvo	28	-	1	4	7	10	6
Outro - Não consta	17	3	3	2	2	3	4
Total	4.456	853	1.032	849	1.108	469	145

E L E I Ç Õ E S D E 1 9 6 0							
Estado Civil	Faixa Etária						
	Total	18a20	21a25	26a30	31a40	41a50	50...
Solteiro	3.143	1.596	918	341	216	49	23
Casado	3.426	169	609	757	1.190	534	167
Viúvo	39	-	1	5	12	12	9
Outro - Não consta	22	5	3	2	2	6	4
Total	6.630	1.770	1.531	1.105	1.420	601	203

GRÁFICO Nº 9  
 ELEITORADO - ESTADO CIVIL  
 MARINGÁ, 1956 - 1964



ria dos eleitores (60%) procede de São Paulo. Embora o crescimento em números absolutos seja constante, os índices percentuais apresentam declínio na representatividade desses eleitores, de 64% em 1956 para 55% em 1964. Tal fato se atribui ao ingresso no contingente eleitoral dos nascidos no Estado do Paraná, cujo percentual aumentou de 10% em 1956 para 17% em 1964. Dos eleitores nascidos em Minas Gerais, 12% mantiveram essa representatividade entre 1956-64. Não obstante tenha perdido a hegemonia como segundo maior Estado de procedência do eleitorado a partir de 1960, em decorrência do crescimento do número de eleitores oriundos do Paraná e dos nascidos no município de Maringá (ver Gráfico nº 10).

Dos demais Estados, procederam em média 15% dos eleitores entre 1956-64. Desses, foi mais significativo o número dos nascidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (3,5%), e no Rio de Janeiro e Espírito Santo (2%). Dos Estados da Região Nordeste, procederam 8,5% dos eleitores. Desses, cerca de 2% eram naturais dos Estados de Pernambuco e Bahia. Das regiões Centro-Oeste e Norte, vieram apenas 18 eleitores, nenhum exercendo atividade ligada ao setor primário.

O levantamento das profissões declaradas pelo eleitorado maringaense, junto às folhas de votação evidenciou a seguinte estrutura das atividades ocupacionais:

QUADRO Nº 10

## ESTRUTURA DAS ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Ano	Eleitores	SETOR DE PRODUÇÃO					
		Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
1956	2.641	894	34	321	12	1.402	53
1960	4.456	1.343	30	510	11	2.500	56
1964	6.630	1.660	25	735	11	3.935	60

GRÁFICO Nº 10  
EVOLUÇÃO DO ELEITORADO POR ESTADOS DE MAIOR PROCEDÊNCIA  
MARINGÁ, 1956 - 1964

Milhares de  
eleitores

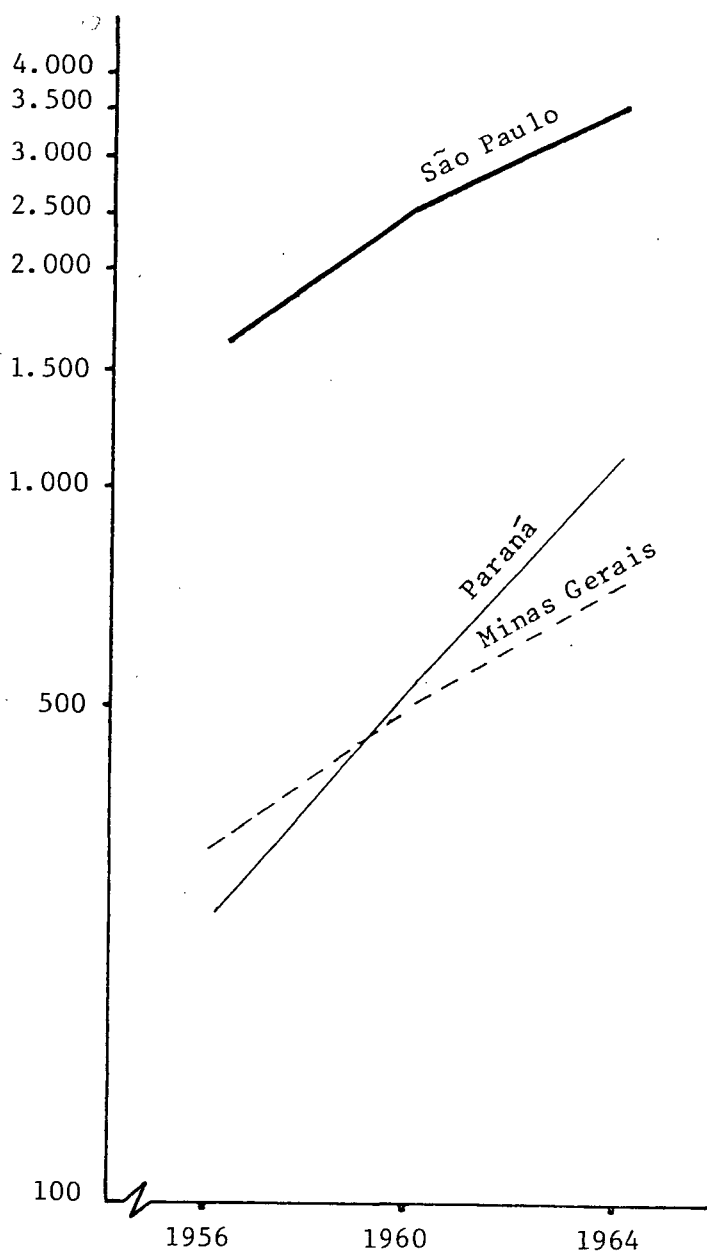
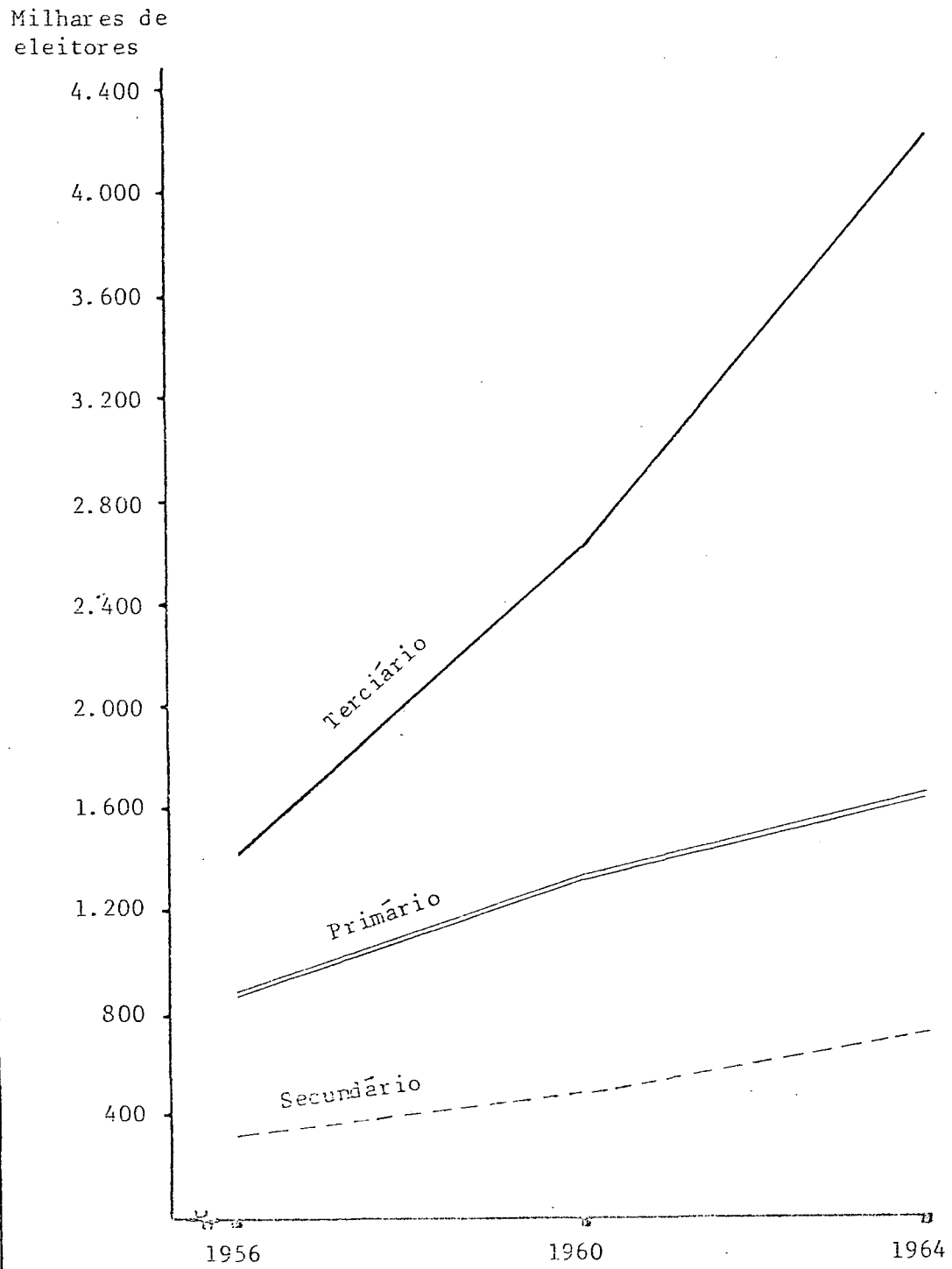


GRÁFICO Nº 11  
ELEITORADO POR SETOR DE PRODUÇÃO  
MARINGÁ, 1956 - 1964



As diferenças em números absolutos e percentuais e o total de eleitores, decorrem do registro de eleitores que não exercem atividades produtivas, e das atividades não especificadas, conforme se vê no quadro nº 11.

A representação gráfica (Gráfico nº 11), permite constatar que, embora em números absolutos todos os setores se apresentem ascendentes, não há correspondência positiva entre os percentuais, ou seja, o setor terciário, em 1964 apresenta um crescimento de 57% em relação a 1960, para um crescimento de 44% do setor secundário e de 24% para o primário, em igual período.

Quanto à distribuição das ocupações nos setores de produção, o número de eleitores se apresenta da seguinte maneira:

QUADRO Nº 11  
QUALIFICAÇÃO OCUPACIONAL DO ELEITORADO EM MARINGÁ  
1956 - 1964

OCUPAÇÃO	ATIVIDADE PRIMÁRIA		
	1956	1960	1964
lavrador	880	1.322	1.622
agricultor	11	18	33
técnico agrícola	3	3	4
agropecuária			1
TOTAL	894	1.343	1.660

OCUPAÇÃO	ATIVIDADE SECUNDÁRIA		
	1956	1960	1964
operário	108	176	259
pedreiro	51	75	98
carpinteiro	50	65	86
marceneiro	19	29	36
alfaiate	14	27	37
costureira	10	23	38
industrial	16	20	25
ferreiro	8	18	32
gráfico	6	13	22
industrial	9	18	21
construtor	6	8	13
torneiro	6	7	12
serrador	5	6	9
padeiro	2	4	9
maquinista	4	5	7
oleiro	1	3	6
tapeceiro	1	2	5
ensacador	-	1	4
confeteiro	-	1	3
curives	1	2	2
químico industrial	1	2	2
modista	2	2	2
coicheiro	-	1	2
selcero	-	1	2
cozinheiro	1	1	1
jardineiro	-	-	1
operador de máquinas	-	-	1
TOTAL	321	510	735



QUADRO Nº 11-A  
 QUALIFICAÇÃO OCUPACIONAL DO ELEITORADO EM MARINGÁ  
 1956 - 1964

OCUPAÇÃO	ATIVIDADE TERCIÁRIA			OCUPAÇÃO	ATIVIDADE TERCIÁRIA		
	1956	1960	1964		1956	1960	1964
doméstica	530	923	1.283	topógrafo	1	3	4
comerciante	200	414	706	almoxarife	-	-	4
motorista	157	235		poceiro	2	3	3
comerciante	119	168	257	desenhista	2	2	3
professor	60	106	174	vidraceiro	1	1	3
mecânico	50	102	166	militar	1	1	3
auxiliar escritório	19	56	149	fotógrafo	-	2	3
bancário	25	60	124	lubrificador	-	1	3
balconista	13	29	80	religioso	1	2	3
funcionário público	39	55	75	cobrador	-	-	3
servente	6	14	58	capataz	2	2	2
eletricista	10	28	48	auxiliar laboratório	-	-	2
pintor	13	20	39	caixa	-	1	2
contador	14	26	35	contínuo	-	1	2
médico	12	26	33	saqueiro	-	-	2
farmacêutico	8	21	30	receptionista	-	-	2
barbeiro	15	18	25	copeiro	-	-	2
advogado	10	18	23	autônomo	1	1	1
ferroviário	3	16	20	carteiro	1	1	1
guarda-urbano	5	7	19	cerealista	1	1	1
radialista	4	10	16	foguista	1	1	1
viajante	5	9	16	bombeiro	1	1	1
dentista	6	13	15	peixeiro	1	1	1
sapateiro	10	12	14	artista	1	1	1
encanador	6	8	14	detetive particular	-	1	1
enfermeiro	2	8	14	trapicheiro	-	1	1
carroceiro	8	12	13	bibliotecário	-	-	1
oficial de justiça	8	8	11	feirante	-	-	1
piloto	1	5	11	carvoeiro	-	-	1
relojoeiro	4	8	10	meteorologista	-	-	1
engenheiro	4	6	9	frentista	-	-	1
tratorista	2	4	8	cambista	-	-	1
tintureiro	3	3	8	bicicleteiro	-	-	1
açougueiro	2	4	7	escrivão	-	-	1
corretor	1	2	7	engomador	-	-	1
cabeleleiro	-	1	7	lavadeira	-	-	1
entregador	1	1	6	TOTAL	1.402	2.500	3.935
securitário	1	4	5	OCUPAÇÃO	ATIVIDADE NÃO PRODUTIVA		
telefonista	1	1	5		1956	1960	1964
vulcanizador	-	1	5	estudante	21	94	281
fiscal-empresa	3	3	5	Não registrada	3	9	19
rádio-telegrafista	2	3	5	TOTAL	24	103	300
músico	3	4	4				
SUB-TOTAL	1.385	2.472	3.870				

Observa-se quanto à ocupação, que os eleitores não se distribuem eqüitativamente entre os setores de produção. Embora o município se caracterize pela atividade agrícola, é no setor terciário que se encontra a maioria dos eleitores, fato que se explica pelo elevado índice de analfabetismo reinante no meio rural. Contudo, nas atividades do setor primário, a ocupação lavrador é a que detém o maior percentual de representatividade (98%).

No setor secundário, o maior índice percentual (35%) é da ocupação operário. No setor terciário, a ocupação doméstica detém o maior índice (33%) dos eleitores do setor.

Em números absolutos, se ocupam com atividades do setor terciário em 1956, 1.402 eleitores, que representam 53% da população eleitoral; em 1960, 2.500 eleitores, 56% do total de eleitores e em 1964, 3.935 eleitores representando 59% dos votantes.

O número de eleitores ocupados com atividades do setor secundário é inexpressivo (12% no período 56-64). Entre as profissões de maior incidência nesse setor, destacam-se as de carpinteiro, marceneiro, pedreiro e afins.

Das atividades do setor terciário, como já foi dito, se ocupam a maioria dos eleitores, razão pela qual é o setor que apresenta maior diversificação de ocupações, registrando 79 atividades diversas. Nesse setor, excetuando-se a categoria doméstica,\* o maior número de eleitores é representado pelos comérciários, entendidos apenas como empregados em casas co-

\* Incluiu-se no setor terciário a classificação doméstica devido a impossibilidade de distinguir entre os detentores dessa ocupação, os eleitores que prestam serviços como assalariados, dos que se dedicam aos afazeres domésticos em seus lares.

merciais, classificação esta possível dado ao critério adotado pelo cartório eleitoral para preenchimento das ocupações que registra como comerciantes os proprietários. Se agregadas, essas ocupações representam no período 23% do eleitorado, fator esse que além de evidenciar o dinamismo do município na área de comercialização, demonstra que a força desse contingente no processo eleitoral é significativa.

Cumpré ainda destacar no setor terciário o número de motoristas profissionais (proprietários, ou pessoas que prestam esses serviços). O percentual elevado de eleitores que se ocupam dessa atividade está relacionado à rendosa atividade de transporte da produção agrícola, sobretudo o café dos núcleos periféricos para o município para beneficiamento, e, posteriormente, deste para os centros de exportação: Santos e Paranaguá.

Em números absolutos as nove ocupações de maior incidência em 1964 são as seguintes: lavrador - 1.622 eleitores, doméstica - 1.283 eleitores, comerciário, 706 eleitores, motorista - 311 eleitores, estudante - 281 eleitores, operário - 259 eleitores, comerciante - 257 eleitores, professor - 174 eleitores, auxiliar de escritório - 149 eleitores e mecânico com 106 eleitores. Se constata que mais de 50% dos que as exercem, são nascidos em São Paulo, exceto os operários cujo percentual de paulistas é de 44%. Tal leva a supor que no município, à época, essa classificação fosse extensiva aos diaristas ocupados com atividades agrícolas e não usadas especificamente para designar os empregados do setor de transformação.

Os estudantes e os auxiliares de escritório representam o maior percentual de nascidos no Paraná, e correspondem ao

aumento de eleitores na faixa etária compreendida entre 18 e 20 anos, inscritos entre 1964 a 1965.

Complementando a classificação por setor de produção, procurou-se agrupar as profissões declaradas pelos eleitores maringauenses no período 1956-1964 em dez categorias, conforme o modelo proposto pelo Ministério da Fazenda, tendo-se porém tomado a precaução de adequacioná-las ao sentido da época. Os resultados evidenciaram:

que 5% dos eleitores ocupam-se com profissões científicas, técnicas e artísticas;

que 1,5% dos eleitores ocupam-se com atividades militares, ou são servidores civis. Nessa categoria incluem-se os funcionários públicos (federais, estaduais, municipais e autárquicos) e os serventuários da justiça;

que 4% dos eleitores ocupam-se de atividades administrativas;

que 10% do eleitorado exerce atividades de comércio, ou seja, são autônomos, corretores ou assemelhados;

que é a categoria trabalhadores de serviços que registra o maior percentual de eleitores (33%);

que a categoria trabalhadores agrícolas apresenta o segundo maior percentual de eleitores (29%);

que na categoria trabalhadores da produção industrial encontram-se apenas 10% dos eleitores;

que 4,5% dos eleitores, pertencem à categoria dos ocupados com atividades particulares (cerealistas, agricultores, comerciantes);

que os ocupados com atividades não especificadas anteriormente (estudantes, religiosos) representam somente 2% da população eleitoral.

Pelo exposto observa-se que 72% do eleitorado pertence às categorias de trabalhadores de serviços, agrícolas ou da produção. Tal constatação possibilita inferir que as inscrições desses eleitores decorreu da necessidade de regularizar a situação funcional perante o setor onde atuam, quando não das pressões para que assim o fizessem. Que é inexpressivo o percentual dos eleitores envolvidos com ocupações que se classifica como prestigiosas (médicos, advogados, etc.).

No que diz respeito às seções de votação e sua distribuição no município, essa se apresenta da seguinte maneira:

QUADRO Nº 12  
DISTRIBUIÇÃO DAS SEÇÕES DE VOTAÇÃO  
MARINGÁ, 1956 - 1964

ANO	TOTAL	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL
1956	50	28	22
1960	79	53	26
1964	85	73	12

Esses resultados possibilitam constatar que, ao crescimento do período, corresponderam as mutações na distribuição do eleitorado, ou seja, o equilíbrio apresentado no primeiro momento entre o eleitorado distribuído pela zona rural e urbana, cedeu lugar à concentração de eleitores na área urbana. Associado esse processo à ampliação dos meios de difusão e à urbanização acelerada do município, conclui-se que em um decênio, o eleitorado maringaense sofreu modificações significativas, que se refletiram no comportamento eleitoral examinado a seguir.

#### 6.4.3 - Eleições de 1955 à 1965.

Instalada a Comarca em Maringã a 9 de março de 1954, em 27 de julho de 1954 foi implantada a 66a. Zona Eleitoral de Maringã, desmembrando o eleitorado maringaense da Comarca de Mandaguari, representada pela 60a. Zona Eleitoral.

A partir da instalação da 66a. Zona Eleitoral, realizaram-se no município entre os anos de 1955 a 1965, sete eleições e o referendun à Emenda Constitucional número 4, num total de oito chamadas dos eleitores às urnas.

1955 - 3 de outubro - Presidência da República e Governo do Estado;

1956 - 18 de novembro - Prefeitura e Câmara Municipal;

1958 - 3 de outubro - Congresso Nacional e Assembléia Legislativa;

1960 - 3 de outubro - Presidência da República, Governo do Estado, Prefeitura e Câmara Municipal;

1962 - 7 de outubro - Congresso Nacional e Assembléia Legislativa;

1963 - 6 de janeiro - Referendun à Emenda Constitucional nº 4 de 02.09.1961;

1964 - 6 de dezembro - Prefeitura e Câmara Municipal;

1965 - 3 de outubro - Governo do Estado.

QUADRO Nº 13  
 QUADRO GERAL DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM MARINGÁ  
 1955 - 1965

ANO	ELEITORADO	VOTANTES	PERCENTUAL	ABSTENÇÃO	PERCENTUAL	Nº DE SEÇÕES
1 9 5 5	10.688	9.208	86%	1.480	14%	32
1 9 5 6	12.744	12.088	95%	656	5%	50
1 9 5 8	20.968	17.625	84%	3.343	16%	71
1 9 6 0	20.278	14.886	73%	5.392	27%	79
1 9 6 2	20.658	15.494	75%	5.164	25%	79
1 9 6 3	20.658	14.402	70%	6.256	30%	79
1 9 6 4	21.579	13.281	62%	8.298	40%	85
1 9 6 5	31.891	22.834	72%	9.057	28%	129

Fonte: T.R.E.  
 Cartório Eleitoral 66a. Zona

## QUADRO Nº 14

## VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PARANÁ, 1955 - 1960

Votos \ Ano	1 9 5 5		1 9 6 0	
	PRES.	VICE	PRES.	VICE
Votos nominais	430.585	386.187	655.907	547.159
%	95%	85%	91%	76%
Votos brancos	10.613	58.287	45.946	161.261
%	2%	13%	6%	22%
Votos nulos	12.942	9.669	21.756	15.189
%	3%	2%	3%	2%
VOTANTES	454.140		723.609	

## VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MARINGÁ, 1955 - 1960

Votos \ Ano	1 9 5 5		1 9 6 0	
	PRES.	VICE	PRES.	VICE
Votos nominais	8.408	7.441	13.541	10.057
%	91%	81%	91%	68%
Votos brancos	179	1.181	992	4.631
%	2%	13%	7%	31%
Votos nulos	621	586	325	165
%	7%	6%	2%	1%
VOTANTES	9.208		14.858*	

\* 28 cédulas foram extraviadas

Fonte: T.S.E.  
T.R.E.



QUADRO Nº 15  
 VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR NO ESTADO E NO MUNICÍPIO  
 PARANÁ - MARINGÁ, 1955 - 1965

V O T O S	G O V E R N A D O R					
	1 9 5 5		1 9 6 0		1 9 6 5	
	Paraná	Maringá	Paraná	Maringá	Paraná	Maringá
Votos nominais	428.989	8.666	672.754	13.556	978.253	22.023
%	95%	94%	93%	91%	96%	96%
Votos brancos	18.458	228	18.949	837	14.696	222
%	4%	2,5%	3%	6%	1,5%	1%
Votos nulos	6.693	314	31.827	443	23.623	589
%	1%	3,5%	4%	3%	2,5%	3%
VOTANTES	454.140	9.208	723.530*	14.836**	1.016.572	22.834

\* Os dados apresentados mostram uma diferença a menos de 79 em relação aos totais gerais apresentados.

\*\* As divergências entre os totais de votantes das eleições presidencial e governamental, decorre do voto dos militares em trânsito. (Res. nº 6.258 de 12 de agosto de 1960).

Fonte: T.S.E.  
 T.R.E.

QUADRO Nº 16  
VOTAÇÃO GERAL PARA PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES  
MARINGÁ, 1952 - 1964

Votos	1952		1956		1960		1964		
	Pref.	Ver.	Pref.	Ver.	Pref.	Ver.	Pref.	Vice	Ver.
Soma de votos	5.606	5.106	11.637	11.488	13.422	13.773	12.685	12.241	12.806
Votos em branco	96	330	213	324	833	703	345	863	366
Votos nulos	111	377	238	276	631	410	251	177	109
VOTANTES	5.913		12.088		14.886		13.281		

Fonte: T.R.E.  
Cartório Eleitoral 66a. Zona.

A leitura dos dados fornece os seguintes resultados:

o número de eleitores inscritos no município ao longo da década 55-66 é uniforme e representa em média sempre 20% da população;

o número de votantes apresenta uma média de 77% de participação e percentuais superiores aos evidenciados pelos votantes nacionais (74%) e do Estado (75%);

o índice de abstenção média no município é de 23%, representando percentuais inferiores ao nacional (26%) e ao estadual (25%);

quanto ao número de votantes, este apresenta um crescimento contínuo e eqüitativo, excetuando-se o ano de 1960. Tal decorre do desmembramento dos municípios de Floresta, Ivatuba e Paiçandu (Lei nº 4.245 de 25.07.1960), visto que os eleitores nesses municípios, ante a perspectiva de eleger seus próprios dirigentes no ano subsequente, não se motivaram a comparecer e a votar em candidatos de Maringá;

os anos de 1963 e 1964 assinalam os maiores índices de abstenção. O primeiro gerado pela desinformação do eleitorado quanto ao processo em si, e pelo desinteresse natural que causam as manifestações isentas de competição (Referendum). Acresça-se a isto a dificuldade de acesso aos locais de votação e a não disponibilidade de condução gratuita (via de regra fornecida pelos partidos e candidatos), bem como a data e período não usuais de comparecimento às urnas; o segundo em decorrência da transição por que passa a vida política nacional e da ausência de maior motivação por parte dos candidatos e eleitores no município;

o menor índice de abstenção foi observado em 1956. Atribui-se o fato à instalação da zona eleitoral no município, e

ao processo competitivo desenvolvido pelos concorrentes aos diversos cargos, amparados por uma bem estruturada campanha eleitoral;

corroborando com a tese que os eleitores dão maior importância as eleições para o executivo, pelo fato de que a idéia de poder está a ele associada, observou-se nos pleitos para esses níveis (presidência e prefeitura) que os candidatos receberam maior número de votos nominais, ao passo que os percentuais desses votos à vice presidência não atingiram a 80% no Estado e a 70% no município, como demonstra o quadro nº 13;

no que diz respeito ao governo do Estado, tal não pode ser constatado, em virtude da inexistência do cargo de vice governador até 1960 e da sua implantação com votação conjunta em 1965.

#### 6.4.4 - Os resultados e sua significação.

##### ELEIÇÕES DE 1955:

As eleições para escolha dos ocupantes da presidência da república e do governo do Estado realizaram-se a 3 de outubro, e registraram no município os seguintes resultados:

Adhemar de Barros - PSP.....	43% dos votos válidos
Juscelino Kubitsckek - PSD-PTB...	20% dos votos válidos
Juarez Távora - UDN-PDC.....	19% dos votos válidos
Plínio Salgado - PRP.....	18% dos votos válidos

Para a vice-presidência o candidato mais votado foi Milton Campos, com 43% dos votos, seguido de João Goulart com

34% e Danton Coelho com 23% dos votos válidos.\*

Nas eleições para o governo do Estado, inscreveram-se cinco candidatos: Luiz Carlos Tourinho - PSP, Moysés Lupion pela coligação - PSD-PDC-PTN-PST, Carlos Amorety Osório - PSB, Othon Mäder - UDN e Mário de Barros pela coligação PTB-PR-PRT.

A maior votação foi atribuída ao candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, 35% da votação válida no município. No entanto, não foi o candidato vitorioso. O governador eleito, integrante do PSD, recebeu em Maringá 33% dos votos válidos, e os candidatos da UDN e do PSP, respectivamente, 20% e 13% desses votos. O candidato do PSB só foi sufragado com um voto na comunidade.

#### ELEIÇÕES DE 1956:

Em 9 de novembro de 1956 foram realizadas pela primeira vez eleições no município, para escolha de prefeito e vereadores, visto que as eleições realizadas em 1952 haviam se processado sob jurisdição da Comarca de Mandaguari.

As eleições municipais, em decorrência do convívio e da identidade dos que nela concorrem, são as que envolvem mais diretamente os membros da comunidade e que traduzem com mais fidedignidade a realidade eleitoral.

A primeira eleição realizada em Maringá para o executivo e o legislativo, foi precedida de intensa movimentação e culminou com o lançamento, pelos diretórios municipais, dos seguintes candidatos a prefeito municipal:

\* Utilizou-se ao longo da apreciação dos resultados a denominação de votos válidos para votos nominais. A rigor a expressão designa a soma de votos de legenda mais votos em branco para o quociente eleitoral nas eleições proporcionais.

Américo Dias Ferraz . . . . .	PSP
Haroldo Leon Peres . . . . .	UDN
José Gerardo Braga . . . . .	PSD-PDC
Ângelo Planas . . . . .	PR-PTB
Otávio Perioto . . . . .	PRP

Resultou eleito o candidato do PSP, com 36% dos votos válidos. O segundo candidato mais votado, representando a UDN, obteve 24% dos votos válidos. Os demais percentuais ficaram assim distribuídos: PSD-PDC (23%), PR-PTB (14%) e PRP (3%).

O candidato eleito teve sua vitória assegurada pelo eleitorado de baixo poder aquisitivo, fato que se constata pela análise dos resultados parciais das urnas, uma vez que obteve maior índice de votos nas áreas periféricas e nos bairros operários, em razão da forma de propaganda adotada e de sua identificação com essas camadas.\*

Ao legislativo municipal foram lançadas 118 candidaturas: PSD (14), UDN (20), PR (20) e pelos demais partidos 46: PTB, PDC, PRP e PL. O elevado número de concorrentes, embora facultasse aos eleitores uma escolha mais ampla, contribuiu para dispersar os votos dados às diversas legendas. Realizadas as eleições, coube ao PSD, o maior número de cadeiras (5) das quinze em disputa, cabendo as restantes ao PSP (4), UDN (4) e PR (2).

A posição geral do partido no pleito municipal para vereança ficou assim distribuída:

\* O candidato do PSP prelecionava nos comícios sua origem modesta, identificando-se como caboclo "violeiro", valendo-se de atritos criados por seu opositor da UDN, que disse não respeitar violeiros, fez desse motivo tema básico para sua campanha, sensibilizando as camadas mais humildes que o elegeram.

PSD . . . . .	27% dos votos válidos
UDN . . . . .	23% dos votos válidos
PSP . . . . .	19% dos votos válidos
PR . . . . .	13% dos votos válidos
PTB . . . . .	7% dos votos válidos
PDC . . . . .	5% dos votos válidos
PRP . . . . .	4% dos votos válidos
PL . . . . .	2% dos votos válidos

Os resultados confirmam a asseveração de inexistência de correspondência entre a opinião eleitoral e a opinião política, pois a considerar as eleições federais de 1955 no município, vê-se que a votação atribuída ao PSP de 43% decresceu para 24%, enquanto as legendas defendidas pelo candidato vitorioso na eleição presidencial subiram de 20% (1955) para 34% (1956) na preferência dos votantes, cabendo ao PSD sozinho, 27% dos votos válidos. Considerando que em 1952 o PSD nem estava legalmente constituído no município, esse resultado é bastante significativo e pode ser explicado pelo apoio do partido situacionista aos candidatos, uma vez que Maringá representava um dos maiores colégios eleitorais do Estado e que os dirigentes do partido estavam empenhados em consolidá-lo no município. Por outro lado, é sabido que os recursos dos municípios à época dependiam das benesses do Governador, o que justifica o empenho dos munícipes na eleição do maior número de candidatos situacionistas.

Quanto ao PTB, além de perder as três cadeiras feitas na eleição de 1952, não conseguiu completar o quociente eleitoral (778), embora apresentasse nove candidatos. Se for levado em conta que o executivo municipal estava, no período, em

mãos de um petebista, tal consideração pode dar margens a interpretações mais amplas, entre as quais a de que seu governo não correspondia aos interesses daqueles que lhe haviam atribuído votos.

Nessas eleições, o Partido Republicano aparece em desvantagem em relação a eleição de 1952, pois teve decrescida sua representatividade. A UDN, além de assegurar as cadeiras obtidas na legislatura precedente, ainda conseguiu fazer mais um representante.

A comparação nominal entre os candidatos a vereador nas duas legislaturas, permite constatar que nenhum dos eleitos em 52 conseguiu ser reeleito em 56. Por outro lado, comprovou-se o imediatismo partidário, visto que no intervalo de um pleito a outro, vários candidatos deslocaram-se dos partidos de origem para outras agremiações que lhes acenaram com maiores possibilidades de chegar a eleição.

#### ELEIÇÕES DE 1958:

Nas eleições de 1958 para o Senado, o candidato mais votado em Maringá foi Abilon de Souza Naves do PTB, que obteve 55% dos votos válidos. O candidato do PSD, José Munhoz de Melo, recebeu 35% desses votos e Francisco de Paula Soares Neto, da UDN, os 10% restantes. A expressiva votação do candidato petebista teve entre outros denominadores, o fato de sua passagem pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil, na qual desenvolveu ação favorável aos interesses do Norte do Estado, sobretudo os ligados à cafeicultura. Alie-se a isso uma combativa campanha oposicionista ao governo do Estado e o respaldo financeiro para intensa campanha publicitária fornecido pelas bases do partido.



Em relação a Câmara dos Deputados a posição geral dos partidos no município ficou assim configurada:

PTB . . . . .	48% dos votos válidos
PSD . . . . .	20% dos votos válidos
FDP . . . . .	16% dos votos válidos
PRP . . . . .	11% dos votos válidos
PDC . . . . .	5% dos votos válidos

Diante desses dados, se infere ter existido uma certa coerência partidária, sobretudo se for levado em conta que o candidato a deputado federal mais votado foi Jânio Quadros, que obteve 5.307 votos válidos e 72% dos votos dados à legenda do PTB, pela qual se candidatou. A grande penetração do candidato paulista na área se vincula à influência econômica de São Paulo sobre a região, pois a política do café que geraria seus destinos, tem muito mais a ver com São Paulo e Rio de Janeiro do que com o Estado do Paraná propriamente dito.

Nas eleições para a Assembléia Legislativa, a posição dos partidos na votação proporcional foi a seguinte:

FDP . . . . .	36% dos votos válidos
PSD . . . . .	31% dos votos válidos
PTB . . . . .	15% dos votos válidos
PSP . . . . .	12% dos votos válidos
PDC . . . . .	5% dos votos válidos
FTC* . . . . .	1% dos votos válidos

\* FTC - Frente Trabalhista Cristã, coligação do PRP, PTN e PRT.

Observou-se não ter havido correspondência entre os percentuais dessas legendas e as atribuídas a deputação federal, exceto quanto ao PDC.

Dos sete candidatos lançados pelos partidos nos municípios, apenas dois competiram com possibilidades de se eleger: Nêo Alves Martins pelo PSD e Haroldo Leon Peres pela UDN que, coligada ao PR, constituíam a Frente Democrática do Paraná. O candidato da UDN alcançou 44% dos votos válidos e o do PSD 35%. No cômputo geral do Estado, o candidato da UDN por Maringá foi o mais votado do partido, com 21% dos votos dados a legenda e o 22º entre os deputados mais votados do Estado.

#### ELEIÇÕES DE 1960:

Nas eleições presidenciais de 1960 o candidato que obteve maior votação no município foi Jânio Quadros (PDC-UDN), com 55% dos votos válidos. A segunda maior votação coube a Adhemar de Barros, do PSP, com 32% dos votos, sendo os demais votos, 13%, atribuídos ao Mal. Henrique Teixeira Lott, candidato do PSD-PTB.

Para a vice-presidência da república, obteve maior percentual de votos válidos (36%) o candidato da UDN — Milton Campos, cabendo a João Goulart do PTB, 35% dos votos e a Fernando Ferrari do MTR, 29% desses votos.

Neste quadro algumas mudanças podem ser vistas em confronto com as eleições de 1955: o candidato vitorioso que obtivera nas eleições de 58 significativo número de votos, firmou-se na preferência do eleitorado maringaense, detendo mais da metade dos votos válidos, note-se porém que concorrendo por partidos distintos. Já o candidato do PSP sofreu uma queda de 11% nos votos recebidos, o mesmo ocorrendo com o candi-

dato da UDN à vice-presidência, que teve seu percentual decrescido em 7%. Quanto ao prestígio do candidato do PTB, continuou inalterado.

Ao governo do Estado em 1960, concorreram três candidatos:

Ney A. de Barros Braga . . . . .	PDC
Nelson Maculan . . . . .	PTB
Plinio F. F. da Costa . . . . .	PSD

Coube ao candidato eleito Ney Braga, a maior votação no município: 51% dos votos nominais, e aos candidatos do PTB e do PSD, respectivamente, 32% e 17% dos votos válidos. No que diz respeito às legendas, o PDC saiu fortalecido, enquanto o PSD declinou sensivelmente.

Para a Prefeitura municipal em 1960, inscreveram-se três candidatos:

João Paulino Vieira Filho . . . . .	PSD
Vanor Henriques . . . . .	UDN
Jorge F. Duque Estrada . . . . .	PST

Elegeram-se prefeito o candidato do PSD, com 43% dos votos válidos, o segundo candidato mais votado foi o da UDN, que recebeu 41% dos votos. Ao candidato do PTN foram atribuídos apenas 16% dos votos. Pleito de grandes surpresas, só se definiu à boca das urnas, visto que encerrada a votação na cidade, vencia o candidato da UDN e só após a apuração das urnas de Ivatuba, Floresta e Floriano é que se assegurou a vitória do candidato do PSD.

É necessário ressaltar que, para esse pleito, o PRP, o PR, o PTN, e o PDC, não apresentaram candidato próprio e deram seu apoio ao candidato eleito. O prefeito vitorioso, além de contar com o apoio do governo, gozava de popularidade no município, pois havia instalado a comarca, exercia a função de promotor público e estava ligado às lides esportivas na comunidade, reunindo condições que o habilitavam à vitória.

Nas eleições para a Câmara Municipal em 1960, inscreveram-se 94 candidatos: PSD (20), PDC (19), UDN (13), PST (15), FDP\* (14) e PTB (13).

As quinze cadeiras disputadas foram preenchidas como se segue:

PSD - 5	FDP - 2
PDC - 3	PST - 1
UDN - 3	PTB - 1

A posição geral dos partidos no pleito ficou assim configurada:

PSD . . . . .	32% dos votos válidos
PDC . . . . .	19% dos votos válidos
UDN . . . . .	16% dos votos válidos
FDP . . . . .	16% dos votos válidos
PTB . . . . .	10% dos votos válidos
PST . . . . .	7% dos votos válidos

O confronto de dados entre esta e as eleições de 1956 à vereança apontam que, dos candidatos inscritos, reelegeram-se três: Ulisses Bruder e Jorge Sato pela UDN e Luiz Moreira de

\* Frente Popular Democrática - coligação do PSP, PRP e PR.

Carvalho pelo PR.

O PSD, apesar de manter a representatividade, renovou seu quadro de representantes. O PSP perdeu todos os seus representantes e, apesar de integrar uma coligação, conseguiu apenas 3% dos votos válidos em relação aos 19% obtidos na legislação anterior.

Em termos absolutos, o percentual de votos válidos dados aos candidatos do PDC foi o que apresentou maior índice de crescimento de 5% em 1956 para 19% em 1960. Paralelamente, nos demais partidos o percentual de votos recebidos decresceu.

#### ELEIÇÕES DE 1962:

Em Maringá, as eleições realizadas em 1962 para a indicação de senadores apresentou estes resultados:

PTB . . . . .	34% dos votos válidos
UDN . . . . .	30% dos votos válidos
PR . . . . .	18% dos votos válidos
PSD . . . . .	12% dos votos válidos
PSB . . . . .	6% dos votos válidos

Elegeram-se: Amaury Silva, do PTB, e Adolpho de Oliveira Franco, da UDN, enquanto os candidatos Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), Moysés Lupion (PSD) e Sebastião Vieira Lins do PSB não lograram eleger-se.

O expressivo percentual de votos válidos atribuídos aos senadores eleitos no município, resultou da coligação do PDC, PTB e UDN, e da ampla penetração dos candidatos desses partidos lançados à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa pelo município.

No cômputo geral, a votação atribuída às diversas legendas à Câmara Federal ficou assim distribuída:

PTB . . . . .	57% dos votos válidos
ALIANÇA* . . . . .	34% dos votos válidos
PSD . . . . .	7% dos votos válidos
PSB . . . . .	2% dos votos válidos

O candidato Renato Celidônio, do PTB, alcançou em Maringá 42% dos votos válidos, foi o segundo mais votado do partido e o terceiro no Estado.

Em confronto com as eleições de 1958, parece haver aqui uma identidade entre opinião política e opinião eleitoral, visto que o PTB não só manteve como ampliou o número de seus simpatizantes. Se, no entanto, for levada em conta a vinculação do candidato eleito às atividades ligadas à cafeicultura, se poderã identificar aqui, além de interesses partidários, outros mais imediatistas. Por outro lado, a fusão PTB-ALIANÇA, não só catalizou os votos para os senadores eleitos, como também reforçou os votos de legenda dados aos candidatos desses partidos, tendo juntos açambarcado 91% dos votos do município à deputação federal.

Nas eleições para renovação da Assembléia Legislativa Estadual, quatro partidos apresentaram candidatos. Desses, dois elegeram-se: Haroldo Leon Peres, pela UDN, e Odilon Túlio Vargas, pelo PDC. O candidato do PSD — Paulo Vieira de Camargo, conseguiu 11% dos votos válidos, e o candidato da Frente Ru-

\* ALIANÇA - Movimento Democrático Renovador - coligação da UDN, PDC e PTN.

ral Cristã Trabalhista, FRENTINHA — coligação PRP, PTN, PST, PR, PSP e MTR, Carlos Borges, obteve apenas 5% dos votos. Aos candidatos do PDC e da UDN foram atribuídos 27% e 26% dos votos válidos, respectivamente.

Quanto à distribuição dos votos às diferentes legendas, o percentual apresentou-se da seguinte maneira:

PDC . . . . .	35% dos votos válidos
UDN . . . . .	30% dos votos válidos
PSD . . . . .	13% dos votos válidos
PTB . . . . .	12% dos votos válidos
FRENTINHA . . . . .	8% dos votos válidos
PSB . . . . .	2% dos votos válidos

Em confronto com os percentuais atribuídos a essas legendas nas eleições de 1958, vê-se que o PSD sofreu expressivo decréscimo de 3% em 1958 para 13% em 1962, enquanto o PDC saltou de 5% para 35% em igual período. Esses resultados demonstram que o programa proposto pelo PDC (de bases socializantes) correspondia mais aos interesses de maior número de eleitores, a isso some-se o crescente prestígio de seu líder (Ney Braga) frente ao Governo do Estado.

#### O REFERENDUM DE 1963

A consulta feita ao povo sobre a emenda constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, apresentou os seguintes percentuais:

ANO		BRASIL	PARANÁ	MARINGÁ
1963	SIM	17%	22%	21%
	NÃO	77%	71%	73%
	VOTOS BRANCOS	2%	3%	2%
	VOTOS NULOS	4%	4%	4%
	VOTANTES	100%	100%	100%

Fonte: TRE. Dados Estatísticos 6 p. 400.

Os dados evidenciam que o comportamento do eleitorado maringaense não divergiu do comportamento do eleitorado paranaense, tendo divergido porém, discretamente, nas médias evidenciadas nos demais estados da federação.

#### ELEIÇÕES DE 1964:

Em dezembro de 1964 foram novamente realizadas eleições para a Prefeitura Municipal de Maringá. Registraram-se os seguintes candidatos:

Luiz Moreira de Carvalho . . . . . COLIGAÇÃO\*  
 Adriano Valente . . . . . UDN

A vice prefeito concorreram Victor Ivo Assmann (Coligação) e Jorge Sato (UDN).

Dotados de qualidades que os qualificavam para o cargo e merecedores da confiança do eleitorado, os candidatos disputaram o pleito na normalidade, tendo sido eleito o candidato da coligação. Entre outras razões para maior penetração do

\* COLIGAÇÃO - PDC, PSD, PTB, PR, PSP, PRP.



candidato vitorioso junto ao eleitorado, destacam-se a militância política em duas legislaturas como vereador (1956 e 1960), suas atividades frente à presidência da Câmara e como Prefeito interino, e acima de tudo seu desempenho como médico clínico geral na comunidade. A isso acrescenta-se um bom esquema de propaganda, o suporte financeiro dado pelos partidos que o apoiaram, assim como o apoio oficial dado pelo PSD, na pessoa do prefeito que o antecedia.

A divisão das forças políticas em duas facções demonstra o amadurecimento atingido pelos grupos no transcorrer da década. Por outro lado, a coligação de várias legendas para enfrentar um só partido, demonstra o receio do crescimento da legenda adversária, ou da força individual de seu representante junto ao eleitorado.

Se a nível do executivo houve aglutinação das forças, a nível legislativo houve dispersão, de tal maneira que foram lançados 91 candidatos às 15 vagas disponíveis: 20 pela UDN e MTR, 19 pelo PDC, 16 pelo PSD, 8 pelo PTB e Frente Popular por Maringá - FPM - coligação do PR, PRP, PTN.

Conhecidos os resultados, ficaram as legendas assim representadas:

PDC . . . . .	33% dos votos válidos
PSD . . . . .	24% dos votos válidos
UDN . . . . .	22% dos votos válidos
FPM . . . . .	12% dos votos válidos
MTR . . . . .	9% dos votos válidos

Entre os eleitos, apenas um representante do PSD, Kazumi Taguchi concorria à reeleição. Em confronto com a eleição

de 1960, observou-se um crescimento acentuado para a legenda do PDC (+14%), e discreto para a da UDN (+6%). Por outro lado o PSD declinou na preferência do eleitorado em -8%.

No cômputo geral, 73% dos candidatos eleitos pertenciam à situação, o que representava 20% a mais em relação ao período anterior, e significava oportunidade de uma convivência harmoniosa entre o executivo e o legislativo, e, conseqüentemente, um governo de realizações.

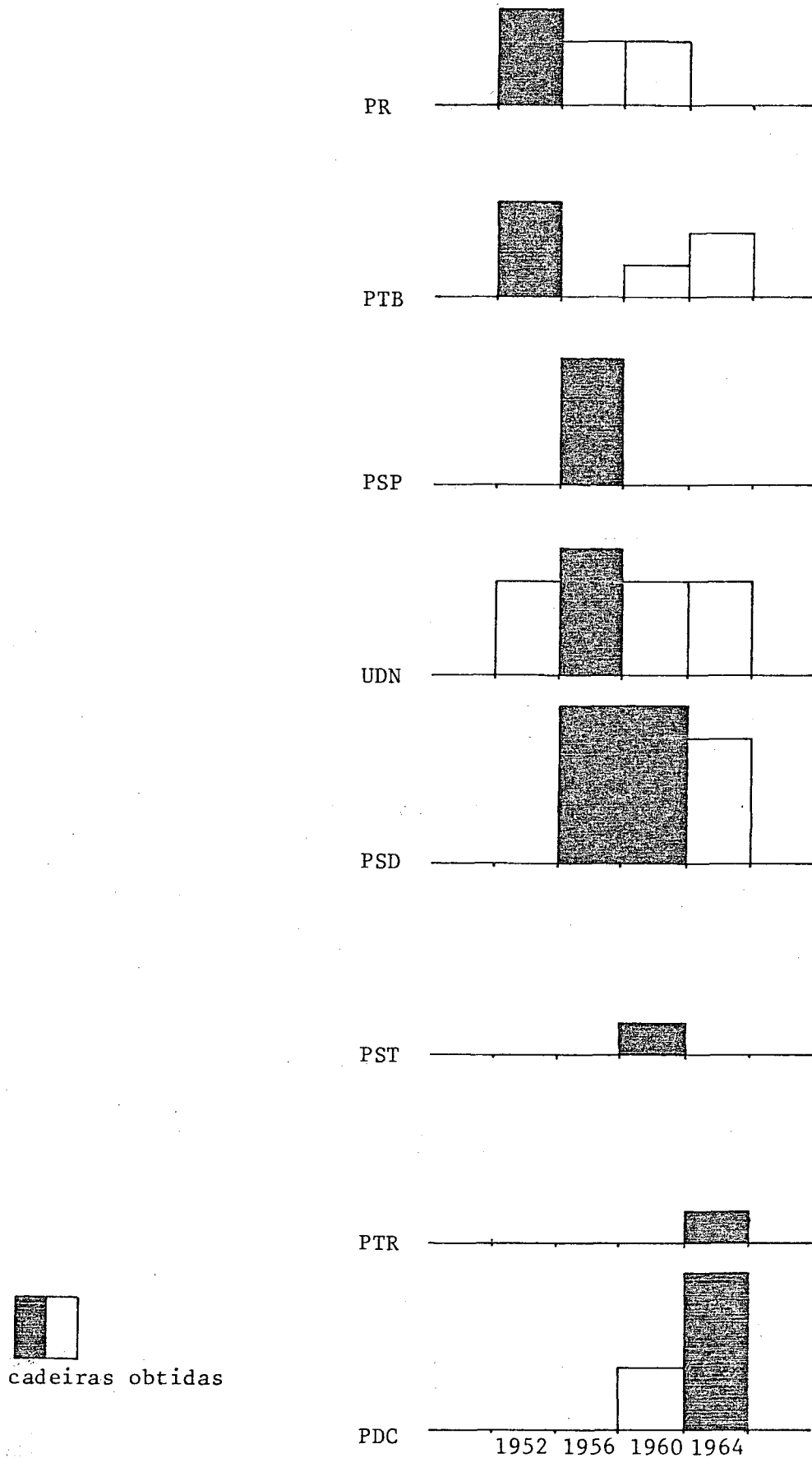
As variações no legislativo municipal, ao longo das eleições de 1952 a 1964, podem ser aquilatadas a partir exame do número de cadeiras obtidas pelos partidos políticos no período (Gráfico nº 12 e Quadro nº 17).

PSD . . . . .	26%	das	cadeiras	disponíveis
UDN . . . . .	24%	"	"	"
PDC . . . . .	15%	"	"	"
PR . . . . .	13%	"	"	"
PTB . . . . .	11%	"	"	"
PSP . . . . .	7%	"	"	"
PST . . . . .	2%	"	"	"
MTR . . . . .	2%	"	"	"

Esses percentuais demonstram que os partidos considerados como direitistas e conservadores, de base eleitoral predominantemente rural, PSD, UDN e PR, conseguiram deter, no período, 63% da preferência do eleitorado. Dos partidos menores, apenas o PDC obteve certa expressividade, em decorrência do crescente prestígio de seu líder no Estado.

O PTB apresentou seu maior índice de eleitos em 1952, fato esse que se associa ao carisma de seu líder nacional, Ge-

GRÁFICO Nº 12  
 VARIAÇÕES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL  
 MARINGÁ, 1952 - 1964



QUADRO Nº 17

VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO POLÍTICO

MARINGÁ, 1952 - 1964

PARTIDOS POLÍTICOS	VEREADORES ELEITOS								número de cadeiras
	1952		1956		1960		1964		
	freq.	%	freq.	%	freq.	%	freq.	%	
Part. Social Democrático	-	-	5	33	5	33	4	27	14
União Democrática Nacional	3	33	4	27	3	20	3	20	13
Part. Democrata Cristão	-	-	-	-	2	20	5	33	8
Part. Republicano	3	33	2	13	2	13	-	-	7
Part. Trab. Brasileiro	3	34	-	-	1	7	2	13	6
Part. Social Progressista	-	-	4	27	-	-	-	-	4
Part. Social Trabalhista	-	-	-	-	1	7	-	-	1
Part. Trab. Renovador	-	-	-	-	-	-	1	7	-
TOTAL	9	100	15	100	15	100	15	100	54

Fonte: T.R.E.  
Cartório Eleitoral 66a. Zona.

túlio Vargas, independente das bases urbanas que sustentaram seu programa, decaiu quando seu líder desapareceu, e reaparece, representado em forma ascendente, de 1960 a 1965, quando propugna por um programa mais combativo de oposição.

O significativo número de cadeiras (4) obtidas pelo PSP, em 1956, reflete, entre outros denominadores, a influência da política paulista na área, em decorrência da vinculação da política cafeeira coordenada por aquela e sobretudo em razão da preponderância numérica de eleitores provenientes daquele Estado, identificados com o líder do partido.

No âmbito do poder executivo municipal no período compreendido entre 1952 à 1964, observa-se:

alternância dos partidos políticos no poder;

o predomínio na primeira legislatura de um partido de bases urbanas numa zona de eleitorado predominantemente rural;

a presença no poder de dois dos três grandes partidos nacionais;

a presença de um partido de bases e eleitorado eminentemente paulistas;

que a UDN embora contasse com a preferência de grande parte do eleitorado (elegendo sempre o segundo candidato mais votado), nunca ascendeu ao poder (Quadro nº 18). Não obstante recebessem seus candidatos respaldo financeiro e apoio ostensivo da empresa colonizadora. Tal leva a inferir que as bases econômicas dos simpatizantes do partido fossem empecilho para sua penetração junto às camadas mais humildes, ou que os eleitores temessem que, uma vez assenhoreado do poder, o candidato, pudesse a empresa interferir nos destinos do município.

QUADRO Nº 18  
 ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL  
 MARINGÁ, 1952 - 1964

ANO	TOTAL ELEITORES	PREFEITOS ELEITOS	PARTIDO	VOTOS	SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO	PARTIDO	VOTOS
1952	5.813	Innocente Villanova Júnior	P.T.B.	1.871	Waldemar Gomes da Cunha	U.D.N.	1.725
1956	12.088	Américo Dias Ferraz	P.S.P.	4.200	Haroldo Leon Peres	U.D.N.	2.844
1960	14.886	João Paulino Vieira Filho	P.S.D.	5.826	Vanor Henriques	U.D.N.	5.484
1964	13.281	Luiz Moreira de Carvalho	Coligação *	7.680	Adriano Valente	U.D.N.	5.005

\* PDC - PSD - PTB - PR - PSP - PRP.  
 Fonte: T.R.E.  
 Cartório Eleitoral da 66a. Zona.

## ELEIÇÕES DE 1965:

Nas eleições para o cargo de governador do Estado em 1965, apresentaram-se como candidatos Paulo da Cruz Pimentel do PTN, com apoio oficial do PDC e da UDN e Bento Munhoz da Rocha Netto, do PR, com apoio oficial dos partidos: PSD, PTB, PL, PRP e PSP; e à vice governador Plínio Franco Ferreira da Costa, pela chapa da situação, e Raphael Rezende, pela da oposição.\*

Realizado o pleito, viu-se que os eleitores atribuíram aos candidatos eleitos Paulo Pimentel e Plínio Costa, 55% dos votos válidos.

A eleição do candidato situacionista refletiu interesses mais profundos de aproximação entre o município e a Capital, principalmente em decorrência da diversificação agrícola que sofria a região, e a gradativa transformação das áreas monótonas para a lavoura diversificada e o criatório. A isso acresça-se o fato de que o candidato eleito exercera até então o cargo de secretário de agricultura, o que o tornava sensível e apto a resolver os novos problemas que se afiguravam. Paralelamente, o município já começava a se consolidar como centro regional e, portanto, tinha também deslocado seu centro de interesse de São Paulo, para a Capital do Estado.

## 6.4.5 - Composição dos eleitos.

O conhecimento da composição dos grupos dirigentes ficou restrito às atividades ocupacionais, e pode ser efetuado partir do exame das fichas de registro dos Diretórios Muni-

\* Ambos filiados ao PSD.

cipais dos Partidos Políticos e dos Processos de Inscrição dos Candidatos a Vereador, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, nos quais aparecem enumeradas as profissões exercidas por esses.

O estudo da composição ocupacional desses grupos foi realizado mediante a classificação das profissões em quatro categorias: a) profissões liberais — as de nível superior caracterizadas pela inexistência de vinculação hierárquica; b) agricultura e pecuária — ocupações com atividades ligadas à terra e ao criatório — nessa categoria foram incluídos apenas os proprietários; c) ocupações ligadas a transformação e comercialização de produtos — categoria na qual também só foram considerados os proprietários, e d) outras atividades, ocupações ligadas à prestação de serviços, caracterizadas pelo trabalho remunerado.

Optou-se por incluir na categoria de grupos dirigentes os componentes dos Diretórios Municipais, por se entender que seu envolvimento direto no processo político, deve, de forma indireta, acarretar certa influência sobre o eleitorado.

A análise dos resultados possibilitou a constatação que, dos envolvidos indiretamente, 55% exercem outras atividades, 26% se ocupam da indústria e comércio, 15% exercem profissões liberais e apenas 4% estão ligados à agricultura e pecuária. Diante disso, se pode inferir que a militância política é uma motivação significativa entre os não proprietários (70%), que o processo de urbanização é acelerado na região, pois entre os integrantes dessa categoria, prevalecem os que exercem ocupações tipicamente urbanas (Gráfico nº 13).

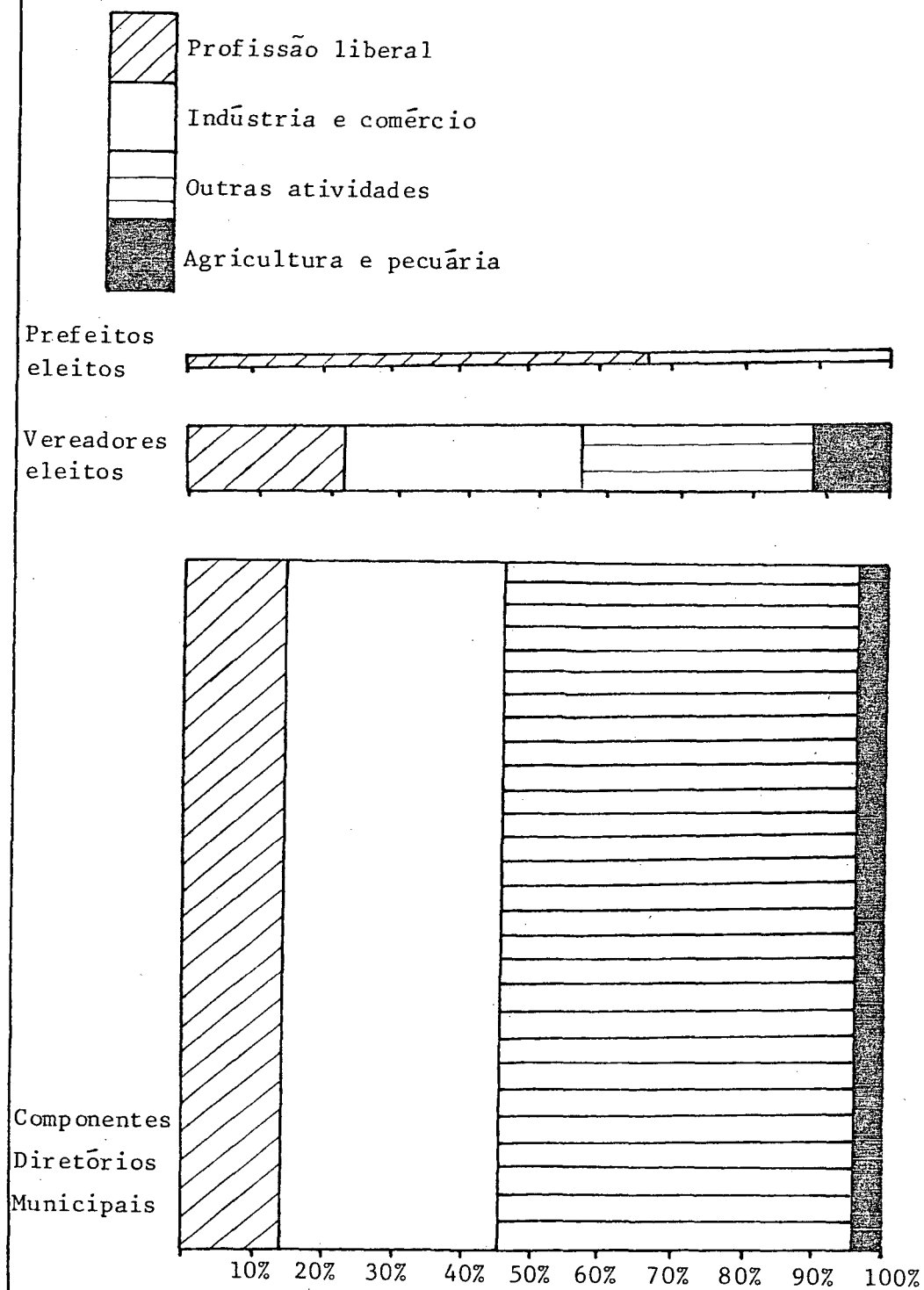
Quanto aos eleitos, constata-se que entre os prefeitos, dois exercem profissão liberal e um é comerciante. No que diz



GRÁFICO Nº 13

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DIRIGENTES, POR ATIVIDADE OCUPACIONAL

MARINGÁ, 1956 - 1964



respeito aos vereadores, onze exercem profissão liberal, cinco se ocupam da agricultura e pecuária, treze são comerciantes e/ou industriais e quinze dedicam-se à atividades diversas.

Esses denominadores evidenciam a penetração no quadro dirigente de camadas diversificadas da população, sobretudo ao nível legislativo, o que contrasta com as zonas agrícolas de povoamento mais antigo, onde esses cargos, em sua maioria, eram ocupados por bacharéis ou grandes proprietários de terras. A mudança dos padrões tradicionais de representatividade espelha o sistema de colonização e o contingente humano nela envolvido, em particular os descendentes de imigrantes, mais propensos à participação democrática.

Por outro lado, embora possa parecer paradoxal tal afirmação, visto que no executivo a opção dos eleitores se fez por candidatos que se ocupam de profissões liberais, fato que levaria a supor a existência de resquícios de bacharelismo, tal não se configura, pois no contexto regional, tal fato representa o processo de conscientização do eleitorado, e consequente opção por candidatos que à qualificação instrucional, aliem vivência política e estejam aptos a responder melhor pelos interesses dos municípios e da comunidade.

## QUADRO Nº 19

ESTRUTURA OCUPACIONAL DO LEGISLATIVO,  
POR PARTIDO E ATIVIDADE PRODUTIVA

MARINGÁ, 1952-1964

PARTIDO	TOTAL	ATIVIDADE		
	Vereadores	Primária	Secundária	Terciária
P.S.D.	14	3	3	9
U.D.N.	13	1	1	11
P.D.C.	8	1	1	6
P.R.	7	-	-	7
P.T.B.	6	-	-	6
P.S.P.	4	-	1	3
P.S.T.	1	-	-	1
M.T.R.	1	1	-	-
TOTAL	54	5	6	43

Quanto à distribuição dos vereadores eleitos por partido e atividade produtiva, no período compreendido entre 1952 a 1964, observa-se que 80% exercem atividades ocupacionais do setor terciário da economia, sendo que nessa categoria a representatividade dos eleitos pelo PR, PST e PTB é de 100%. Às atividades primárias dedicam-se apenas cinco vereadores, dois representantes do PSD e os três demais da UDN, MTR e PDC. Às atividades secundárias, dedicam-se seis vereadores, assim distribuídos: PSD (3), UDN (1), PDC (1) e PSP (1). O percentual dessas duas atividades perfaz 20% do total da representação. Esses índices demonstram que o nível de representatividade se faz em função dos interesses do eleitorado, visto que entre as atividades ocupacionais exercidas pelos votantes, prevalecem as vinculadas ao setor terciário, que é numericamente o mais representado. O índice de representantes no setor secun-

dário é compatível com a informação que apresenta. Qualquer taxa de relacionamento entre a população numérica e as cadeiras eleitorais dos partidos, torna-se inválida pela existência de parâmetros para defini-los.

A distribuição das cadeiras do legislativo nas eleições de 56, 60 e vista por meio da atividade ocupacional de seus ocupantes evidencia que o número dos eleitos que exerciam atividades ligadas à agricultura, dobrou sua representatividade em 1956 e manteve igual número de cadeiras em 1964 (Gráfico nº 14 e Quadro nº 20).

Os que exerciam atividades ligadas ao comércio e indústria decresceram de 40% (representatividade global) em 56 para 27% em 1964. Os edis de profissão liberal que, em 1956 e 1960, representavam um terço dos componentes da Câmara, em 1964, tiveram sua participação reduzida a um quinze avos. Já os vereadores que exerciam outras atividades, tiveram sua representatividade triplicada em igual período.

Esses dados, vistos em confronto com o número real de inscritos, apresentam um quadro mais completo dessa realidade: em 1956, dos 118 postulantes a vereador, 27 tinham ocupações ligadas à agricultura, 9 à indústria, 29 ao comércio e a outras atividades, e 14 exerciam profissões liberais. Observados individualmente, os percentuais de demanda desses grupos não corresponderam aos percentuais de cadeiras obtidas, ou seja, para 7% dos candidatos na ocupação indústria, foram obtidas duas cadeiras, 13% de representação no todo, e para 12% das profissões liberais, obteve-se três cadeiras (33%). Paralelamente, as categorias agricultura, outras atividades e comércio receberam respectivamente -16%, -13% e +2,7%.

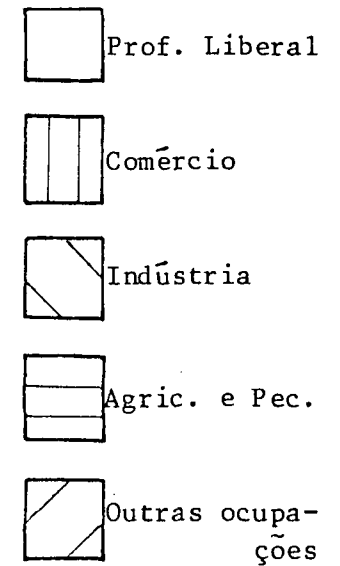
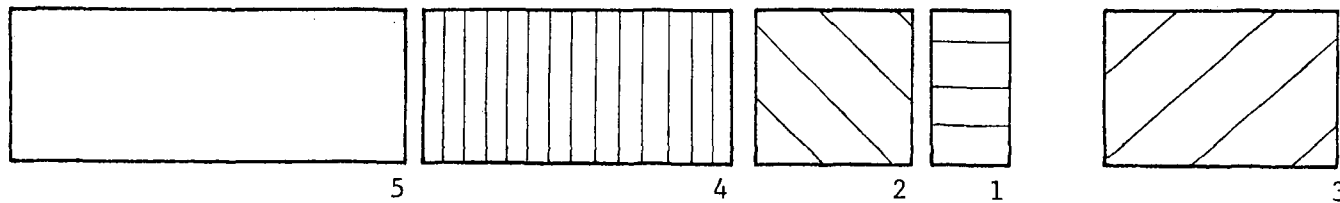
Nas eleições de 1960, apresentaram-se 94 candidatos nas

GRÁFICO Nº 14

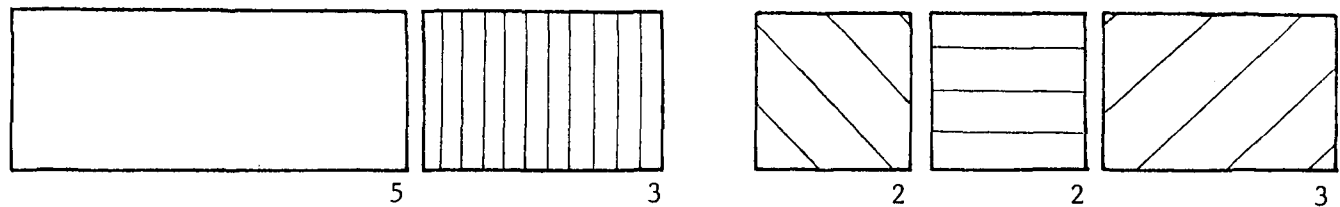
VEREADORES - Nº DE CADEIRAS POR ANO DE ELEIÇÃO E ATIVIDADE OCUPACIONAL

MARINGÁ, 1956 - 1964

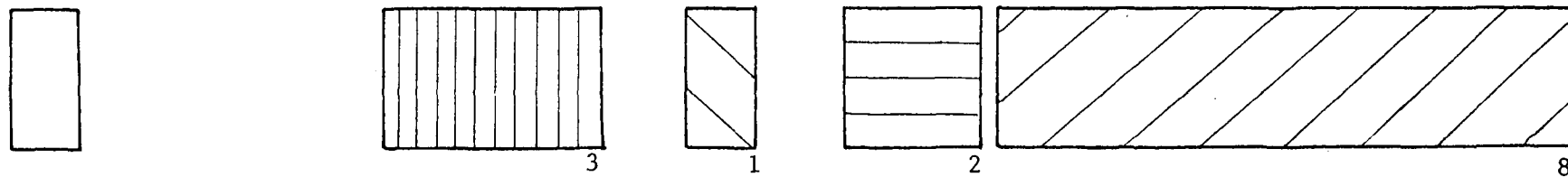
1956



1960



1964



## QUADRO Nº 20

## VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO POLÍTICO E ATIVIDADE OCUPACIONAL

MARINGÁ, 1956 - 1964

PARTIDO POLÍTICO	Ano	Total	ATIVIDADE OCUPACIONAL				
			Agricult. Pecuária	Indústria	Comércio	Profissão liberal	Outras
União Democrática Nacional	1956	4	-	-	2	1	1
	1960	3	1	-	1	1	-
	1964	3	-	-	1	-	2
	Total	10	1	-	4	2	3
Partido Social Democrático	1956	5	1	1	1	2	-
	1960	5	1	1	1	2	-
	1964	4	-	1	1	-	2
	Total	14	2	3	3	4	2
Partido Democrata Cristão	1956	-	-	-	-	-	-
	1960	3	-	1	1	1	-
	1964	5	1	-	-	-	4
	Total	8	1	1	1	1	4
Partido Social Progressista	1956	4	-	1	-	1	2
	1960	-	-	-	-	-	-
	1964	-	-	-	-	-	-
	Total	4	-	1	-	1	2
Partido Republicano	1956	2	-	-	1	1	-
	1960	2	-	-	-	1	1
	1964	-	-	-	-	-	-
	Total	4	-	-	1	2	1
Partido Trabalhista Brasileiro	1956	-	-	-	-	-	-
	1960	1	-	-	-	-	1
	1964	2	-	-	1	1	-
	Total	3	-	-	1	1	1
Partido Social Trabalhista	1956	-	-	-	-	-	-
	1960	1	-	-	-	-	1
	1964	-	-	-	-	-	-
	Total	1	-	-	-	-	1
Partido Trabalhista Renovador	1956	-	-	-	-	-	-
	1960	-	-	-	-	-	-
	1964	1	1	-	-	-	-
	Total	1	1	-	-	-	-

seguintes ocupações: agricultura (10), indústria (9), comércio (20), profissões liberais (14) e outras atividades (41). Os resultados apresentaram saldos percentuais para agricultura (+2,3), indústria (+4,2), profissões liberais (+18,4) e diferenças percentuais para comércio (-1%) e outros (-24%). Isso demonstra que, não obstante conservassem o mesmo número de cadeiras, a representatividade dos ocupados com a indústria, profissões liberais e outras atividades decresceu em 1%, 3% e 11%, respectivamente, enquanto que a perda de uma cadeira para os ocupados no comércio significou um decréscimo direto de 1%.

As eleições municipais de 1964 registraram-se 91 candidatos, distribuídos ocupacionalmente como segue: agricultura (13), indústria (3), comércio (24), profissões liberais (17) e outras atividades (34). No cômputo geral apresentaram percentuais positivos, indústria (+14%) e outras atividades (+16%), os percentuais negativos foram: (-1,7%) para a agricultura, (-6%) para o comércio e (-12%) para as profissões liberais.

A inexistência de correspondência entre o total de lugares obtidos e o nível de representatividade, foi observado nas categorias agricultura e comércio, cujos números absolutos corresponderam aos relativos, pois embora conservassem igual número de cadeiras, a primeira teve um percentual negativo de -1,7%, e a segunda de -6%.

Uma comparação global entre essas categorias no período em análise demonstra que os que exerciam profissões liberais obtiveram maior representatividade em números relativos, e os que se ocupavam de outras atividades em números absolutos.

Finalizando, observa-se que os grupos dirigentes são

integralmente formados por elementos do sexo masculino, não se encontram entre os integrantes dos diretórios municipais, ou entre os candidatos um único integrante ou postulante do sexo feminino. Essa ausência pode ser explicada por vários fatores, entre eles:

a) a entrada tardia desse contingente no processo político, e, portanto, a inexistência de uma motivação arraigada para participar da vida pública;

b) em se tratando de zona agrícola, onde predominam descendentes de imigrantes, pela permanência da mentalidade tradicional de que as lides políticas sejam atividades eminentemente masculinas;

c) pela predominância no grupo feminino de elementos voltados às ocupações domésticas e portanto despreparados para o exercício de atividades políticas.



CONCLUSÃO

A proposta de investigar a composição e o comportamento dos eleitores e dos eleitos em um município de ocupação recente permitiu constatar:

a) Quanto à estrutura ocupacional e à conjuntura político partidária:

que a ocupação e o povoamento do Norte Novo, e, em particular, de Maringá, foi realizada de modo empresarial pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná;

que Maringá foi fundada quando a colonização do Norte do Paraná experimentava significativo impulso, causado pela expansão da lavoura cafeeira, decorrendo seu povoamento e colonização do avanço da frente capitalista, que impeliu a mão de obra excedente de outras áreas para a região;

que, devido à localização privilegiada e ao plano urbanístico, Maringá nasceu destinada a ser um dos núcleos urbanos com função de centro regional, fator esse que, aliado ao sistema de vendas e à propaganda, funcionou como pólo de atração para inúmeros migrantes, que, procedendo de zonas de povoamento mais antigo, transplantaram às novas regiões costumes e técnicas e, conseqüentemente, a mentalidade e as práticas políticas;

que a conjuntura partidária ao longo da vida política

brasileira refletiu a diversidade de partidos criados e extintos no período;

que o sistema partidário, tal como vigorou no Brasil, apresentou grande instabilidade, caracterizada por longos períodos de bipartidarismo, pela ausência de partidos e por eleições com inúmeros partidos. A tal, acresça-se o fato de que no Brasil nunca houve eleições nacionais em que concorressem os mesmos partidos políticos;

que os diversos partidos se constituíram em razão de interesses de grupos sociais distintos e, portanto, refletiram em cada momento uma situação histórica determinada;

que os partidos nacionais surgidos após 1945, embora fossem dotados de programas, eram vazios de conteúdo ideológico e funcionaram em torno de líderes carismáticos. Quanto à orientação, essa se fez no sentido de apoio ou de oposição à individualidades, variando sua linha em função de objetivos imediatos;

que o sistema representativo apresentou-se também extremamente instável, em decorrência da forma e da artificialidade dos mecanismos de representação;

que no decorrer dos diversos períodos o sistema representativo experimentou sucessivas reformas nas práticas políticas, sem, no entanto, ter adquirido estabilidade nos métodos eleitorais;

que a participação política na vida representativa foi restrita, dado a excludência do sistema, sobretudo porque a grande maioria da população adulta, constituída por analfabetos, continuou alijada do processo eleitoral.

b) Quanto à conjuntura eleitoral:

que a população e o eleitorado não se distribuem de ma-

neira uniforme no território nacional, razão pela qual o sistema de representação adotado dá aos Estados populosos menor número de representantes e aos Estados sub-povoados uma super representação, fator este que ocasiona sérias distorções em termos de representatividade nos interesses desses Estados e desses eleitores;

que, durante a vigência da democracia representativa, as mudanças no quadro demográfico repercutiram com maior intensidade no quadro eleitoral, provocando transformações na expressão política dos Estados, em razão do significativo aumento do eleitorado, cuja representatividade entre 1933 e 1962 foi ampliada em mais de 1.000%;

que, em igual período, o eleitorado paranaense foi o que apresentou o maior índice de crescimento nacional, decorrente da ocupação do Norte do Paraná pela frente cafeeira;

que a distribuição da população e do eleitorado no Paraná não se processa de forma uniforme, pois detecta-se no Estado quatro áreas culturais distintas: Litoral, Capital, Paraná Velho e Paraná Novo, e, simultaneamente, onze zonas geoeleitorais distribuídas em três macro-regiões: Metropolitana, Sul e Norte, através das quais se distribui o corpo eleitoral;

que os eleitores não se distribuem de forma homogênea, quer nas áreas sociológicas quer nas áreas geoeleitorais, tanto que, em 1965, a região norte, sozinha, possuía mais da metade do eleitorado do Estado e o Norte Novíssimo um eleitorado superior ao da Região Metropolitana;

que, em 1955 o eleitorado da Zona Maringá representava metade do eleitorado da Capital, em 1965 era em 10% maior do que aquele;

que o alistamento eleitoral procedido no município de

Maringá em 1952, foi executado por "qualificadores" (indicados pelos partidos políticos), que fotografavam, inscreviam e entregavam o título aos eleitores. Atividade essa que, além de indiretamente comprometer o eleitor com o candidato ou partido, muitas vezes facultava a duplicação do documento, uma vez que os alistadores eram remunerados por eleitor qualificado e que os inscritos, não querendo indispor-se com os chefes locais, retribuía-m possíveis favores, inscrevendo-se duas ou mais vezes;

que o crescimento do eleitorado maringaense foi constante e representou em média 20% da população em idade eleitoral no período. Esse baixo percentual de eleitores reforça a asseveração de que, embora o sistema eleitoral tenha sido extraordinariamente ampliado com a abolição das barreiras censitárias e com a introdução do voto universal secreto, continuou seletivo e excludente;

quanto à distribuição do eleitorado por sexo, que preponderaram os eleitores do sexo masculino, fato que se explica pela vinda da população migrante masculina, considerada mais apta ao trabalho na frente agrícola;

quanto à faixa etária, que o eleitorado se constituiu, em maioria, de pessoas jovens, acusando em 1964 significativo aumento entre os inscritos com idade até 25 anos, o que se explica pela entrada no contingente eleitoral dos estudantes e dos comerciários;

que em relação ao sexo e faixa etária, houve equivalência relativa entre o número de eleitores homens e mulheres;

que em relação à condição civil, o quadro de eleitores no período compunha-se na maioria de pessoas casadas, significando, na fase de ocupação, a necessidade de constituir fa-

mília mais cedo para aumentar o efetivo de mão de obra;

que a maioria dos eleitores em 1956 procedeu de São Paulo e de Minas Gerais, observando-se, a partir de 1960, expressivo aumento dos procedentes do próprio Estado, e, a partir de 1964, dos nascidos no município, fato que se explica em um primeiro momento como decorrente da itinerância da cafeeicultura, e, em seguida, pela atração que os centros dotados de infra-estrutura, como é o caso de Maringá, exercem sobre os núcleos vizinhos;

quanto à estrutura ocupacional, que, embora se trate de zona agrícola, o maior número de eleitores ocupava-se de atividades no setor terciário, fator este decorrente do elevado índice de analfabetismo reinante no meio rural e da exigência legal de que os eleitores trabalhadores do comércio e os servidores civis comprovassem sua inscrição e presença às votações, sob pena de sanção pecuniária e exclusão dos quadros onde exerciam essas ocupações;

que a organização dos grupos políticos em Maringá foi precoce pois ao ser criado o município já estavam constituídos cinco diretórios municipais e, sendo ainda distrito, Maringá já se fazia representar na Câmara Municipal de Mandaguari por dois vereadores;

que os primeiros grupos políticos formaram-se em torno de munícipes cujo *prestígio* advinha sobretudo da capacidade de fazer favores e que, guardadas as proporções, em muito se assemelhava àquele dos antigos coronéis;

que os filiados aos diretórios municipais se ocupavam em maioria, de atividades junto ao setor terciário;

que, entre os eleitos para o executivo, predominaram os candidatos que exerciam profissões liberais, enquanto que, en-

tre os eleitos para o legislativo, os envolvidos com atividades de comércio e prestação de serviços. Tal constatação reflete a composição social do quadro de eleitores, decorrendo o acesso ao poder das camadas populares da inexistência de bases políticas de raízes oligárquicas, que caracteriza as zonas agrícolas de povoamento antigo;

quanto à posição dos eleitos nos diferentes pleitos, observou-se que esteve condicionada a escolha nominal dos candidatos, comprovando que inexistente relação entre unidade partidária e comportamento político.

Ante o exposto, considera-se, quanto à composição, que o eleitorado maringaense não apresentou diferenças significativas se comparado ao de outras áreas agrícolas. Quanto ao comportamento dos eleitores, que essas diferenças foram profundas, pois tratando-se de um município de base econômica agrária, ocupado por paulistas e mineiros, não apresentou vestígios de política oligárquica. Ou seja, não se observou a tradicional dominação de um ou dois partidos, mas uma votação tendendo a equidistribuição entre três partidos principais e que posteriormente se estendeu a outros partidos.

Assim, a apreciação dos resultados das eleições no período 1952-1964 revelou uma conjuntura político - partidária instável, cuja principal característica foi a inexistência de facções acirradas e a alternância de prestígio dos partidos políticos na preferência do eleitorado. Outrossim, se comprovou que no transcorrer do período, não se formou entre os integrantes dos partidos uma mentalidade partidária, uma vez que os candidatos se utilizaram dos partidos apenas como veículo formal para legitimação de suas candidaturas, de tal sorte que um mesmo militante político aparece em diferentes pleitos sob

legendas diversas, ocasionando alternância dos partidos políticos na preferência do eleitorado e incidindo na inexistência de correspondência entre opinião política e opinião eleitoral.

Finalizando, pode-se afirmar que a composição e o comportamento dos grupos dirigidos e dirigentes em Maringá refletiram as condições de povoamento e da economia da região e que sua integração econômico-social se processou paralelamente à sua inserção na vida política nacional.



FONTES , REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E MONOGRAFIAS

## I - FONTES

A - Documentação manuscrita e datilografada.

1 - Tribunal Regional Eleitoral - Arquivos.

1.1 - Atas finais de apuração.

1.2 - Boletins e quadros estatísticos.

1.3 - Fichário de Registro dos Diretórios dos Partidos políticos.

1.4 - Publicações oficiais.

2 - Tribunal Regional Eleitoral - Cartório Eleitoral, 66a. Zona - Maringá.

2.1 - Folhas individuais de votação.

2.2 - Atas individuais, parciais e finais de apuração.

2.3 - Quadros estatísticos.

2.4 - Mapas de apuração.

2.5 - Processos de registro de candidatos.

2.6 - Livros de registro de eleições municipais.

3 - Tribunal Regional Eleitoral - Cartório Eleitoral, 60a. Zona - Mandaguari.

3.1 - Livros de registro de eleitores.

4 - Câmara Municipal de Maringá - Arquivos.

4.1 - Livros de Atas das sessões da Câmara Municipal.

## 4.2 - Livros de transcrição das Leis Municipais.

## B - Documentação oral

Entrevistas realizadas com políticos atuantes no Município de Maringá - julho de 1980 à julho de 1981.

## II - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 1 - Publicações oficiais

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IV Recenseamento Geral do Brasil - 1920. Rio de Janeiro, 1926.

\_\_\_\_ V Recenseamento Geral do Brasil - 1950. Estado do Paraná. Censo Democrático e Econômico. Rio de Janeiro, 1955.

\_\_\_\_ VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960. Estado do Paraná. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1967.

\_\_\_\_ VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960. Estado do Paraná. Censo Agrícola. Rio de Janeiro, 1967.

\_\_\_\_ VIII Recenseamento Geral do Brasil - 1970. Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_ Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_ Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 3 s.d.

\_\_\_\_ T.S.E. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 4, 1961.

\_\_\_\_\_ T.S.E. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 5,  
1961.

\_\_\_\_\_ T.S.E. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 6,  
1964.

\_\_\_\_\_ T.S.E. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 7,  
1971.

\_\_\_\_\_ T.S.E. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro, 8,  
1973.

ESTADO DO PARANÁ. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Mandaguari. Curitiba, 1950.

ESTADO DO PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Paraná Eleitoral. 28/29, nov./dez. 1958.

\_\_\_\_\_ Tribunal Regional Eleitoral. 52/53, nov./dez. ,  
1960.

## 2 - Artigos de periódicos

1 - BALHANA, Altiva Pilatti. Eleições em Santa Felicidade, 1945 - 1965. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 27:203-260, jul. 1969.

2 - BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 15 (3):335-76, jul./set. 1953.

3 - BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 14 (4):427-50, out./dez. 1952.

4 - CAMBIAGHI, Salette Magdalena. O povoamento do Norte do Paraná. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 6:81-90. 1951-52.

- 5 - CARVALHO, José Murilo de. Estudos de poder local no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 25/26:231-48, jul. 1968.
- 6 - COELHO, Vicente de Faria. Legislação Eleitoral, sua evolução no Brasil. Revista Eleitoral da Guanabara. 2:67-83, 1969.
- 7 - CORRÊA, Oscar Dias. Os partidos políticos e os Sistemas eleitorais. Revista de Ciência Política, 5(3):5-35, jul./set., 1971.
- 8 - FACHIM, Luiz Édson & CORTEZ, Augusto Lopes. Os partidos políticos e a realidade nacional. O Estado do Paraná. Curitiba, 4/15 de out. 1980.
- 9 - LAMOUNIER, Bolivar & CARDOSO, Fernando Henrique. A bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949-1974). Dados, 18:3-32. 1978.
- 10 - LUZ, France & OMURA, Ivani A. R. A propriedade rural. Sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, IN: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, São Paulo, 1974, ANPUH, 1976, v. 7, p. 783-815.
- 11 - MARTINS Wilson. Paraná, uma incógnita. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 8:229-54, abr. 1960.
- 12 - MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (22):55-94, mar. 1956.
- 13 - POPPINO, Rollie E. O processo político no Brasil: 1929-1945. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 17:83-94, jul. 1964.
- 14 - SAMPAIO, Nelson de Souza. A justiça eleitoral. Re-

vista Brasileira de Estudos Políticos, 34:111-53, jul. 1972.

- 15 - TABAK, Fanny. Estudos de política local. A experiência do Brasil. Revista de Ciência Política, 5 (2):61-90 abr./jun., 1971.
- 16 - VIEIRA, Dorival Teixeira. As estruturas do poder político no Brasil. Problemas Brasileiros, 183:6-18, jan. 1980.
- 17 - WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná. Moderno. Separata do Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História (7):1-51, 1968.

### III - MONOGRAFIAS

- 1 - ALMOND, Gabriel & POWELL J. G. Bingham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 2 - ANDRADE, Arthur. Maringá, ontem, hoje e amanhã. São Paulo, Rumo Gráfica Editora, 1979.
- 3 - BALHANA, A. Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba, Grafipar. 1969. v. 1.
- 4 - BLONDEL, Jean. As condições de vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- 5 - BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- 6 - \_\_\_\_\_. História Sincera da República. 3. ed. 3, S. Paulo, Fulgor, 1968.

- 7 - BONAVIDES, Paulo. A crise política brasileira. São Paulo, Forense, 1969.
- 8 - CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense 1900-1970: estudo de conjunturas. São Paulo, USP, 1977. Tese Doutorado.
- 9 - \_\_\_\_\_. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970. Curitiba, Grafipar, 1981.
- 10 - CARDOSO, F. Henrique & MARTINS, C. Estevam. Política & Sociedade. São Paulo, Nacional, 1979.
- 11 - CARDOSO, Alcina M. L. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno: 1940-1970. Curitiba, UFPR, 1976. Dissertação Mestrado.
- 12 - CARVALHO ORLANDO. Ensaio de Sociologia Eleitoral. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1962.
- 13 - CAVALCANTI, Themístocles & DUBNIG, Reisky. O comportamento eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- 14 - CAVALCANTI, Themístocles et alii. Os partidos políticos: cinco estudos. Rio de Janeiro, F.G.V. 1955.
- 15 - CLARK, Colin. Las condiciones del progreso económico. Madrid, Alianza, 1967.
- 16 - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo, 1975.
- 17 - COUTO, Francisco Pedro do. O voto e o povo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 18 - DAUMARD, Adeline. Cinco aulas de História Social. Salvador, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia. 1978.

- 19 - DUQUE ESTRADA, Jorge Ferreira. Terra Crua. Curitiba , s. Ed., 1961.
- 20 - DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, Universidade Nacional de Brasília, 1980.
- 21 - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder. Porto Alegre, Globo, 1979.
- 22 - FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 9. ed. São Paulo, Nacional. 1969.
- 23 - IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- 24 - JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento político. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- 25 - LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- 26 - LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto. São Paulo, 4. ed., Alfa-Omega, 1975.
- 27 - LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. São Paulo, Universidade de São Paulo. 1980. Dissertação Mestrado.
- 28 - MARTINS, Romário. História do Paraná. 3. ed. Curitiba, Guaíra, s. d.
- 29 - MELLO, João M. Cardoso de. O capitalismo tardio. Campinas, Unicamp. Tese, Doutorado. 1975.
- 30 - MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, ga, 1974.
- 31 - \_\_\_\_\_. Problemas políticos brasileiros. Rio de Janeiro, José Olympio. 1975.



32. - MOTTA, Paulo Roberto da. Os movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- 33 - OLIVEIRA, Lucia M. Lippi. O Partido Social Democrático. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas. 1973. Dissertação. Mestrado.
- 34 - PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: O caso paranaense. São Paulo, PUC. 1970. Tese, Doutorado.
- 35 - PANG, Eul Soo. Coronelismo e Oligarquias. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979.
- 36 - PICALUGA, Isabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais. Petrópolis, Vozes. 1980.
- 37 - PINTO DO CARMO, J. A. Diretrizes Partidárias. Rio de Janeiro, Pongetti. 1948.
- 38 - POULANTZAS, Nicos. Poder e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes. 1977.
- 39 - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. Alfa-Omega. 1976.
- 40 - REIS, Fabio Wanderley (org.) Os partidos e o Regime. São Paulo, Símbolo. 1978.
- 41 - RODRIGUES, José Honório. Aspirações Nacionais. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- 42 - SÁ, Maria Auxiliadora de. Dos novos aos velhos coronéis. Recife, Pimes. Universidade de Pernambuco. 1974.
- 43 - SALDANHA, Nelson. O pensamento político no Brasil. Belo Horizonte, Forense. 1979.
- 44 - SKIDMORE, Thomas. Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.

- 45 - SOARES, Gláucio A. Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel. 1973.
- 46 - SOUZA, Maria do C. Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega. 1976.
- 47 - SOUZA QUEIROZ, P. E. Sociologia política de Oliveira Vianna. São Paulo, Convívio, 1975.
- 48 - TRINDADE, J. M. B. Estrutura Agrária, uma metodologia para seu estudo na História. Curitiba, UFPR. 1977. Dissertação, Mestrado.
- 49 - VIANNA, Francisco de Oliveira. Instituições políticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1951.
- 50 - YOUNG, Oran R. Introdução à análise de sistemas políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- 51 - WEFFORT, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1978.



## ANEXO 1

### GRUPOS DIRIGENTES E DIRIGIDOS - PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Quanto ao Estado

LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, enxada e voto.

Interpretação clássica sobre o coronelismo - estilo de organização e dominação sócio-rural. De rara contemporaneidade, o estudo revela que a relação e superposição no Brasil entre a sociedade civil e o Estado e de fortalecimento do poder privado se assenta, em realidade, num "compromisso" de reciprocidade, daí a impossibilidade da democracia se efetuar em um Estado calcado em bases privatistas e patrimonialistas. O autor sustenta que o coronelismo não requer autonomia formal do município para subsistir, mas tão somente a garantia de privatização local da política, o que, obviamente, impede a formação da cidadania. Assim, o aperfeiçoamento da legislação eleitoral e dos Partidos Nacionais serão obstáculos à manutenção das estruturas de centralismo-mandonismo que o coronelismo supõe e vice-versa.

VIANNA, Francisco de Oliveira - Instituições Políticas Brasileiras (2. ed.).

Obra marco da temática no período em análise, sublinha uma interpretação oposta a Victor Nunes. Centra a análise nos clãs *feudais* e *parentais*, vendo-os como instituições de direito privado que determinaram "*todo o destino de nossos partidos políticos*"; assim, esses são, para o autor, reduzidos "*a simples organizações de interesse privado com funções no campo político*" (p. 356). Enquanto Victor Nunes mostrou a especificidade histórico-estrutural do *coronelismo* da fase republicana e sua adaptabilidade ao sistema eleitoral em avanço, Oliveira Vianna prosseguiu na argumentação já defendida anteriormente, ou seja, que em razão da nossa formação histórico-cultural, não dispuzemos de instituições políticas capazes de produzir uma educação democrática; assim, entre nós, se perpetuou a forma cultural de relação *povo-massa* (inorganizado sem contornos), visto que, nos municípios, os cidadãos não foram educados para a operação eleitoral e que em virtude disso os partidos não passaram jamais de enquadramentos artificiais dos clãs dirigentes, sendo antes criação do Centro "*para efeito de realizarem a grande simulação da democracia num país, impróprio para ela*" (p. 365) do que veículos, para que ela efetivamente se implantasse.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder.

O autor faz uma síntese da evolução política brasileira, mostrando como o patrimonialismo e a burocracia estamental marcaram o desenvolvimento de nossa política.

Entretanto, ao contrário de Oliveira Vianna, que via no elitismo um entrave à democracia, Faoro o diagnostica como uma anomalia passível de corretivos no futuro.

Com sua linha Weberiana de análise, contrapõe-se às interpretações ancoradas no marxismo ortodoxo que atribuem às classes fundamentais maior destaque do que o efetivamente tido, ao comprovar que o estamento burocrático regulando materialmente a economia funciona também como proprietário da soberania e que nessas condições a fórmula populista, personalista, prevalece sobre a democrática.

Quanto aos partidos políticos.

Embora a bibliografia sobre a temática tenha alcançado um respeitável número de títulos, pode-se classificar esses estudos dentro de quatro grandes grupos:

1º) trabalhos que se propõem a efetuar uma análise global da vida partidária, dentro de uma perspectiva histórica ou de um determinado período:

CASTRO, Augusto Gomes de. Dos partidos políticos. Revista Eleitoral, 2, mai. 1952.; CARVALHO, Orlando. Ensaio de Sociologia Eleitoral. Belo Horizonte, UFMG., 1952.; FRANCO, Ary de Azevedo. Programa de Organização política partidária brasileira: Rio de Janeiro, ESG, 1955.; MELO, Américo B. de Almeida: Os programas dos partidos e o Segundo Império. São Paulo, Tip. Jorge Seckler, 1878.; MELLO FRANCO, A. Arinos de. História e Teoria dos partidos políticos brasileiros. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.; MELLO FRANCO, A. Arinos de. Os partidos políticos nacionais. Forense; 156 (617-618):2-20, jan./fev. 1955.; MOTTA, Paulo Roberto. Movimentos partidários no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1971.; PINTO DO CARMO. Fases da evolução partidária brasileira. Revista Eleitoral; 4 (4) jul. 1952.; SOUZA, Maria do C. Campello de. Estado e partidos

políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

2º trabalhos que se propõem a efetuar a análise de determinado aspecto do sistema partidário, sobretudo os de natureza constitucional e eleitoral:

BARBOSA LIMA SOBRINHO. Sistema eleitorais e partidos políticos. Rio de Janeiro, FGV. 1956.; SERVA, M. Pinto. O voto secreto ou a organização dos partidos nacionais. São Paulo, Imp. Metodista, s. d.; BONAVIDES, Paulo. Aspectos econômicos históricos e sociais da crise política partidária. Revista de Direito Público e Ciência Política; 2, jan. 1959.; CARVALHO, Orlando. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. RBEP; (8):9-10, abr. 1960,; PAUPÉRIO, A. Machado. Os partidos políticos e seu novo regime jurídico. RBEP; (22):245-56, jan. 1967.

3º trabalhos que se propõem a efetuar a análise específica de determinados partidos políticos:

BOEHER, George C. A. Da Monarquia à República; História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro, MEC, Serviço de Documentação, 1954.; GOULART, Jorge Salis. O Partido Libertador e seu programa. Pelotas, União Republicana, 1928.; NOGUEIRA, Paulo. Ideais de um burguês progressista; o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo, Anhambi, 1952.; OLIVEIRA, Lucia M. Lippi, obra já citada.; PICALUGA, I. Fontenelle, obra já citada.; VIDIGAL, Pedro Maciel. O PR e o PSD. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1957.

4º) trabalhos que se propõem a efetuar a análise de partidos políticos em âmbito municipal:

As obras e artigos mencionados à p. 4.

Esses trabalhos, de forma geral, visualizam os partidos políticos dentro de uma moldura institucional, derivando des-

se enfoque as classificações e modelos que apresentam.

Assim, as análises de poder local incluem questões tais como: as bases de legitimidade desse poder, sua competência, limitações, suas relações com o poder estadual e nacional, sua composição social e ligações com o poder econômico, o exame da atuação e influência das diferentes correntes político-partidárias que lhe servem de base e com o papel das lideranças políticas.

Quanto à população eleitoral

A análise da população eleitoral e de seu comportamento tem se limitado interpretativamente à temática da falta de representatividade do voto e, ao caráter precário dos partidos políticos vigentes. Como já foi dito, a maior parte da bibliografia encontra-se em forma de artigos, sobretudo os publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, da Universidade de Minas Gerais, que vem divulgando sistematicamente essas análises, destacando-se os números de 8 de janeiro de 1960 e 16 de janeiro de 1964, dedicados respectivamente às eleições de 1958 e 1962.

Entre os trabalhos isolados, porém dentro da mesma linha de abordagem, destacam-se:

CINTRA, Antonio Octávio. Os partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado, Dados nº 5, 1968.

CARVALHO, Orlando. Ensaio de Sociologia Eleitoral, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1962.

CAVALCANTI, Themístocles & DUBINIG, Reick. O comportamento eleitoral no Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.



COUTO, Francisco Pedro do . O voto e o povo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Que constituem exceção quanto a forma de apresentação, trata-se de coletâneas de estudos esparsos sobre o enfoque já mencionado; atendo-se o primeiro a estudos sobre o comportamento do eleitorado no Estado de Minas Gerais, o segundo ao do eleitorado de diversos Estados e o último a estudo específico sobre o eleitorado da Guanabara.

Pela originalidade de enfoque, destacam-se os trabalhos:

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo, separata dos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955. Pesquisa voltada à análise do comportamento do voto operário em São Paulo, realizada no ano de 1947 quando essa classe atingiu 36,6% do total de eleitores. Nela o autor buscou correlacionar os votos obtidos pelos dois partidos que mereciam a preferência desse eleitorado — o comunista e o trabalhista — nas zonas por ele definida como "operárias" (com mais de 40% de eleitores pertencentes a essa classe social). Isso levou a caracterizar dois tipos de comportamento operário em face das eleições: um baseado no julgamento do candidato ou do partido e outro resultante de relações sistemáticas com terceiros ou de circunstâncias ocorrentes no momento da votação. Essa pesquisa revelou outro traço comum ao comportamento eleitoral: os operários deram muito maior importância às eleições para o executivo do que para as do legislativo.

SOUZA, Amaury de. Raça, e classe no Brasil urbano, Revista de Administração de Empresas, II, nº 4, 1971, p. 61-70. Chama atenção esse trabalho, por ser o autor o único a estudar as relações entre classe e comportamento eleitoral pressupondo comportamento condicionante em função da etnia.

SOARES, Gláucio A. Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973. O autor aborda de forma sistematizada o fenômeno eleitoral, valendo-se de análises quantitativas e qualitativas. A partir do estudo da estrutura de classes, detecta comportamentos políticos distintos: no Brasil subdesenvolvido — o de permanências — ao qual rotula de "política do atraso"; no Brasil desenvolvido — o das mutações — ou "política do desenvolvimento", evidenciando que apesar dos interesses conflitantes e do eleitorado maior, a "política do desenvolvimento" não consegue prevalecer, devido ao sistema eleitoral proporcional que dá aos Estados menos populosos número excessivo de representantes, contribuindo para fortalecer o poder legislativo, sobretudo o Senado, pois em eleições majoritárias a balança do poder pende para o Brasil desenvolvido e assim se configura a dualidade legislativo-executivo, pela qual os presidentes e vice-presidentes têm estado sistematicamente à esquerda do Congresso.



N.º \_\_\_\_\_

SOBRENOME DO ELEITOR \_\_\_\_\_

# JUSTIÇA ELEITORAL

CIRCUNSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

ZONA \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO \_\_\_\_\_

SEÇÃO \_\_\_\_\_

## FOLHA DE VOTAÇÃO

De \_\_\_\_\_

NOME POR EXTENSO DO ELEITOR \_\_\_\_\_

DATA DO NASCIMENTO \_\_\_\_\_

NATALIDADE \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO {

PAI \_\_\_\_\_

MÃE \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO ELEITOR \_\_\_\_\_

DE \_\_\_\_\_

DE 19 \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO JUIZ \_\_\_\_\_

### ANOTAÇÕES

COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ... / ... / 19... RUBRICA DO PRESIDENTE

*sem voto*





ANEXO 5

CONVENÇÕES

sexo: 1. masculino  
2. feminino

idade: 20 - 25 - 30 - 35 - 40 - 50 - 60 - 70.  
98 - informação incompleta  
99 - não consta a idade

procedência:

01. São Paulo
02. Minas Gerais
03. Paraná
04. Nordeste
05. Santa Catarina
06. Rio Grande do Sul
07. Rio de Janeiro
08. Espírito Santo
09. Centro Oeste
10. Norte
11. Não consta procedência
12. Naturalizado

estado civil:

1. solteiro
2. casado
3. viúvo
4. outro
5. não consta

atividade ocupacional:

1. primária
2. secundária
3. terciária
4. não produtiva
5. não registrada

emissão: 56 - 58 - 60 - 62 - 64 - 65.

## comportamento:

1. votou - comparecimento efetivo, registro completo.
2. NR - não consta registro nem assinatura
3. NC - não compareceu
4. CM - integrante de mesa eleitoral
5. M - recolheu multa
6. J - justificou ausência à mesa
7. VS - votou separado

## ATIVIDADES OCUPACIONAIS

## códigos:

Atividades primárias

- 101 - lavrador
- 102 - agricultor
- 103 - técnico agrícola
- 104 - agropecuarista
- 105 - boiadeiro
- 106 - fazendeiro

Atividades secundárias

- 201 - operário, trabalhador
- 202 - pedreiro
- 203 - carpinteiro
- 204 - marceneiro
- 205 - costureiro
- 206 - alfaiate
- 207 - padeiro
- 208 - gráfico, tipógrafo, impressor, clichêirista, mecanógrafo e linotipista
- 209 - industrial
- 210 - industrial
- 211 - funileiro, ferreiro, serralheiro, latoeiro, fundidor
- 212 - confeiteiro, doceiro
- 213 - colchoeiro
- 214 - oleiro
- 215 - cozinheiro
- 216 - jardineiro
- 217 - construtor
- 218 - ensacador
- 219 - curtidor, seleiro
- 220 - ourives
- 221 - serrador, plainista
- 222 - torneiro
- 223 - estofador
- 224 - tapeceiro
- 225 - químico-industrial
- 226 - maquinista
- 227 - modista



- 228 - operador
- 229 - graniteiro, marmorista
- 230 - moageiro
- 231 - artífice

### Atividades terciárias

- 301 - doméstica, do lar, prendas domésticas, dona de casa
- 302 - comerciário, comércio
- 303 - comerciante, negociante, proprietário
- 304 - professor
- 305 - motorista
- 306 - auxiliar de: escritório, cartório, datilógrafo, escriturário
- 307 - mecânico
- 308 - pintor
- 309 - contador, guarda-livros
- 310 - açougueiro
- 311 - advogado
- 312 - barbeiro
- 313 - cicleteiro
- 314 - canoeiro, timoneiro
- 315 - capataz, feitor
- 316 - carroceiro, cocheiro, charreteiro
- 317 - cabelereiro
- 318 - carteiro
- 319 - cerealista
- 320 - entregador
- 321 - copeiro, garçon
- 322 - criado
- 323 - dentista
- 324 - enfermeira, parteira
- 325 - eletricitista, eletro-técnico, técnico de refrigeração, técnico telefônico, técnico eletrônica, rádio-téc.
- 326 - funcionário público: municipal, estadual, federal
- 327 - escrivão
- 328 - engenheiro
- 329 - encanador
- 330 - engomador
- 331 - farmacêutico, oficial de farmácia, prático em farmácia
- 332 - ferroviário
- 333 - foguista
- 334 - jornalista
- 335 - lavadeira, ajudante de lavanderia
- 336 - lenhador
- 337 - lubrificador, engraxate
- 338 - médico
- 339 - oficial de justiça, serventuário da justiça, cartorário
- 340 - protético
- 341 - religioso
- 342 - relojoeiro
- 343 - tabelião
- 344 - telefonista
- 345 - tintureiro
- 346 - quitandeiro
- 347 - radialista

- 348 - radio-telegrafista, telegrafista
- 349 - sapateiro
- 350 - servente, ajudante, zelador
- 351 - tratorista
- 352 - trapicheiro
- 353 - vulvanizador, borracheiro
- 354 - viajante
- 355 - repórter, jornalista, noticiarista
- 356 - caixa
- 357 - poceiro
- 358 - guarda urbana, vigia, vigilante, guarda-noturno
- 359 - economista, administrador
- 360 - fiscal de empresas, chefe de secção, supervisor,
- 361 - carregador (saqueiro)
- 362 - bancário
- 363 - bibliotecário
- 364 - balconista
- 365 - aeroviário
- 366 - cobrador
- 367 - securitário
- 368 - músico
- 369 - vidraceiro
- 370 - almoxarife
- 371 - topógrafo
- 372 - feirante, verdureiro
- 373 - contínuo
- 374 - militar
- 375 - carvoeiro
- 376 - vendedor, corretor
- 377 - autônomo, agente
- 378 - meteorologista
- 379 - recepcionista
- 380 - fotógrafo
- 381 - fisioterapeuta, técnico ortopedista
- 382 - dedetizador
- 383 - soldador
- 384 - armador
- 385 - auxiliar de laboratório, auxiliar de ótica
- 386 - frentista
- 387 - detetive particular
- 388 - cambista, bicheiro
- 389 - bombeiro
- 390 - prensador, sondador
- 391 - lixador, lustrador
- 392 - cantor
- 393 - desenhista
- 394 - peixeiro
- 395 - artista

Atividade não produtiva

- 401 - estudante

Atividade não registrada

501

SEÇÃO	EST. CIVIL	S E X O		18 A 20		21 A 25		26 A 30		31 A 35		36 A 40		41 A 50		51 A 60		61 A 70		NÃO CONSTA	
		QTDE		QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC
034	SOLTEIRO	M	37	20	54,0	7	18,9	5	13,5	3	8,1	1	2,7	1	2,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		F	11	9	81,8	0	0,0	1	9,0	1	9,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TOTAL	48	29	60,4	7	14,5	6	12,5	4	8,3	1	2,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CASADO		M	28	1	3,5	1	3,5	5	17,8	5	17,8	9	32,1	3	10,7	4	14,2	0	0,0	0	0,0
		F	14	1	7,1	5	35,7	4	28,5	0	0,0	3	21,4	0	0,0	1	7,1	0	0,0	0	0,0
		TOTAL	42	2	4,7	6	14,2	9	21,4	5	11,9	12	28,5	3	7,1	5	11,9	0	0,0	0	0,0
VIUVO		M	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TOTAL	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CUTRO		M	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TOTAL	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
NÃO CONSTA		M	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TOTAL	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

\*\*\*\*\*

TOTAL DA SEÇÃO	M	67	22	32,8	9	13,4	10	14,9	8	11,9	10	14,9	4	5,9	4	5,9	0	0,0	0	0,0
	F	25	10	40,0	5	20,0	5	20,0	1	4,0	3	12,0	0	0,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL		92	32	34,7	14	15,2	15	16,3	9	9,7	13	14,1	4	4,3	5	5,4	0	0,0	0	0,0

PROGRAMA nº 1 - ESTADO CIVIL, SEXO E FAIXA ETÁRIA POR SEÇÃO. ( parte de um total de 195 p.)

ATIVIDADE OCUPACIONAL	SEXO	PROCEDENCIA LOCAL	18 A 20		21 A 25		26 A 30		31 A 35		36 A 40		41 A 50		51 A 60		61 A 70		NAO CONSTA		
			QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	QTDE	PERC	
1-LAVRADOR	M	SP	1.824	282	15,4	379	20,7	316	17,3	249	13,6	216	11,8	275	15,0	87	4,7	16	0,8	4	0,2
		MG	360	44	12,2	65	18,0	66	18,3	60	16,6	36	10,0	58	16,1	27	7,5	4	1,1	0	0,0
		PR	342	150	43,8	92	26,9	42	12,2	27	7,8	10	2,9	15	4,3	6	1,7	0	0,0	0	0,0
		NE	248	11	4,4	56	22,5	63	25,4	38	15,3	31	12,5	25	10,0	21	8,4	2	0,8	1	0,4
		SC	57	8	14,0	9	15,7	11	19,2	9	15,7	11	19,2	5	8,7	3	5,2	1	1,7	0	0,0
		RS	13	1	7,6	3	23,0	1	7,6	2	15,3	4	30,7	2	15,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		RJ	35	2	5,7	3	8,5	8	22,8	4	11,4	5	14,2	6	17,1	4	11,4	2	5,7	1	2,8
		ES	11	0	0,0	3	27,2	0	0,0	0	0,0	2	18,1	4	36,3	2	18,1	0	0,0	0	0,0
		GO	6	0	0,0	1	16,6	3	50,0	1	16,6	0	0,0	0	0,0	1	16,6	0	0,0	0	0,0
		MG	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		NC	22	2	9,0	7	31,8	1	4,5	1	4,5	3	13,6	7	31,8	0	0,0	0	0,0	1	4,5
		NA	7	0	0,0	0	0,0	1	14,2	1	14,2	1	14,2	1	14,2	1	14,2	2	28,5	0	0,0
TOTAL MASCULINO			2.926	500	17,0	619	21,1	512	17,4	392	13,3	319	10,9	398	13,6	152	5,1	27	0,9	7	0,2
	F	SP	10	2	20,0	1	10,0	5	50,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0
		MG	2	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PR	3	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		NE	3	0	0,0	1	33,3	0	0,0	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		SC	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		RS	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		RJ	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		ES	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		GO	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		NC	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		NA	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL FEMININO			21	4	19,0	4	19,0	6	28,5	2	9,5	2	9,5	2	9,5	1	4,7	0	0,0	0	0,0
TOTAL 1-LAVRADOR			2.947	504	17,1	623	21,1	518	17,5	394	13,3	321	10,8	400	13,5	153	5,1	27	0,9	7	0,2

PROGRAMA Nº 2 - ATIVIDADE OCUPACIONAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA ( parte de um total de 127 p.)

SEÇÃO	QTDE	ATIVID.	OCUPAC.	QTDE	PERC.	ATIVID.	OCUPAC.	QTDE	PERC.	ATIVID.	OCUPAC.	QTDE	PERC.
001	115	3-COMERCIAL	021	18,2	3-COMERCIAL	012	10,4	1-LAVRADOR	009	7,8	3-DOMESTICA	008	6,9
		3-PROFESSOR	007	6,0	3-FUNC. PUBLICO	007	6,0	2-CARPINTEIRO	005	4,3	3-MOTORISTA	004	3,4
		3-AUX. ESCRIT.	004	3,4	3-BARBEIRO	004	3,4	3-BANCAIRO	004	3,4	4-ESTUDANTE	003	2,6
002	084	1-LAVRADOR	015	17,8	3-COMERCIAL	011	13,0	3-MOTORISTA	010	11,9	3-DOMESTICA	007	8,3
		3-COMERCIAL	006	7,1	3-PROFESSOR	006	7,1	4-ESTUDANTE	005	5,9	3-MECANICO	003	3,5
		3-AUX. ESCRIT.	002	2,3	2-MARCELEIRO	002	2,3	2-CARPINTEIRO	002	2,3	2-OPERARIO	001	1,1
003	086	1-LAVRADOR	019	22,0	3-COMERCIAL	011	12,7	3-COMERCIAL	008	9,3	3-DOMESTICA	008	9,3
		3-MOTORISTA	005	5,8	3-AUX. ESCRIT.	004	4,6	3-FUNC. PUBLICO	004	4,6	2-OPERARIO	004	4,6
		4-ESTUDANTE	004	4,6	3-ELETRICISTA	003	3,4	3-CONTADOR	002	2,3	3-BARBEIRO	001	1,1
004	084	1-LAVRADOR	016	19,0	3-DOMESTICA	012	14,2	3-COMERCIAL	010	11,9	3-MOTORISTA	008	9,5
		3-COMERCIAL	007	8,3	3-PROFESSOR	006	7,1	4-ESTUDANTE	006	7,1	3-AUX. ESCRIT.	004	4,7
		3-BANCAIRO	002	2,3	3-FUNC. PUBLICO	002	2,3	3-OFIC. JUSTICA	001	1,1	3-VIAJANTE	001	1,1
005	058	1-LAVRADOR	012	20,6	3-DOMESTICA	010	17,2	3-COMERCIAL	007	12,0	2-OPERARIO	006	10,3
		3-AUX. ESCRIT.	004	6,8	3-FUNC. PUBLICO	004	6,8	3-BANCAIRO	003	5,1	4-ESTUDANTE	002	3,4
		3-PROFESSOR	002	3,4	3-MOTORISTA	001	1,7	2-CARPINTEIRO	001	1,7	2-INDUSTRIARIO	001	1,7
006	108	1-LAVRADOR	028	25,9	3-DOMESTICA	015	13,8	3-COMERCIAL	008	7,4	3-COMERCIAL	008	7,4
		2-OPERARIO	007	6,4	3-MOTORISTA	005	4,6	2-PEDREIRO	004	3,7	3-AUX. ESCRIT.	003	2,7
		3-FUNC. PUBLICO	003	2,7	3-BARBEIRO	002	1,8	3-MECANICO	002	1,8	3-PROFESSOR	002	1,8
007	090	1-LAVRADOR	040	44,4	3-DOMESTICA	009	10,0	3-MOTORISTA	007	7,7	3-COMERCIAL	007	7,7
		2-CARPINTEIRO	006	6,6	2-OPERARIO	004	4,4	4-ESTUDANTE	003	3,3	3-AUX. ESCRIT.	002	2,2
		2-INDUSTRIARIO	002	2,2	2-ALFATE	001	1,1	2-FERREIRO	001	1,1	2-PEDREIRO	001	1,1
008	073	1-LAVRADOR	019	26,0	3-DOMESTICA	013	17,8	3-COMERCIAL	009	12,3	3-COMERCIAL	005	6,8
		3-FUNC. PUBLICO	003	4,1	3-SERVENTE	003	4,1	2-PEDREIRO	003	4,1	2-OPERARIO	002	2,7
		2-CARPINTEIRO	002	2,7	3-BALCONISTA	002	2,7	3-MOTORISTA	002	2,7	3-MECANICO	001	1,3
009	079	1-LAVRADOR	024	30,3	3-DOMESTICA	015	18,9	3-MOTORISTA	007	8,8	2-OPERARIO	007	8,8
		3-COMERCIAL	005	6,3	3-PROFESSOR	004	5,0	2-CARPINTEIRO	002	2,5	2-PEDREIRO	002	2,5
		4-ESTUDANTE	002	2,5	3-FARMACEUTICO	002	2,5	3-SERVENTE	001	1,2	3-GUARDA NOTURN	001	1,2
010	089	1-LAVRADOR	032	35,9	3-DOMESTICA	014	15,7	2-OPERARIO	006	6,7	2-PEDREIRO	005	5,6
		3-COMERCIAL	005	5,6	3-COMERCIAL	004	4,4	3-MOTORISTA	004	4,4	4-ESTUDANTE	004	4,4
		3-PROFESSOR	003	3,3	3-ACOUQUEIRO	002	2,2	2-MARCELEIRO	002	2,2	2-CARPINTEIRO	001	1,1
011	080	1-LAVRADOR	015	18,7	3-COMERCIAL	011	13,7	3-DOMESTICA	009	11,2	3-FUNC. PUBLICO	005	6,2
		3-PROFESSOR	004	5,0	3-COMERCIAL	004	5,0	2-PEDREIRO	003	3,7	3-MOTORISTA	003	3,7
		3-AUX. ESCRIT.	003	3,7	4-ESTUDANTE	003	3,7	3-BANCAIRO	002	2,5	3-MECANICO	002	2,5
012	083	1-LAVRADOR	022	26,5	3-DOMESTICA	014	16,8	3-COMERCIAL	008	9,6	3-MOTORISTA	005	5,0
		2-CARPINTEIRO	004	4,8	2-PEDREIRO	004	4,8	4-ESTUDANTE	004	4,8	2-MARCELEIRO	002	2,4
		3-MECANICO	002	2,4	3-PROFESSOR	002	2,4	3-COMERCIAL	002	2,4	3-ELETRICISTA	002	2,4
013	067	1-LAVRADOR	019	28,3	3-DOMESTICA	014	20,8	2-OPERARIO	004	5,9	3-BANCAIRO	004	5,9
		3-MECANICO	003	4,4	3-MOTORISTA	003	4,4	3-PROFESSOR	002	2,9	2-INDUSTRIAL	002	2,9
		2-ALFATE	002	2,9	2-CARPINTEIRO	002	2,9	2-PEDREIRO	001	1,4	2-MARCELEIRO	001	1,4
014	071	3-DOMESTICA	015	21,1	3-COMERCIAL	010	14,0	1-LAVRADOR	009	12,6	4-ESTUDANTE	006	8,4
		3-MOTORISTA	005	7,0	3-COMERCIAL	005	7,0	3-MECANICO	003	4,2	2-OPERARIO	003	4,2
		2-PEDREIRO	002	2,8	2-CARPINTEIRO	002	2,8	3-SAPATEIRO	002	2,8	3-ENCANADOR	001	1,4

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
COMPOSIÇÃO E COMPORTAMENTO DO ELEITORADO MARINGAENSE (56 a 65)

ANEXO - 6 . PROGRAMAS

DATA 25/07/81  
PAGINA 1

ELEICAO DE 56 COMPORTAMENTO	S E X O	18 A 20		21 A 25		26 A 30		31 A 35		36 A 40		41 A 50		51 A 60		61 A 70		NAO CONSTA			
		PERC.	QTDE	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.	QTDE	PERC.		
NAO APTO	M	67,4	6138	1864	30,3	1349	21,9	915	14,9	741	12,0	501	8,1	538	8,7	178	2,8	33	0,5	19	0,3
	F	32,5	2961	816	27,5	696	23,5	547	18,4	364	12,2	257	8,6	224	7,5	39	1,3	8	0,2	10	0,3
T O T A L			9099	2680	29,4	2045	22,4	1462	16,0	1105	12,1	758	8,3	762	8,3	217	2,3	41	0,4	29	0,3
VOTOU	M	76,3	1936	224	11,5	424	21,7	400	20,6	288	14,8	256	13,2	265	13,6	66	3,4	9	0,4	4	0,2
	F	23,6	599	71	11,8	178	29,7	120	20,0	103	17,1	70	11,6	45	7,5	12	2,0	0	0,0	0	0,0
T O T A L			2535	295	11,6	602	23,7	520	20,5	391	15,4	326	12,8	310	12,2	78	3,0	9	0,3	4	0,1
NAO CONST REGISTRO	M	73,5	39	3	7,6	10	25,6	10	25,6	4	10,2	4	10,2	7	17,9	1	2,5	0	0,0	0	0,0
	F	26,4	14	4	28,5	4	28,5	1	7,1	1	7,1	2	14,2	1	7,1	1	7,1	0	0,0	0	0,0
T O T A L			53	7	13,2	14	26,4	11	20,7	5	9,4	6	11,3	8	15,0	2	3,7	0	0,0	0	0,0
NAO COMPARECEU	M	79,0	34	6	17,6	5	14,7	12	35,2	4	11,7	1	2,9	2	5,8	4	11,7	0	0,0	0	0,0
	F	20,9	9	3	33,3	3	33,3	0	0,0	2	22,2	0	0,0	1	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
T O T A L			43	9	20,9	8	18,6	12	27,9	6	13,9	1	2,3	3	6,9	4	9,3	0	0,0	0	0,0
PAGOU MULTA	M	100,0	2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	F	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
T O T A L			2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
JUSTIF. AUSENC. MESA	M	100,0	2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	F	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
T O T A L			2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
VOTOU SEPARADO	M	50,0	3	1	33,3	0	0,0	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	F	50,0	3	0	0,0	0	0,0	1	33,3	2	66,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
T O T A L			6	1	16,6	0	0,0	2	33,3	3	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

PROGRAMA n° 4 - COMPORTAMENTO POR ANO DE ELEIÇÃO E FAIXA ETÁRIA. ( parte de um total de 7 p.)

ATIVIDADE OCUPACIONAL	ANO	S E X O	18 A 20	21 A 25	26 A 30	31 A 35	36 A 40	41 A 50	51 A 60	61 A 70	NAO CONSTA	
	EL.E.	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	QTOE PERC	
1-LAVRADOR	56	M	875 99.4	97 11.0	156 18.7	180 20.5	119 13.6	125 14.2	137 15.6	45 5.1	8 0.9	0 0.0
	F	5 0.5	0 0.0	1 20.0	1 20.0	2 40.0	1 20.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0
T O T A L		880	97 11.0	156 18.7	181 20.5	121 13.7	125 14.3	137 15.5	45 5.1	8 0.9	0 0.0	0 0.0
	60	M	1316 99.5	212 16.1	245 18.6	245 18.6	177 13.4	165 12.5	196 14.8	67 5.0	9 0.6	0 0.0
	F	6 0.4	0 0.0	2 33.3	1 16.6	2 33.3	1 16.6	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0
T O T A L		1322	212 16.0	247 18.6	246 18.6	179 13.5	165 12.5	196 14.8	67 5.0	9 0.6	0 0.0	0 0.0
	64	M	1612 99.3	316 19.6	340 21.0	274 16.9	193 11.9	175 10.8	220 13.6	78 4.8	16 0.9	0 0.0
	F	10 0.6	2 20.0	2 20.0	3 30.0	1 10.0	1 10.0	1 10.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0
T O T A L		1622	318 19.6	342 21.0	277 17.0	194 11.9	176 10.8	221 13.6	78 4.8	16 0.9	0 0.0	0 0.0
*****												
TOTAL DA ATIVIDADE	M	3803 99.4	625 16.4	749 19.6	599 18.3	489 12.8	465 12.2	553 14.5	190 4.9	33 0.8	0 0.0	0 0.0
	F	21 0.5	2 9.5	5 23.8	5 23.8	5 23.8	3 14.2	1 4.7	0 0.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0
T O T A L		3824	527 16.3	754 19.7	704 18.4	494 12.9	468 12.2	554 14.4	190 4.9	33 0.8	0 0.0	0 0.0

PROGRAMA Nº 5 - ATIVIDADE OCUPACIONAL POR SEXO, FAIXA ETÁRIA/ E ANO DE ELEIÇÃO. ( parte de um total de 127 p.)

EST. CIVIL	ANO	SEXO	16 A 20	21 A 25	26 A 30	31 A 35	36 A 40	41 A 50	51 A 60	61 A 70	NÃO CONSTA											
			QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC	QTDE PERC											
SOLTEIRO	M	713	81.2	206	24.1	274	36.4	124	17.3	47	6.5	31	4.3	21	2.9	5	0.7	1	0.1	2	0.2	
	F	105	18.7	47	28.4	67	40.6	20	12.1	17	10.3	7	4.2	4	2.4	3	1.6	0	0.0	0	0.0	
T O T A L		818		253	29.0	341	38.8	144	16.4	64	7.2	38	4.3	25	2.8	8	0.9	1	0.1	2	0.2	
60	M	140	80.0	580	40.5	475	33.4	158	13.9	85	5.9	42	2.9	29	2.0	6	0.4	1	0.0	2	0.1	
	F	340	15.3	150	40.4	112	32.9	31	9.1	21	6.1	9	2.6	6	1.7	3	0.8	0	0.0	0	0.0	
T O T A L		1750		730	41.5	587	33.3	229	13.0	106	6.0	51	2.9	35	1.9	9	0.5	1	0.0	2	0.1	
64	M	250	75.7	1245	49.0	741	25.5	252	11.0	115	4.5	50	2.3	38	1.5	12	0.4	1	0.0	0	0.2	
	F	650	20.2	351	55.2	177	27.8	45	7.7	32	5.0	11	1.7	11	1.7	4	0.6	0	0.0	0	0.0	
T O T A L		3145		1596	50.7	918	29.2	341	10.8	147	4.6	69	2.1	49	1.5	16	0.5	1	0.0	0	0.1	
TOTAL DO EST.CIVIL			5779		2985	44.6	1842	31.9	714	12.3	317	5.4	158	2.7	109	1.8	33	0.5	3	0.0	10	0.1

PROGRAMA Nº 6 - ESTADO CIVIL, SEXO E FAIXA ETÁRIA POR ANO DE ELEIÇÃO (parte de um total de 5 p.)





FUNCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
 COMPOSIÇÃO E COMPORTAMENTO DO ELEITORADO MARINGAENSE

DATA 25/07/81  
 PAGINA 1

ANEXO Nº 6 - PROGRAMAS

PROCEDÊNCIA LOCAL	56 QTDE	56 PERC.	57 E 58 QTDE	57 E 58 PERC.	59 E 60 QTDE	59 E 60 PERC.	61 F 62 QTDE	61 F 62 PERC.	63 E 64 QTDE	63 E 64 PERC.	65 QTDE	65 PERC.
SP	6.216	26,0	464	7,4	532	8,5	890	14,3	458	7,3	2.250	36,1
MG	1.371	23,9	91	6,6	101	7,3	203	14,8	95	6,9	553	40,3
PR	2.174	11,7	118	5,4	182	8,3	363	16,6	264	12,1	991	45,5
NE	1.060	17,0	70	6,6	84	7,9	165	15,5	64	6,0	496	46,7
SC	337	31,1	38	11,7	36	10,6	40	11,8	27	8,0	91	27,0
RS	165	33,3	12	7,2	20	12,1	25	15,1	8	4,8	45	27,2
RJ	153	22,8	24	15,6	15	9,8	20	13,0	10	6,5	49	32,0
ES	81	30,8	2	3,7	8	9,8	5	6,1	10	12,3	30	37,0
CD	35	31,4	5	14,2	1	2,8	3	8,5	1	2,8	14	40,0
ND	12	41,6	2	16,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	41,6
NC	99	9,0	2	2,0	1	1,0	12	12,1	5	5,0	70	70,7
NA	37	24,3	3	8,1	8	21,6	5	13,5	2	5,4	10	27,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.740</b>	<b>22,4</b>	<b>932</b>	<b>7,0</b>	<b>988</b>	<b>8,4</b>	<b>1.731</b>	<b>14,7</b>	<b>944</b>	<b>8,0</b>	<b>4.604</b>	<b>39,2</b>

PROGRAMA Nº 8 - LOCAL DE PROCEDÊNCIA POR ANO DE ELEIÇÃO.

10/10